



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

OS SENTIDOS DE POVO NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE POSSE:
DE 1985 A 2011

SÃO CARLOS
2014



Universidade Federal de São Carlos

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

OS SENTIDOS DE POVO NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE
POSSE: DE 1985 A 2011

Marcelo Giovannetti Ferreira Luz

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de São Carlos, como
parte dos requisitos para a obtenção do
Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Piovezani

São Carlos - São Paulo - Brasil
2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

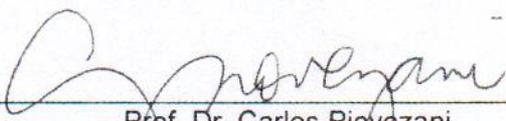
L979sp Luz, Marcelo Giovannetti Ferreira.
Os sentidos de povo nos pronunciamentos presidenciais
de posse : de 1985 a 2011 / Marcelo Giovannetti Ferreira
Luz. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
171 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos,
2014.

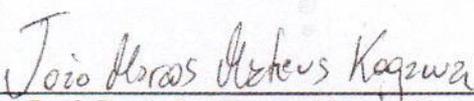
1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Política. 4.
Povo. I. Título.

CDD: 401.41 (20^a)

**BANCA EXAMINADORA DA TESE DE DOUTORADO DE
MARCELO GIOVANNETTI FERREITA LUZ**



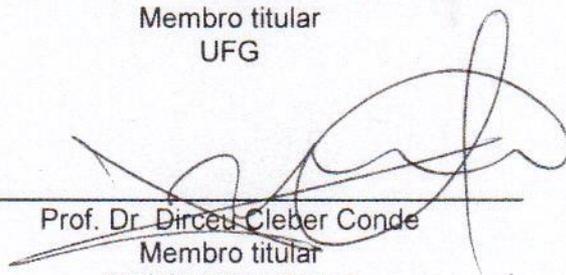
Prof. Dr. Carlos Piovezani
Orientador e Presidente
UFSCar/São Carlos



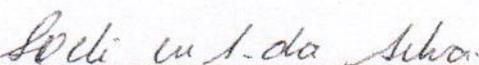
Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa
Membro titular
UNIFESP/Guarulhos



Profa. Dra. Kátia Menezes de Sousa
Membro titular
UFG



Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde
Membro titular
UFSCar/São Carlos



Profa. Dra. Soeli Maria Schreiber da Silva
Membro titular
UFSCar/São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 18/setembro/201__.
Homologada na ___ reunião da CPGL, realizada em ___/___/201__.

*À minha mãe, por sempre acreditar que teria um filho doutor;
Aos meus avós, que mesmo em silêncio, significam em minha vida;
À Tia, por sempre ter sabido que eu chegaria aqui e pela paciência e apoio.*

“(...) o sentido é o modo de apresentação do objeto, como conhecemos esse objeto, o caminho que nos leva até ele.”

(Gottlob Frege)

“(...) o objeto no mundo é individualizado através de uma rede de descrições definidas (...) uma expressão linguística como um nome próprio, de algum modo, atribuiu a um dado indivíduo certas características que o individualizam (...)” (OLIVEIRA;BASSO, 2007, p. 38)

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo, a Deus, pela capacitação para realizar deste trabalho, por permanecer ao meu lado em todos os momentos de minha vida e por me presentear antes mesmo do término do doutorado.

À minha família grande fortaleza hoje e sempre. Em especial à minha mãe Kátia que, além de mãe, é companheira e grande amiga; ao meu pai, Anacleto, que mesmo distante, faz-se presente; ao meu padrinho Leonardo e minha madrinha Maria Aparecida, pela confiança em meu trabalho e apoio em vários momentos de minha vida. A vocês o meu amor e dedicação hoje e sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Piovezani, pela liberdade que me deu para produzir meu conhecimento linguístico, pelo incentivo quando do concurso e pelas oportunidades de colocar em prática um pouco do meu conhecimento adquirido nessa caminhada.

À Prof^ª. Dr^ª. Vanice Sargentini, por ter aceitado participar de minha banca de qualificação.

À Prof^ª. Dr^ª. Ana Silva de Couto Abreu, que desde a qualificação do mestrado tem me acompanhado nessa jornada pelos estudos linguísticos, por contribuir com sugestões para o desenvolvimento do trabalho no exame de qualificação.

Ao professor Dirceu Cleber Conde, por sua amizade e pelos momentos de reflexões teóricas sobre semânticas travadas no DL e por ter aceitado fazer parte da banca de defesa.

À professora Soeli Schreiber, que me orientou durante o mestrado, por ter aceitado fazer parte em mais esta etapa acadêmica.

Aos professores João Kogawa e Kátia Menezes, por terem aceitado fazer parte da banca de defesa e aos professores Greciely Cristina da Costa e Luciana Salgado, por terem aceitado a suplência da banca.

Ao Renato e ao Pablo, por todos os momentos de discussões linguísticas, acadêmicas, e pelos momentos “*Daddy’s home*”. Renato, poxa, um novo mundo na Linguística me foi aberto... agora algumas inquietações minhas sobre gramática e semântica começam a ganhar volume e a fazer sentido... muito obrigado, também, pelo “auxílio moradia”, em minhas idas a São Carlos; vocês não têm ideia de como foi importante para mim.

Ao Leonardo, secretário do PPGL, por toda informação dada e auxílio prestado.

À Tibe, à Suki, ao Cróvis, ao Cabelinho Penteadado, ao Narizinho, à Pretinha e ao Leone, pela alegria compartilhada em todos os momentos presentes.

À Regina Tie Umigi que esteve presente ao meu lado a todo o momento durante este longo percurso, compartilhando das minhas aflições a angústias. Que sua presença nunca se torne

ausência.

À Capes, pelos meses de auxílio com uma bolsa de doutorado, que colaborou enormemente no meu desenvolvimento intelectual e no desenvolvimento desta pesquisa.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Objetivamos, com esta tese, proceder a uma análise discursiva dos pronunciamentos de posse dos presidentes da República, visando verificar os efeitos de sentido da palavra “povo” produzidos nesses discursos, juntamente com as imagens de si que cada presidente veicula, na construção do “nós” político, bem como a imagem do auditório desses pronunciamentos. Para tanto, tomamos como corpus de nossa pesquisa os pronunciamentos de posse dos presidentes Tancredo Neves (1985), José Sarney (1985), Fernando Collor de Melo (1990), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), Luiz Inácio Lula da Silva (2003, 2007) e Dilma Rousseff (2011). Promovemos uma breve caracterização sobre o discurso político, em que fazemos um percurso teórico, introduzindo alguns pressupostos importantes para nossa análise sobre o seu funcionamento. Desta forma, buscaremos mostrar de que modo se dá a relação do que se entende por *política* e o que ficou conhecido como *discurso político*. Um terceiro ponto a ser abordado é a constituição das identidades e legitimidades no e do discurso político, na tentativa de compreendermos melhor o que atribuí ao sujeito presidente o poder-dizer. Em seguida, por considerarmos o pronunciamento de posse presidencial um ritual que requer um gênero discursivo específico, discutiremos brevemente sobre algumas considerações acerca dos gêneros do discurso, tema que será aprofundado na parte específica à discussão sobre gêneros e ritual, em que fazemos um paralelo entre o ritual de posse presidencial e o gênero pronunciamento de posse. A fim de conseguirmos realizar nossas análises, apresentamos uma discussão sobre a noção de Condições de Produção do discurso, de forma a mostrar de que modo esse conceito torna-se produtivo para a compreensão da produção dos sentidos no discurso. Tendo analisado os sentidos de *povo* presentes nos pronunciamentos de posse supracitados, promoveremos, no capítulo terceiro, uma análise da forma como a imagem presidencial é construída nesses discursos, tendo como referência os sentidos produzidos para “povo” no capítulo anterior, isto é, de que forma os sujeitos presidentes criam uma imagem de si, em relação aos sentidos de povo presentes em seu pronunciamento. Na conclusão deste trabalho, se poderá ver que o sentido de “povo” adquire uma consistência liquefeita, deslizando amplamente não só de um discurso para outro, como até mesmo no interior de um mesmo discurso, produzindo efeitos de sentidos vários, o que corrobora a afirmação de que esses sentidos, essa divisão não se faz estanque, mas adquire novos e diversos contornos constantemente.

Palavras-chave: Análise de discurso, discurso político, política, povo.

Abstract

We aim with this dissertation, conduct an analysis of discursive pronouncements tenure of the presidents of the Republic, in order to ascertain the effects of meaning of the word "people" produced in these speeches, along with the images of themselves that every president conveys, in building "us" political as well as the image of the auditorium of these pronouncements. For this, we take as our research corpus pronouncements tenure of presidents Tancredo Neves (1985), José Sarney (1985), Fernando Collor de Melo (1990), Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), Luiz Inácio Lula da Silva (2003, 2007) and Dilma Rousseff (2011). For this, we take as our research corpus pronouncements tenure of presidents Tancredo Neves (1985), José Sarney (1985), Fernando Collor de Melo (1990), Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), Luiz Inácio Lula da Silva (2003, 2007) and Dilma Rousseff (2011). We promote a brief characterization of the political discourse, we make a theoretical route, introducing some important caveats to our analysis of its operation. Thus, we try to show how it gives the relationship of what is meant by politics and what became known as political discourse. A third point to be addressed is the formation of identities and the legitimacy and political discourse in an attempt to better understand the subject that gives the president the power to say. Then, by considering the pronouncement presidential inauguration ritual that requires a specific discourse genre, we briefly discuss about some considerations about the discourse genre, topic that is discussed further in the discussion of specific genres and ritual part, we make a parallel between the ritual inauguration and gender pronouncement of possession. To help us meet our analyzes, we present a discussion of the notion of Production Conditions of discourse in order to show how this concept becomes productive for understanding the production of meanings in the discourse. Having analyzed the senses of people present in the above pronouncements of possession, promote, in the third chapter, an analysis of how the image is constructed in these presidential speeches, with reference to the meanings produced for "people" in the previous chapter, ie, how the subjects presidents create an image of themselves in relation to the senses of the people present in his speech. At the conclusion of this work, one can see that the sense of "people" acquires a watery consistency, slipping widely not only from a speech to another, as even within a single discourse, producing effects of various senses, which corroborates the assertion that these senses, this division does not watertight, but acquires new and constantly different contours.

Key-words: Discourse analysis, political discourse, politics, povo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO.....	2
Introdução.....	2
1.1 A especificidade da Análise de Discurso.....	3
1.2 Caracterização do Discurso Político.....	4
1.3 Identidades e Legitimidades no Discurso Político.....	7
1.3.1 Sobre Legitimidade e Identidade do Sujeito Político.....	7
1.4 Algumas considerações sobre “Gêneros do Discurso”.....	10
1.6 Deslizamento do espetáculo político (língua de madeira/língua de vento).....	12
1.7 O ritual de posse presidencial e o gênero “Pronunciamento de Posse”.....	13
CAPÍTULO 2: OS SENTIDOS DE POVO NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE POSSE.....	15
Introdução.....	15
2.1 A noção de “Condições de Produção” do Discurso.....	15
2.2 Análise dos sentidos de “povo” nos pronunciamentos.....	16
2.2.1 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Tancredo Neves (1985).....	17
2.2.2 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de José Sarney (1985).....	19
2.2.3 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Collor (1990).....	20
2.2.4 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Itamar Franco (1992).....	21
2.2.5 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Henrique (1994).....	22
2.2.6 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Henrique (1999).....	24
2.2.7 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Lula (2003).....	26
2.2.8 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Lula (2007).....	28
2.2.9 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Dilma Rousseff (2011).....	29
Capítulo 3: A construção da identidade presidencial em sua relação com os sentidos de povo.....	33
Introdução.....	33
3.1 O sujeito presidente: uma construção imaginária institucional.....	34
3.2 O sentido de “nós” nos discursos.....	34
3.3 A construção da imagem discursiva de Tancredo Neves (1985).....	35

3.4 A construção da imagem discursiva de José Sarney (1985).....	37
3.5 A construção da imagem discursiva de Fernando Collor (1990).....	39
3.6 A construção da imagem discursiva de Itamar Franco (1992).....	41
3.7 A construção da imagem discursiva de FHC (1995).....	42
3.8 A construção da imagem discursiva de FHC (1999).....	44
3.9 A construção da imagem discursiva de Lula (2003).....	46
3.10 A construção da imagem discursiva de Lula (2007).....	48
3.11 A construção da imagem discursiva de Dilma Rousseff (2011).....	50
À guisa de conclusão.....	52
Referências bibliográficas.....	53

INTRODUÇÃO

Objetivamos, com esta tese, proceder a uma análise discursiva dos pronunciamentos de posse de presidentes da República, visando verificar os efeitos de sentido produzidos nesses discursos pela palavra “povo”, bem como a compreensão da imagem discursiva produzida em cada presidente por seu pronunciamento em relação aos sentidos de povo neles encontrados, procurando estabelecer uma possível correlação entre o processo de redemocratização por que passou o Brasil e o recrudescimento da presença do povo na política e no discurso político. Para tanto, tomamos como *corpus* de nossa pesquisa os pronunciamentos de posse dos presidentes Tancredo Neves (1985), José Sarney (1985), Fernando Collor de Melo (1990), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), Luiz Inácio Lula da Silva (2003, 2007) e Dilma Rousseff (2011). Como nosso objetivo funda-se no dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa, pautando-nos pelos trabalhos de Michel Pêcheux, tomaremos como balizadores de nossas análises o conceito de discurso enquanto efeito de sentidos entre locutores e o procedimento de elaboração de cadeias parafrásticas e de estabelecimento de sinonímias no interior de cada discurso, uma vez que, para a Análise de Discurso, os sentidos são estabelecidos no interior de cada formação discursiva, num processo constante de substituições e paráfrases. Para atingirmos nosso segundo objetivo, qual seja, o de analisar as imagens discursivas de cada presidente em seus discursos, nos apropriaremos, por uma tomada discursiva, nos ensinamentos de Benveniste sobre as relações existentes entre as pessoas do discurso – EU/TU/ELE –, e dos estudos produzidos por Charaudeau em relação aos tipos de enunciação elocutiva, alocutiva e delocutiva, uma vez que tais procedimentos nos serão úteis para uma melhor compreensão dos tipos de enunciação presentes nos pronunciamentos analisados, de forma que possamos entender como cada presidente se coloca em seu discurso e qual a imagem que ele faz de si, por esse modo de enunciar. Portanto, nosso texto adquire a seguinte formatação:

No primeiro capítulo, discorreremos sobre algumas noções e postulados importantes para a Análise de Discurso, de modo a fundamentar teoricamente nosso trabalho. Dessarte, produziremos uma breve dissertação sobre a especificidade da Análise

de Discurso em relação ao seu modo de constituição do *corpus* de análise, bem como o modo que se constituem os sentidos, num viés materialista da linguagem, que toma o sentido como sendo um constructo histórico, na medida em que é afetado pela ideologia, pelas lutas de classe. Em seguida, promovemos uma breve caracterização sobre o discurso político, em que fazemos um percurso teórico, introduzindo alguns pressupostos importantes para nossa análise sobre o seu funcionamento. Desta forma, buscaremos mostrar de que modo se dá a relação do que se entende por *política* e o que ficou conhecido como *discurso político*. Um terceiro ponto a ser abordado é a constituição das identidades e legitimidades no e do discurso político, na tentativa de compreendermos melhor o que atribui ao sujeito presidente o poder-dizer. Em seguida, por considerarmos o pronunciamento de posse presidencial um ritual que requer um gênero discursivo específico, discutiremos brevemente sobre algumas considerações acerca dos gêneros do discurso, tema que será aprofundado na parte específica à discussão sobre gêneros e ritual, em que fazemos um paralelo entre o ritual de posse presidencial e o gênero pronunciamento de posse. O capítulo também traz uma discussão sobre os aspectos político-sociais do período de redemocratização no Brasil, buscando mostrar sua relação com o que Courtine (2006) chama de *Deslizamento do espetáculo político*, na medida em que objetivamos compreender a relação entre o avanço e a estabilização da democracia no país e uma maior referência ao povo nos pronunciamentos presidenciais de posse.

No segundo capítulo, passamos ao nosso objeto de estudo: os sentidos de *povo* nos pronunciamentos de posse. A fim de conseguirmos realizar nossas análises, apresentamos uma discussão sobre a noção de Condições de Produção do discurso, de forma a mostrar de que modo esse conceito torna-se produtivo para a compreensão da produção dos sentidos no discurso. Em seguida, passamos às análises dos pronunciamentos de posse de Tancredo Neves, José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma, buscando sustentá-las teoricamente nas noções de cadeias parafrásticas e interdiscursividade. Tais conceitos são fundamentais para tentarmos compreender como os sentidos de *povo* deslizam, tanto de um sujeito para outro, quanto no interior de um mesmo discurso.

Tendo analisado os sentidos de *povo* presentes nos pronunciamentos de posse supracitados, promoveremos, no capítulo terceiro, uma análise da forma como a imagem presidencial é construída nesses discursos, tendo como referência os sentidos produzidos para “povo” no capítulo anterior, isto é, de que forma os sujeitos presidentes criam uma

imagem de si, em relação aos sentidos de povo presentes em seu pronunciamento. Para tanto, no primeiro tópico, discorreremos sobre a construção da imagem institucional do sujeito presidente, tomando como pressuposto teórico a noção de *formações imaginárias*. Além disso, tomaremos como base o modo como cada presidente fala de si, os tipos de construções sintáticas presentes em seus enunciados; o rebuscamento lexical utilizado, ou não, quando se refere a si e aos seus interlocutores; em suma, os modos de dizer sobre si e sobre o outro presentes em seu discurso. Na sequência, buscaremos compreender o sentido de “nós”, presente em todos os pronunciamentos analisados; dessarte, promoveremos uma incursão por aquilo que Benveniste chama de “nós” inclusivo e “nós” exclusivo, tentando verificar a presença de cada um nos pronunciamentos sob análise. Nos ajudarão nessa tarefa os procedimentos enunciativos de que Charaudeau trata, quais sejam, as enunciações elocutiva, delocutiva e alocutiva, permitindo-nos uma melhor compreensão dos modos de enunciação presentes em cada pronunciamento.

Na conclusão deste trabalho, se poderá ver que o sentido de “povo” adquire uma consistência liquefeita, deslizando amplamente não só de um discurso para outro, como até mesmo no interior de um mesmo discurso, produzindo efeitos de sentidos vários, o que corrobora a afirmação de que esses sentidos, essa divisão não se faz estanque, mas adquire novos e diversos contornos constantemente. Esperamos, com este trabalho, poder elucidar algumas questões que concernem ao discurso político, em especial ao discurso político presidencial em relação ao “povo” e uma possível correlação entre a redemocratização e o recrudescimento da presença do povo na política e no discurso político. Nessa medida, tem-se um trabalho que finca raiz tanto nos estudos políticos e, principal e maiormente, nos estudos discursivos.

CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÕES DO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO

Introdução

Com vistas a obter maior consistência na realização de um trabalho em Análise de Discurso que toma como objeto o discurso político, julgamos ser produtivo um breve retorno às propostas fundamentais feitas por Michel Pêcheux e seu grupo, no final da década de 1960, na França. Não obstante, nossa intenção, com este trabalho, não é fazer um recenseamento de todos os aspectos históricos da Análise de Discurso, desde o seu surgimento até seus mais recentes desenvolvimentos, mas percorrer um caminho que nos conduza à manifestação de algumas noções e postulados capitais da teoria que adotamos aqui, tais como sua essencial noção de discurso, a rede conceitual no interior da qual ela se insere, ganha especificidade e faz sentido, a um melhor entendimento acerca de certas propriedades e transformações do discurso político. Para tentarmos compreender um pouco melhor tais propriedades e transformações, deveremos voltar à gênese da problemática que instaurou esse novo campo de estudo nas Ciências Humanas e da Linguagem.

Em consonância com esse percurso, bem como tendo em vista nosso questionamento central nesta tese, qual seja, se podemos aventar a hipótese de que, quanto mais se avança pela democracia, no decorrer dos regimes democráticos, mais os discursos políticos contemplam o povo, isto é, aqueles de quem são, ou ao menos deveriam ser, representantes, traçaremos o seguinte percurso: primeiramente, discorreremos sobre algumas noções e postulados importantes para a Análise de Discurso, de modo a fundamentar teoricamente nosso trabalho.

Em seguida, buscaremos fazer uma caracterização do que se entende por discurso político e sua relação com os estudos discursivos, tentando mostrar que o discurso político sempre esteve na agenda de estudos da Análise de Discurso, inclusive como um mote para seu desenvolvimento teórico.

Um terceiro ponto a ser abordado serão as transformações por que o discurso político passou, tentando verificar em que medida isso produz alterações, tomando-se em consideração a especificidade desse gênero, que é o pronunciamento de posse, e sobre o qual nossas análises se debruçarão. Tal feita se dará para que possamos analisar e ter uma melhor compreensão das metamorfoses sofridas pelo discurso político, desde a Reabertura Política, em 1985, até nossos dias, mais especificamente, quando da posse presidencial de Dilma Rousseff. Passemos, então, para algumas caracterizações sobre o “discurso” e, mais especificamente, o “discurso político”.

1.1 A especificidade da Análise de Discurso

Cabe aqui uma reflexão acerca do que se entende por *discurso* para quem trabalha com a Análise de Discurso francesa. Remontando à dicotomia preconizada por Saussure, entre *langue* e *parole*, via de regra atribui-se a esta uma falsa sinonímia com o conceito de discurso, uma vez que é extremamente difundida, principalmente no campo político, a noção de que os sujeitos envolvidos nos pronunciamentos, responsáveis por eles, estão fazendo seus “discursos”, ou seja, falando.

Contudo, se nos detivermos ao fato de que os estudos saussureanos, que se deram entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, são os responsáveis por definir essa dicotomia que rege os estudos linguísticos até os dias atuais, perceberemos que, de fato, o entendimento que se tinha sobre tal diferenciação dava conta apenas da distinção entre *fala* e *língua*; logo, tudo que não era do escopo da língua, era do da fala, de modo que o sentido de *discurso* assimilava-se, e ainda hoje, no vulgo, ao de *fala*. Isso tem uma consequência importante para o que chamamos de discurso político, uma vez que há uma especificidade no sintagma “discurso político”, relacionando-o não apenas ao falado ou ao escrito, mas ao próprio gesto significativo da linguagem. É pensando assim que podemos encontrar nas palavras de Piovezani (2009, p. 358) uma relação mais explícita entre *política* e *linguagem*, quando ele afirma que

A política não se encerra na fala, mas começa por ela. Sabemos desde Aristóteles que os homens exercem sua vocação de animal político por meio da voz articulada, com a qual constituem sons, sentidos e sociedades (cf. *Política*, I, 2). Embora não a esgote, o discurso enceta a política, sendo, portanto, uma condição que lhe é necessária e uma dimensão que lhe é constitutiva. (...) Não há política sem palavras (...).

No excerto acima, observamos ser uma característica fundamental da política o discurso, isto é, as palavras, os modos de dizer, que também são gestos políticos, de tal forma que, se não *há política sem palavras*, também é correto afirmarmos, nas esteira de Piovezani (*op. cit.*) e de toda uma tradição dos estudos discursivos, que não há palavras sem política, uma vez que dizer é um gesto político, ou seja, é pelo dizer que há a constituição dos sentidos pelos sujeitos que, ao exercerem “*sua vocação de animal político*”, acabam dividindo os sentidos, produzindo novos, e diferentes, efeitos de sentido. O homem só pode exercer essa sua vocação de animal político por meio das palavras, de tal forma que ele só se torna um *zoon politikon* por meio destas; assim, é verdade que também não há palavras sem um gesto político do dizer, da fala articulada, que caracteriza e diferencia os seres humanos em relação a todos os outros animais.

Diante disso, podemos afirmar ser a política a responsável pela organização da vida social em comunidade nas cidades. Diferentemente do que propõe Saussure ao relegar à fala o que é individual, referente apenas ao indivíduo que enuncia, esta é, na verdade, onde *se enceta a política*, sendo as palavras condições necessárias para que se faça política. Observemos, já aqui, como começa a se desenhar a relação entre o *discurso*, até aqui entendido como uma possível sinonímia de *fala*, no senso comum, e a *política*, compreendida como *a exigência de que a sociedade conheça as deliberações e participe da tomada de decisão*. (CHAUÍ, 2004, pp.187-8).

A relação entre *discurso* e *política* é cara à Análise de Discurso, uma vez que o seu surgimento está diretamente relacionado ao estudo do discurso político. Além de se colocar como uma forma de contraposição ao modo como os estudos do texto se davam no contexto da França estruturalista, do final da década de 1960, a Análise de Discurso toma relações com outros campos de saberes – a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise – como uma forma de produzir alguns deslocamentos necessários à constituição de um modo de encarar a produção da linguagem e dos sentidos, tomando estes como construtos históricos. Assim, como afirma Piovezani (2007, pp. 112-3),

Acreditamos que seja necessário, com vistas a melhor interpretar os mecanismos de construção dos sentidos, considerar simultaneamente a constituição histórica do discurso, sua formulação semiológica – sob a forma de gêneros, enunciados, fórmulas, imagens e sintagmas – e sua materialização num *medium*. É preciso ainda sublinhar que, segundo cremos, uma análise dessa envergadura poderá dar resultados mais produtivos se houver uma “síntese” dos avanços teóricos e analíticos obtidos diferentemente no Brasil e na França, quando se trata de focalizar, indissociavelmente, essas três dimensões supramencionadas.

Nesse excerto, fica clara a necessidade de se considerar, na análise da construção dos sentidos, além de sua constituição histórica, sua *formulação semiológica*. Em seu livro *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*, Michel Pêcheux não considera a questão do *medium*, embora, ao caracterizar o que ele entende por formação discursiva, ele indique algumas formas materiais de circulação dos discursos. Segundo o autor, uma formação discursiva define-se como sendo “aquilo que, numa formação ideológica dada, [...] determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.)” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160). Uma possível interpretação desse dizer de Pêcheux vai no sentido de que aquilo que pode e deve ser dito se dá a despeito do modo como é dito, bem como do *medium* que se utiliza para tal. Não obstante essa interpretação, consideramos¹ que a forma de circulação de um discurso afeta diretamente e sobremaneira aquilo que *pode* e *vai* ser dito, isto é, não se fala da mesma maneira, nem se tem o mesmo dizer se tomarmos um discurso feito para ser lido em cadeia nacional de televisão ou um discurso realizado, por exemplo, em um comício, em carro aberto.

Em seu livro “Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública”, Courtine (2006a) nos mostra como se deu a constituição dos objetos empíricos da Análise de Discurso, afirmando terem sido esses constituídos “*a partir de escritos doutrinários*”. Essa afirmação nos mostra dois pontos importantes, quais sejam: a) a Análise de Discurso se deteve, em seu início, basicamente sobre *corpora* escritos, corroborando com aquilo que assevera Goody (1979, p. 143 *apud* COURTINE, 2006a, p. 11), sobre o fato de que “*os enunciados, porque eles se materializam sob forma escrita, podem de agora em diante ser examinados, manipulados e reordenados de maneira muito diversa.*”. Podemos ver, aí,

¹ A referida interpretação da passagem citada de Pêcheux é de Piovezani (2009); atualmente, os estudos discursivos dispensam cada vez mais atenção à formulação e à circulação.

uma certa preferência de análise sobre *corpora* escritos, ou, talvez, o apontamento de uma necessidade de uma sua *conversão* do oral para o escrito. Isso vai ao encontro de nosso objeto empírico de análise, uma vez que, embora tenhamos pronunciamentos, isto é, textos caracterizados por sua performance estritamente oral, sabemos que, anteriormente à sua circulação, sua formulação dá-se no âmbito do registro escrito. Ademais, esse registro é marcado por uma especificidade característica, qual seja, é um pronunciamento de posse, marcado por ser não só um texto a ser lido, mas pertencente a todo um ritual.

Na sequência de sua explanação sobre o discurso político e as especificidades da Análise de Discurso, em especial da análise de discurso político, Courtine (2006a, p. 12) faz uma afirmação que nos parece crucial para nosso propósito neste trabalho. Segundo o autor,

O alcance da AD, enfim. Ela geralmente consistiu, no plano discursivo, em enunciar *tipologias discursivas* (discurso polêmico/discurso didático; discurso em *eu*/ discurso em *nós*; discurso patronal/discurso sindical; discurso socialista/discurso comunista ...). No plano teórico, ela teve a ambição de colocar em relação os procedimentos de análise linguística e os conceitos históricos emprestados do marxismo, seja no quadro de uma teorização de “articulação” entre língua, discurso e ideologia (“a via althusseriana”) seja na perspectiva sociologizante de uma diferenciação linguística dos grupos sociais (“A via sociolinguística”). Causa ou consequência: os linguistas que fazem AD são na maioria (ou foram) militantes políticos de partidos de esquerda. Professores e militantes...

A AD é, assim, um dos lugares onde a linguística encontra manifestamente a política, ainda que as modalidades desse encontro sejam, às vezes, objeto de um silêncio um pouco embaraçado ou de numerosos desvios. (COURTINE, 2006a, pp. 12-3)

Seguindo os caminhos já percorridos por Courtine (*op. cit.*), consideramos que, embora este não seja o único objeto de estudo da Análise de Discurso atualmente, o discurso político foi o seu maior interesse nos anos de 1970, na França. Como nos coloca Courtine (2009, p. 61), “(...) é apropriado notar que o aparecimento da problematização do discurso no centro da linguística francesa é simultâneo à conjuntura dos eventos de Maio de 68. Eles produziram um agravamento do fluxo dos discursos políticos tanto nas paredes quanto nas ruas. (...)”; novamente, vemos estreitar-se a relação entre a Análise de Discurso e o discurso político, embora essa determinação política não seja a única responsável pelo surgimento desse campo de saber.

Além dessa movimentação de ordem político-social, as mudanças ocorridas no interior dos estudos linguísticos promoveram uma discussão sobre métodos para uma análise de discurso; conta-nos Courtine (*op. cit.*) sobre o desenvolvimento de métodos automáticos de análise textual e discursiva, baseados no cálculo informacional, tais como “os trabalhos estatísticos com a lexicografia do Laboratoire de L’Ecole Normale Supérieure de ST. Cloud (TOURNIER et al., 1978)” (COURTINE, 2006a, p.62). Esses estudos seguiam sob a forma de análise lexical dos pronunciamentos políticos, buscando compilar uma estatística sobre o uso/aparecimento de determinadas palavras nesses discursos, como um indicativo do pertencimento destes ao partido A ou B, a uma formação discursiva x ou y. Fica mais ou menos evidente, então, a razão pela qual Courtine (2006a, pp.12-3) toca na questão da tipologia discursiva, em especial, na caracterização dessas tipologias baseada em aspectos como uso de primeira pessoa do plural vs. terceira pessoa do plural ou primeira pessoa do singular, um discurso caracterizado por ser patronal ou sindical, isto é, coadunando com os interesses do patrão ou do trabalhador etc. Antes de nos concentrarmos na questão do gênero discursivo, gostaríamos de dispender algumas palavras sobre as operações e o objeto da Análise de Discurso.

Em todo trabalho científico, é importante termos definida claramente a metodologia de recenseamento do *corpus* de análise, bem como as operações por que passarão esse *corpus*, a fim de permitirem que os enunciados os quais o formam possam ser compreendidos e interpretados, tendo em vista o aspecto teórico da Análise de Discurso. Seguindo Courtine (2006a, pp. 63-4), temos que os procedimentos analíticos desse campo de saber baseiam-se em: *delimitação de um espaço discursivo; aplicação de um procedimento linguístico a um texto para a determinação de suas relações inerentes; estabelecimento de uma relação no discurso entre os elementos linguísticos e o exterior à linguagem*. Para prosseguirmos nosso trabalho, passaremos mais detalhadamente sobre cada um desses procedimentos, de modo que possamos compreender melhor seu funcionamento.

A) DELIMITAÇÃO DE UM ESPAÇO DISCURSIVO: nenhum campo de estudo pode debruçar-se sobre suas análises sem antes ter delimitado seu *corpus*; na AD, também se procede da mesma forma. Tendo em vista que nosso objetivo, neste trabalho, é proceder a uma análise dos pronunciamentos presidenciais de posse, nosso *corpus* é delimitado, empiricamente, por conter textos que compreendem os pronunciamentos de 1985 a 2011.

Ademais, a caracterização desse espaço discursivo dá-se pelo fato de desejarmos verificar os sentidos de “povo” presentes em discursos do campo político, o que nos leva a caracterizar, mais à frente, o *enunciado político*;

B) APLICAÇÃO DE UM PROCEDIMENTO LINGUÍSTICO A UM TEXTO PARA A DETERMINAÇÃO DE SUAS RELAÇÕES INERENTES: neste ponto, consideraremos a estruturação do discurso, de modo a nos orientarmos pelas ocorrências e recorrências de elementos presentes na materialidade linguística que nos é dada à análise. Neste trabalho, tomaremos como procedimentos linguísticos os processos de substituição, sinonímia, determinação e paráfrase, de modo que possamos tentar compreender os efeitos de sentido produzidos nos pronunciamentos presidenciais de posse.

C) ESTABELECIMENTO DE UMA RELAÇÃO NO DISCURSO ENTRE OS ELEMENTOS LINGUÍSTICOS E AQUILO QUE É EXTERIOR À LINGUAGEM: notadamente, por se tratar de um trabalho em Análise de Discurso, não nos bastará apenas um trabalho de descrição linguística dos enunciados, mas far-se-á necessária a interpretação dos dados linguísticos obtidos por meio desses procedimentos linguísticos, considerando-se as condições de produção em que esses discursos emergem, tendo em vista que, para a Análise de Discurso, o que importa são os efeitos de sentido produzidos entre os interlocutores envolvidos nos processos discursivos e suas relações com o exterior próprio às formações discursivas em que são produzidos cada discurso, ou seja, o interdiscurso. Dessarte, embora não fiquemos presos somente à materialidade linguística, tomamo-la como ponto de partida para uma melhor compreensão dos processos discursivos que se instauram nos referidos pronunciamentos tomados para análise.

Isso posto, é importante discorrermos brevemente sobre nosso objeto empírico de análise, qual seja, o texto. Eni Orlandi (2009, p. 69) nos diz que “*Se o texto é a unidade de análise só pode sê-lo por que representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentido entre locutores.*”. Ora, assim, o texto, para os analistas de discurso, não se caracteriza por sua extensão, mas por sua historicidade, isto é, ao fato de que os sentidos são constituídos numa relação interdiscursiva, atravessado sempre por outros dizeres, com os quais entra em relação de antagonismo, de identificação etc., ou seja, a toda discursividade que o atravessa, de modo que, até mesmo uma letra “O”, ao lado de uma letra “A”, inscritos em duas portas, indicando os banheiros masculino e feminino, respectivamente, são um texto, naquela condição de produção. É a marcação historicamente constituída na língua, caracterizando os gêneros masculino e feminino pelas letras “o” e “a”, respectivamente, que torna possível a

interpretação dessas mesmas letras, como no exemplo acima, inscritas em portas uma ao lado da outra, como sendo um local público reservado a cada gênero especificamente. Contudo, é importante voltarmos nossa atenção para um detalhe crucial: essa interpretação das letras “a” e “o” como marcando os gêneros feminino e masculino é permitida, em última instância, também, pelo local de circulação, ou melhor, de materialização, de modo que o *medium* por que circula um discurso produz sobre ele algumas determinações quanto à sua interpretação.

Dessarte, na sequência, apresentaremos uma breve caracterização do que se entende por *discurso político*, uma vez que sua compreensão nos permitirá avançar no entendimento desse campo discursivo que é a política, lugar em que se dão os pronunciamentos de posse que analisaremos. Além disso, faremos igualmente um percurso no intuito de compreender melhor o funcionamento dos gêneros discursivos, uma vez que é necessário que consideremos suas especificidades de composição. Passemos, então, a uma caracterização do discurso político para, em seguida, nos determos, mesmo que sem esgotar o assunto, sobre algumas considerações produzidas por Bakhtin acerca dos gêneros do discurso, o responsável, em última instância, pelas caracterizações do *como se fala*, ou seja, em termos de gênero discursivo, do *estilo verbal*, guardando sempre a especificidade existente entre o posicionamento da AD e de Bakhtin.

1.2 Caracterização do Discurso Político

Piovezani (2009, p.129) nos chama a atenção para o fato de que “*dar um nome e atribuir um adjetivo é, nesse caso, tentar impor uma interpretação*”. Tomando tal afirmação como mote para nossa reflexão sobre o discurso político, podemos, já de início, verificar que não estamos falando de “qualquer discurso”, mas de um que seja marcado pelo determinante *político*. Entretanto, o que significa tal “demarcação” de sentido para a Análise de Discurso?

De fato, temos que qualquer enunciado pode ser considerado político, dependendo das condições que possibilitam sua emergência; entretanto, o inverso também é verdadeiro, ou seja, um enunciado pretensamente político pode servir apenas de pretexto para asseverar coisas que não são consideradas políticas, neutralizando seu sentido político ideológico. Assim sendo, embora o dissenso seja constitutivamente político, uma vez que

os sentidos são sempre divididos, são as *condições de produção* de um discurso as responsáveis por seu pertencimento ao campo do discurso político, isto é, são os *efeitos de sentido* produzidos que o politizam.

Diante disso, seria equivocado cogitar que o pensamento político está reservado apenas aos governantes ou aos pensadores da política. Esse efeito de sentido político dá-se na interlocução social, sendo, portanto, esses modos de interlocução e o lugar de dizer desses sujeitos implicados nos discursos que é considerado como discurso político. Logo, na esteira de Charaudeau (*op. cit.*), distinguimos três lugares de fabricação desse discurso político, quais sejam: o lugar de elaboração dos sistemas de pensamento; o lugar cujo sentido está relacionado ao próprio ato de enunciação; e o lugar em que é produzido o comentário sobre esse discurso.

O discurso político enquanto *sistema de pensamento* resulta da atividade discursiva que busca por um ideal político em função de certos princípios que deveriam servir de referência para a construção das opiniões e posicionamentos. Observemos que nesse sentido o discurso político está intimamente relacionado com a questão da ideologia, ou seja, ele – o discurso político – é a materialização das várias formações ideológicas presentes na sociedade, referentes à organização político-social que se tem.

Haroche *et al* (1971, p. 102) entendem que

(...) Falar-se-á de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras.

No excerto acima, podemos ver se configurar uma noção de ideologia relacionada às representações sociais, não sendo individuais, tampouco universais, mas determinadas pela luta de classes existente em uma determinada sociedade, de modo que a noção de *ideologia* aparece, segundo Pêcheux (2009, pp. 137-8),

(...) como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre “homens”, *no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele*: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa ideia de “o homem”, como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação etc. (...) o conceito de *Ideologia em geral* permite pensar “o homem” como

“animal ideológico”, isto é, pensar sua especificidade enquanto *parte da natureza*, no sentido espinosiano do termo:

A história é um imenso sistema *natural-humano* em movimento, cujo motor é a luta de classes. (...)

Fica claro que a questão da ideologia se faz presente na medida em que as relações sociais existentes são, como diz Pêcheux, relações entre homens, não entre seres mitológicos, anjos, animais. Os homens são afetados pela história, numa relação um tanto quanto complexa: são os homens que fazem a história, na medida em que a história é “*a história da luta de classes*”; entretanto, esses mesmos homens não têm acesso ao modo como ela é produzida, ao modo como os sentidos se constituem, ou seja, o homem é pego no processo contínuo de reprodução/transformação das relações de classe – aí inclusos os caracteres infra-estruturais (econômicos) e superestruturais (jurídico-políticos e ideológicos) (PÊCHEUX, 2009, p. 138).

Evidentemente, as relações econômico-jurídico-políticas e ideológicas dão-se no interior da sociedade, como parte das relações sociais estabelecidas por esse *zoon politikon*; além disso, tais relações são baseadas pelo seu caráter ideológico, ou seja, em última instância, pela constituição de sujeitos e sentidos sociais, políticos. É essa constituição, juntamente com a história, que faz com que, em uma sociedade, tenhamos as evidências de sentido produzidas, concomitantemente com a constituição dos sujeitos, uma vez que estes também são constituídos como uma evidência de pertencimento a determinada classe social. É pela presença da ideologia que temos a “fabricação” do consenso sobre os sentidos e sobre os sujeitos, uma vez que

a questão da constituição do sentido se junta à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal (por exemplo, no caso particular dos 'rituais' ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria 'tese central', na figura da interpelação (PÊCHEUX, 2009, p.140)

Podemos compreender essa “fabricação do consenso” como um modo de se organizar a sociedade e administrá-la, como uma forma mais efetiva de se exercer o poder numa sociedade caracterizada pela heterogeneidade; assim, o discurso político busca promover uma certa igualdade entre os cidadãos, sendo o responsável por essa “fabricação do consenso”, haja vista que ele – o discurso político – é “*um discurso de busca do poder.*” (FIORIN, 1988, p. 144 *apud* PIOVEZANI, 2009, p. 133); ora, além da busca do poder, este precisa ser legitimado. Esse aspecto será tratado no tópico subsequente, denominado *Identidades e Legitimidade no Discurso Político*.

Tomando não apenas os aspectos ideológicos e sociais do discurso político, mas considerando, também, os aspectos linguísticos, entendemos o discurso político como *ato de enunciação*, concernido mais diretamente aos sujeitos que dele participam na cena de enunciação política, cujo objetivo é retórico, ou seja, pretende influenciar as opiniões, obter adesões, rejeições ou produzir o consenso, como dito acima. É nesse sentido, então, que entra em jogo a noção de *antecipação*, segundo a qual

(...) todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem. Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê seu adversário absoluto. Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. (ORLANDI, 2009, p.39)

Ancorados nessa definição de antecipação, podemos compreender o efeito de sentido produzido, por exemplo, por Fernando Collor de Melo, ao se colocar como “*Filho e neto de políticos*”, ou por José Sarney, ao se referir a si mesmo como “*homem simples como todos do povo*”; ou seja, há uma antecipação da imagem que os interlocutores terão do enunciador, o que regula o caminho que sua argumentação terá, isto é, o melhor modo de se conseguir a adesão do auditório a seu discurso.

Desse modo, tal prática resulta em aglomerações estruturadas em formas de comícios, debates, *slogans*, reuniões, marchas, declarações televisivas etc., o que nos faz pensar em uma certa aproximação entre essa noção de *antecipação*, trazida por Orlandi, cuja filiação se dá aos trabalhos de Michel Pêcheux, ao modo de pensar sobre esse imaginário de filiação, discutido por Charaudeau (2008, p.40), ao asseverar que esse imaginário é “*um imaginário de filiação comunitária, mas, dessa vez, mais em nome de um comportamento comum, mais ou menos ritualizado, do que um sistema de pensamento, mesmo que este perpassse aquele.*” Dessarte, os pensamentos de Orlandi (*op. cit.*) e Charaudeau (*op. cit.*) se coadunam na medida em que é essa antecipação, nos dizeres de Orlandi, ou esse imaginário de filiação comunitária, conforme Charaudeau, que orientará a argumentação do discurso político, no intuito de o locutor obter para si o máximo de adesão de seu auditório político, visando um determinado comportamento desse auditório a seu favor.

Esse aspecto do discurso político foi de extrema importância quando de seu desenvolvimento, vinculado à Retórica, uma vez que os objetivos desta era, por meio de palavras, promover a adesão do auditório a uma determinada forma de pensar, um determinado modo de raciocínio, aquele do orador. Pensado o discurso como “efeito de sentidos entre locutores”, e o discurso político como uma forma de se obter o consenso em uma sociedade, visando à administração dos interesses públicos, podemos asseverar que o mecanismo da antecipação também é o responsável pela regulamentação desses efeitos de sentido produzido no campo político, uma vez que se visa ao efeito produzido em seu ouvinte, buscando sua adesão, fazendo-o construir uma imagem do ouvinte como pertencente ao mesmo lugar de dizer do locutor. Assim, era e é por meio de bons argumentos, formulados de uma maneira que se procura evitar os deslizamentos de sentido, como uma forma de conter sua moção, que se coloca tanto locutor quanto interlocutor em um mesmo nível, desconsiderando-se os aspectos sócio-histórico-políticos nesse processo de interlocução. Por isso mesmo, pregava-se um uso das formas verbais, por exemplo, de acordo com o que se tinha de “norma culta padrão”, isto é, conforme escreviam os tidos como “bons escritores”, além de construções sintáticas invertidas, como o hipérbato e o anacoluto, figuras de retórica, como comparações, metonímias e oxímoros, como estratégia política de persuasão e sedução. Esses artificios, ao longo do tempo, foram perdendo espaço no discurso político para um modo de dizer mais simples, sem tantas figuras de linguagem, de modo que houvesse uma aproximação do locutor com seu auditório político, principalmente, no Brasil, após o processo de reabertura política, e a participação popular efetiva na vida política brasileira, como podemos verificar nos pronunciamentos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Podemos compreender o discurso político, também, como *comentário*, não estando voltado necessariamente para um fim político, mas tendo como propósito produzir um discurso sobre o político, a respeito do político – uma espécie de *metadiscurso político*, mas sem produzir nenhum risco político. É o que temos, atualmente, nos comentários produzidos por “especialistas/comentaristas” políticos, que aparecem nos jornais para discutir alguns aspectos específicos da política atual. Segundo Charaudeau (*op. cit.*, p. 41), “(...) *Ele pode ser revelador da opinião do sujeito que comenta, mas sem que se saiba necessariamente qual é seu grau de engajamento em relação àquela (...)*”, permitindo que as discussões políticas possam tomar outro caminho, promovendo intrigas, mal-estares, sem que se consiga fixar uma opinião ou promover uma tomada de posição.

Assim, a fabricação do discurso político está relacionada aos lugares sociais ocupados por esses sujeitos políticos, sem estarem de maneira alguma separados uns dos outros. O discurso político, como todo discurso social, circula no interior de grupos que os constituem, sendo em sequência “exportados”, atravessando outros grupos que frequentemente se apropriam dele, alterando-o ou não, isto é, o discurso político se constrói, tomando como base outros discursos, políticos ou não, quer seja pela temática, quer pelos enunciados que reaparecem para serem contrapostos ou aos quais haverá a adesão. Na verdade, essa é a característica de todo e qualquer discurso, uma vez que o princípio da *interdiscursividade* rege toda produção discursiva. É o que Maingueneau (2008, p.35) chama de *o primado do interdiscurso*, isto é, as relações de um discurso com o seu (O)outro. Pêcheux (2009) também nos mostra que devemos tomar um discurso em relação a outros discursos, de modo que tenhamos um complexo com dominante de discursos postos a circular na sociedade.

Segundo esse autor (2009, p 146),

(...) o *sentido* de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). (...)

Por essa citação, podemos verificar que o sentido que o discurso político adquire depende da posição social em que se encaixam os sujeitos que o produzem. Além disso, não podemos nos esquecer de que “*o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal (...)*” (PÊCHEUX, 2009, p. 149). Não obstante, hoje observamos um processo de “desideologização” do discurso político, perdendo “*sua autonomia e sua eficácia; ele é, desde então, indissociável da imagem do homem público e está frequentemente subordinado a essa imagem.*” (COURTINE, 2006, p. 112); ou seja, não temos mais um discurso baseado em grandes programas de governo, elencados à exaustão, como feito por um “administrador do bem público”, mas algo que se assemelha a um diálogo, uma conversa íntima e informal entre amigos e familiares, com a apresentação de propostas em forma de conselhos benéficos para todos, como podemos observar nos pronunciamentos de Lula (2003), ao tematizar

sobre a fome no Brasil, “*Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha*”, de Lula (2007), ao se referir ao auditório como “*Minhas Senhoras e Meus Senhores*”, e de Dilma (2011), também se referindo ao seu auditório como “*(...) meus queridos brasileiros e brasileiras (...)*”, este último em tom mais de conversa informal, bem como em “*(...) Queridas brasileiras e queridos brasileiro, muita coisa melhorou no nosso país, mas estamos vivendo apenas o início de uma nova era, o despertar de um novo Brasil. (...)*”. Esses empregos corroboram para a construção de um discurso em tom mais informal, de conversa íntima com amigos, o que mostra uma metamorfose na discursividade política.

Desta feita, para finalizar nosso breve percurso pelo *discurso político*, vale ressaltar e insistir na relação entre “Política” e “Discurso Político”, compreendendo aquela como uma forma de organização social, de modo a atribuir os lugares sociais aos cidadãos, e este como a determinação histórica dos processos de significação; logo, aventamos a hipótese de que o *discurso político* é o responsável, em certa medida, pela determinação e subsequente estabilização dos lugares sociais ocupados pelos cidadãos, que se dá discursivamente. Ou seja, passamos da política para o discurso político ao promovermos a passagem da forma de organização social para o modo como os sentidos – e os sujeitos – são distribuídos na sociedade, por meio dos discursos, uma vez que, segundo Le Bart (1998, pp. 70-1 *apud* PIOVEZANI, 2009, p 132)

O discurso político contribui para legitimar a ordem política, amarrando os fios de uma intriga de quatro tempos, cuja trama pode ser enunciada da seguinte maneira: 1) A realidade social é transparente; 2) A autoridade política é legítima; 3) Ela controla os fenômenos sociais; 4) A soma dos cidadãos constitui uma comunidade. Propriedades obrigatórias do discurso político, essas quatro proposições revelam, ao se cruzarem, o indizível e, provavelmente, o impensável do discurso político: eu não sei de nada; não tenho nenhum direito de governar, não posso fazer nada por vocês; vocês são apenas uma soma de indivíduos diferentes.

Dessarte, tendo em vista que é por meio do discurso político que o *zoon politikon* adquire sua legitimidade e garante a ordem pública, procuraremos, agora, compreender de que modo esses discursos políticos produzem as identidades do seu enunciador e do interlocutor, adquirindo certas legitimidades no meio social em que se dão. Nos dizeres de Piovezani (2009, p. 138),

(...) o discurso político parece tentar cada vez mais imputar uma identidade aos seus interlocutores fundamentada em uma pertença ideológica ou talvez, antes, na inscrição a determinados grupos, ou seja,

procura-se estabelecer uma espécie de contrato de comunicação que define a posição política e social a partir da qual o discurso deve ser recebido.(...)

Retomando a afirmação de uma “desideologização” do discurso político, vemos ocorrer a inscrição desses indivíduos a determinados grupos, por exemplo, o grupo de amigos de determinado presidente, ou, até mesmo, de familiares, o que, em certa medida, acentua o processo de individualização desses sujeitos. Entretanto, uma questão fica a ser explicitada: como se dá a construção das identidades e legitimidades no discurso político? A fim de compreendermos um pouco melhor tais construções, passemos a uma consideração sobre identidades e legitimidades no discurso político na próxima seção.

1.3 Identidades e Legitimidades no Discurso Político

A prática política concerne, mais especificamente, à gestão da vida coletiva de um grupo social, na qual estão envolvidas diferentes estâncias que regulam tais relações baseadas em jogo de poder. Essas relações de poder são responsáveis por estabelecerem, no domínio do social, os lugares a que os sujeitos pertencem na sociedade, de modo que adquiram desses lugares suas identidades. Desde meados do século XX, a questão da identidade ganha grande relevância e importância e, junto, começam os embates identitários, como podemos perceber na questão da globalização, que reforça a necessidade de se delimitarem as identidades, baseadas nas diferenças, essas não mais promovendo a exclusão, a segregação, mas a inclusão, ao mesmo tempo em que se alimentam os preconceitos, o culturalismo, a superioridade racial (no caso da eugenia, promovida por Adolf Hitler), religiosa, entre tantas outras.

Diante de tantos debates acerca da questão da identidade, um autor que nos chama a atenção é Castells (1997) *apud* Orlandi (2011); segundo ele, “*a revolução das tecnologias da informação e a reestruturação do capitalismo criaram um novo tipo de sociedade, a sociedade em rede*”. Essa forma de considerar a sociedade, baseada na globalização, é uma forma de restringir a própria noção de sociedade, tomando-se sua representação pela realidade social concreta, em relação àquela apresentada por uma sociedade virtual, baseada nas relações estabelecidas *on-line*. Contudo, o que nos interessa, de um ponto de

vista discursivo, é considerar a *identidade* como um constructo histórico, ou seja, promovida pelas relações político-ideológicas nas sociedades.

Considerar a identidade como um constructo é não tratá-la, em última instância, como essência dos sujeitos, ou seja, deslocando-se o modo tradicional das Ciências Sociais tratarem a questão da identidade, mas sim tratá-la como produzida nas relações intersubjetivas existentes na sociedade, atravessadas por discursos outros e, portanto, sendo construídas, também, pelo (O)outro. Trabalhando por uma perspectiva discursiva, entendemos a identidade como movente, ou seja, relacionada ao pertencimento dos sujeitos a determinados espaços sociais, que não são apenas geográficos, mas constituídos discursivamente; assim, o espaço social do proletariado, do empresário, do governante são constituídos discursivamente, tendo como base os sentidos já estabilizados sobre o que é ser proletariado, patrão ou governante. Nesse sentido, a legitimidade é dada pelo pertencimento a determinado nicho social, responsável pela atribuição das identidades específicas – mesmo que moventes – aos sujeitos, de modo que os efeitos de sentido decorrem, também, dessa diferença de pertencimento na sociedade. Se, por um lado, o pertencimento a um lugar de dizer responsável por atribuir ao sujeito um determinado saber contribui para sua legitimidade e aceitação de seus atos e discursos por todo um contingente, por outro, esse mesmo pertencimento pode afastá-lo do auditório de seu discurso, ou eleger como tal apenas alguma parcela da sociedade, com a qual mais se identifique.

Essas “várias identidades”, por sua vez, podem engendrar tensões, contradições da imagem que esse sujeito faz de si mesmo e de sua relação no seio da sociedade, no grupo a que pertence ou a que se propõe pertencer. A Análise de Discurso de linha francesa apropriou-se, de certo modo, dessa heterogeneidade que perpassa a constituição das identidades, como fruto do interdiscurso, que é atravessado pela confluência das várias formações discursivas existentes na sociedade, trazendo para sua compreensão o ideológico e o político, que colocam essas várias identidades em conflito iminente.

Relembrando o que nos diz Pêcheux (2010), *não há identificação essencial, mas processos de identificação*. Ou seja, essas identidades são produzidas, construídas no seio social por meio dos discursos que circulam, de modo a se constituírem tanto a identidade dos enunciadores quanto a dos enunciatários. Aqui cabe uma consideração importante a respeito da identidade e do processo de individuação dos sujeitos na sociedade. Segundo

Pêcheux (2009), o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, no interior de práticas sociais, adquirindo uma determinada forma-sujeito do discurso no interior da formação discursiva que o domina. Esse processo de interpelação é afetado pelos esquecimentos 1 e 2, produzindo a evidência pela qual não se percebe que tal identidade resulta dessa identificação-interpelação do indivíduo. Ou seja, é o indivíduo, submetido à língua, ao simbólico, para produzir sentidos, que se constitui enquanto forma-sujeito de seu discurso. Entretanto, o processo de identificação ainda possui um “segundo momento”: refletindo sobre a relação do sujeito com a linguagem como parte de sua relação com o mundo, em termos sociais e políticos, nesse segundo tempo, é o Estado, com suas instituições e suas relações com as formações sociais o responsável pela individuação dessa forma-sujeito histórica, produzindo os diferentes processos de identificação, isto é, a individuação dos sujeitos, levando-os a se identificarem às respectivas formações discursivas.

Segundo Orlandi (2011, p.8)

como analista de discurso, poderíamos aproximar o que diz o autor, afirmando que dos processos de identificação dos sujeitos individualizados, portanto dos indivíduos, com as diferentes formações discursivas, resultam posições de sujeito distintas, que, como sabemos, podem ter entre si uma infinidade de natureza de relações.

Ou seja, essa *infinidade de relações* é a responsável pela constituição identitária tão heterogênea, que marca as sociedades contemporâneas, pelo pertencimento dos sujeitos a diversos lugares de dizer. É dessa maneira complexa que podemos compreender a questão da identidade nas sociedades capitalistas modernas, tendo o Estado, com suas instituições, como o principal promotor da instauração de novas identidades sociais. Isso se sustenta, igualmente, na afirmação de que um mesmo indivíduo pode ter várias identidades, uma vez que, não sendo essas essenciais, mas construídas socialmente por meio dos discursos, e sendo esses sujeitos afetados por vários dizeres, seus processos de identificação dão-se de modo constante, fazendo com que tenhamos, até certo ponto, várias identidades em confronto, como parte da constituição dos sujeitos pelos dizeres, e estes como parte dos já-ditos, do interdiscurso.

Desse modo, o discurso político é um dos grandes responsáveis por promover a “distribuição identitária” dos sujeitos na sociedade. É por meio dele, também, que as instituições promovem a estabilização de certos sentidos sobre os sujeitos que se colocam como seus interlocutores, e as colocam em relação – as várias possíveis, dependendo do

jogo político em questão. Mas o que é essa identidade política? Como os sujeitos desses discursos conseguem a legitimidade necessária para que seus interlocutores se identifiquem a esses discursos, produzindo, igualmente, sua individuação, ou seja, de modo que “*ao individuar-se, ao mesmo tempo identifica-se e se projeta em uma posição sujeito, na sociedade, representando-se como parte do grupo a que 'pertence'*” (ORLANDI, 2011, p.22-3). Em outras palavras, é pela legitimidade a eles atribuída que seus discursos promovem tal individuação. Passemos, então, a analisar de que modo se dá tal legitimação.

1.3.1 Sobre Legitimidade e Identidade do Sujeito Político

O discurso político é o campo em que os diversos sujeitos políticos representam-se como sujeitos de direito estabelecidos por relações de poder, de legitimidade, de credibilidade e de cooptação. Mas qual a identidade desses sujeitos? Vimos acima que é no interior de uma formação social e de uma formação discursiva que o sujeito adquire sua identidade, isto é, essa identidade não é dada *a priori*, mas produzida pelos discursos que o atravessam no embate público e político, promovendo sua individuação. Ou seja, é na sociedade que o sujeito político adquire sua identidade, por meio dos vários discursos (partidários, estatais, etc.) que o afetam e fazem projetar-se em uma posição sujeito, estabelecendo uma relação de pertencimento. Contudo, cabe ressaltar que tal relação de pertencimento é política, isto é, dada no processo de identificação por meio dos discursos a que estão submetidos esses sujeitos na sociedade.

A noção de legitimidade, evidentemente, não é exclusiva do domínio político, designando de modo mais geral “*(...) o estado ou a qualidade daquele cuja ação é bem fundamentada (...)*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 65). Traçando um percurso histórico acerca da legitimidade política, observamos que, na Grécia antiga, de um modo geral, ela era adquirida com base na propriedade de terras; pelo pertencimento a um lugar geográfico – o *jus solis* –, como aqueles que nasciam nas *tribus* ou num *demos*; havia os que adquiriam essa legitimidade por serem os “representantes” direto de Deus na terra, como os reis, na Idade Média, cujas resoluções representavam a vontade de Deus para com os súditos. Essa legitimidade é característica do sujeito, ou seja, é inerente ao corpo, à materialidade do sujeito, no caso grego, na figura no patriarca; no caso das monarquias

medievais, ao corpo do rei, isto é, a figura do rei é a responsável pela legitimidade de seu governo, uma vez que ele está “avalizado” por Deus, sendo um seu representante.

Segundo Chauí (2004, p. 197),

Um regime só é político se for instituído por um corpo de leis publicamente reconhecidas e sob as quais todos vivem, governantes e súditos, governantes e cidadãos. Em suma, é político o regime no qual os governantes estão submetidos às leis. Quando a lei coincide com a vontade pessoal e arbitrária do governante, não há política, mas despotismo e tirania. Quando não há lei de espécie alguma, não há política, mas anarquia.

A presença ou ausência da lei conduz à ideia de regimes políticos **legítimos** e **ilegítimos**. Um regime é legítimo quando, além de legal, é justo (as leis são feitas segundo a justiça); um regime é ilegítimo quando a lei é injusta ou quando é contrário à lei, isto é, ilegal, ou, enfim, quando não possui lei alguma.

Dessa feita, percebemos que a legitimidade do governante está relacionada às leis e ao reconhecimento, por parte da população, de seu lugar de governante. Em última instância, só existem governantes porque existem governados que os legitimam. Até mesmo nas teocracias (em que o poder político era exercido pela Igreja, como, ainda hoje, temos no Vaticano), é necessário que tal governo seja tido como legal, ou seja, que a figura do papa, no caso atual, de acordo com as leis de Deus, seja visto um representante legal; muito semelhante ao que ocorria na Idade Média, com os reis. Após esse reconhecimento, há a legitimação pela população, decorrente desse motivo, qual seja, o de representar o poder de Deus na terra.

De acordo com Charaudeau (*op. cit.*),

(...) a legitimidade é instituída em sua origem para justificar os feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo. Ela depende, portanto, das normas institucionais que regem cada domínio de prática social (...)

Essa legitimidade de que fala Charaudeau pode ser identificada nos pronunciamentos de posse dos presidentes, já nos primeiros parágrafos, quando os mesmos aproveitam seu discurso para explicar sobre suas tarefas e objetivos, bem como apresentar as justificativas de o porquê terem chegado ao poder, como podemos observar, a seguir, nos excertos retirados dos pronunciamentos de Tancredo Neves – TN (1985), José Sarney –

JS (1985), Fernando Collor – FC (1990), Fernando Henrique Cardoso – FHC1 (1994) e FHC2 (1999), Lula – L1 (2003) e L2 (2007) e Dilma Rousseff - D (2011).

TN “O povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco (...)”

JS “(...) em primeiro lugar, nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo. (...)”

FC “Volto a esta casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.”

FHC1 “Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.”

FHC2 “Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como aos que moram nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

L1 “Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar.”

L2 “Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.”

D “Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher.”

Em Tancredo Neves, observamos que “o povo brasileiro” é colocado como partícipe ativo nas mudanças ocorridas, sendo caracterizado como “aquele que exigiu mudanças e as conseguiu”; apresenta-se uma visão eufórica da imagem que se tem de povo neste pronunciamento, sendo o povo o responsável por legitimar seu governo, na medida em que esse governo dará continuidade às mudanças promovidas. José Sarney apresenta um povo solidário, uma vez que, se disser a verdade, obterá “*a solidariedade do povo*”. Ou seja, o povo é solidário, mas demonstra tal solidariedade, e como consequência a legitimidade, apenas se sentir confiança naquele em quem depositará sua solidariedade e ajuda.

Fernando Collor de Melo sustenta sua legitimidade nos votos que obtivera nas urnas, de modo que fora o “povo” que delegara a ele – Collor – a presidência da República; assim, Collor possui a legitimidade política necessária para governar o país. No mesmo argumento sustenta-se Fernando Henrique Cardoso, tanto em seu primeiro mandato, quanto em seu segundo, ao colocar que fora o “povo” o responsável por colocá-lo no

poder; em seu primeiro mandato, sua legitimidade também está atrelada ao sucesso do Plano Real; no segundo, à aceitação que as mudanças produzidas em seu governo tiveram.

É com base em mudanças também que Lula sustenta sua legitimidade; contudo, essas mudanças serão promovidas em relação ao governo anterior, de FHC. Assim sendo, seu primeiro pronunciamento produz um efeito de sentido de que o povo o legitimou para que ele produzisse, de fato, as mudanças necessárias na sociedade; a efetivação dessas mudanças sustentará sua legitimidade por mais um período de quatro anos, decorrente de sua reeleição.

Já Dilma sustenta sua legitimidade em dois aspectos, quais sejam: no fato de o povo ser soberano e possuir capacidade de realizar uma escolha livre e no fato de ela ter sido a primeira mulher a ocupar tal cargo.

Pelo fato de Itamar Franco ter assumido a presidência da República devido à saída de Fernando Collor de Melo por ter sofrido um processo de impeachment, não aparece em seu pronunciamento uma referência à legitimidade dada a ele pela população diretamente; mas tal legitimidade é adquirida legalmente, pelo funcionamento do sistema político, que preconiza a posse do vice-presidente em caso de impossibilidade de o presidente assumir ou dar prosseguimento a seu mandato.

Comparando ao que disse Le Bart (*op. cit.*), a legitimidade política do sujeito é garantida pelo discurso político de modo que esse sujeito se constitua enquanto autoridade política, controladora dos fenômenos sociais, gerindo adequadamente a vida pública dos cidadãos, tidos como uma *comunidade*, e deles recebendo “apoio inequívoco”. De outra forma, o sujeito político só pode agir na vida dos cidadãos, só consegue a adesão que deseja por se colocar como o que garantirá a ordem político-social necessária à comunidade.

Novamente, a legitimidade política, que será garantida, em certa medida, por meio do discurso político, vê-se atrelada ao controle dos fenômenos sociais, relacionados a problemas por que a população passa. Talvez, possamos aventar a hipótese de que, baseados nesses princípios elencado por Le Bart, os pronunciamentos políticos, em especial os de posse, toquem bastante na questão da solução dos problemas sociais, no

benefício da população, do *povo*, este significando determinada parcela específica da população em cada pronunciamento em questão.

Charaudeau (2008) elenca alguns tipos de legitimidade produzidos pelos discursos políticos para os sujeitos políticos. Segundo o autor, temos: *legitimidade geral* e *legitimidade e soberania política*, em cuja origem se encontram três tipos de imaginário social, quais sejam: *legitimidade por filiação*; *por formação* e *por mandato*.

A *legitimidade em geral* designa o estado ou a qualidade daquele cuja ação é bem fundamentada; em nosso caso, de país democrático e laico, essa fundamentação se dá nas leis que servem de conduta social; em um estado não laico, como o Vaticano, teríamos essa fundamentação baseada, também, em leis religiosas. Essa legitimação dá-se pelo reconhecimento de um sujeito por outros sujeitos, sendo realizado em nome de um valor que é aceito por todos, por exemplo, o voto. Em alguns casos, essa legitimidade pode ser garantida por uma parcela da sociedade, sem que haja a aceitação de todos, como acontece em alguns regimes, por exemplo, as oligarquias, podendo ocorrer até mesmo nas democracias. É esse poder atribuído que dá o direito de se exercer algumas funções específicas, a depender de normas institucionais.

A *legitimidade política*, dividida em *legitimidade por filiação*, *por formação* e *por mandato* é caracterizada por Charaudeau (2008, p. 70-1) da seguinte maneira:

a) *Legitimidade por Filiação* é aquela que considera como sendo de fundamental importância que o sujeito seja “(...) 'bem nascido'; de que ele obtém sua legitimidade como herança dita 'natural' (...). Ele recebe o título, o poder e a responsabilidade de seu ascendente como quinhão; depois, como bem supremo: ele é um 'herdeiro'.

Charaudeau ainda considera que tal legitimidade pode ter uma natureza sagrada, uma vez que “os atributos e as qualidades dependem então de uma espécie de predestinação: torna-se um ser eleito por um poder do além, mesmo que essa eleição passe pelas mãos dos homens” (*op. cit.*), o que explica a legitimidade dada aos reis desde a

Idade Antiga até a Média, sendo eles considerados representantes escolhidos pelos deuses e por Deus, respectivamente. Além da legitimidade por filiação, temos a legitimidade por formação; para caracterizar-se tal legitimidade, parte-se do pressuposto de que o sujeito tenha tido uma formação de qualidade, frequentado escolas e universidades de excelentes níveis, ocupando um lugar de destaque entre seus pares, o que o levou a ocupar cargos notórios. Sobre esse tipo de legitimidade, Charaudeau assevera que “*esse imaginário de legitimidade mediante a formação profissional é acompanhado da ideia de que a governança dos povos não pode ser assegurada a não ser pelas elites, termo ao qual não é preciso dar conotação pejorativa.*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 72). De um certo modo, é esse tipo de legitimidade que vigora com bastante poder em nossa sociedade, uma vez que, por exemplo, questionou-se muito da capacidade de Lula para ocupar o cargo de presidente da República exatamente pelo fato de ele não possuir formação em nível superior, o que acarretou um baixo nível de credibilidade dado a ele pelas classes média e alta, uma vez que sua legitimidade estava garantida para as classes baixas.

A *legitimidade por mandato* é caracterizada por dar ao povo o direito de governar, compondo-se “*ao mesmo tempo como doador e beneficiário de sua própria busca de felicidade, instaurando, assim, uma legitimidade fundada no igualitarismo e no direito dos indivíduos de construírem um destino coletivo que se opõe a toda soberania autárquica*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 73). O que o autor nos mostra é que essa legitimidade transforma-se em legitimidade representativa, uma vez que ele entende ser pouco provável que um povo, em sua totalidade, possa governar de modo consensual. Assim, o poder é delegado, e exige-se que os representantes “*sejam responsáveis por seus atos perante aqueles que os elegeram (...)*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 73).

Além desses três tipos de legitimidade, Charaudeau (*op. cit.*) afirma existir, no domínio político, uma legitimidade a qual ele nomeia *legitimidade de fato*. Essa origina-se na monção popular, sendo independente de um processo eleitoral, uma vez que, conforme o autor, é um hábito de países democráticos ponderar que a legitimidade é um tema de direito constitucional; sendo dessa maneira, essa legitimidade orienta a forma representativa de um povo de acordo com a escolha da maioria. Ou seja,

(...) na medida em que a legitimidade se funda sobre um olhar de reconhecimento recíproco entre as duas partes, é preciso que essas duas partes alimentem permanentemente essa relação de investidura e de

controle: o que foi investido de um poder tem necessidade de assegurar que ele seja sempre reconhecido como legítimo; o que delegou poder deve verificar se a investidura encontra-se sempre justificada. É por isso que o êxito do político, seu sucesso, sua eficácia, tudo que constrói sua imagem de líder carismático e fidedigno, reforça sua legitimidade. (CHARAUDEAU, 2008, p. 76)

É importante que não se confunda *legitimidade* com *credibilidade*. Em se tratando de política, esses dois conceitos parecem andar juntos, no entanto, são independentes, isto é, a legitimidade “*determina um 'direito' do sujeito de dizer ou de fazer*”, enquanto a credibilidade determina a “*capacidade do sujeito de dizer ou de fazer*” (CHARAUDEAU, 2008, p. 67). Assim sendo, questionar a legitimidade é questionar o próprio direito e não a pessoa, ou seja, a legitimidade está relacionada à posição que determinado sujeito ocupa na sociedade, ou melhor, o lugar de dizer legitimamente instituído, do qual ele realizará atribuições que lhe são destinadas por ocupar tal posição, legalmente reconhecido por todos. Por outro lado, questionar a credibilidade é questionar não o lugar de dizer, mas a pessoa que ocupa tal lugar, em última instância, é questionar sua capacidade de estar naquele lugar, por não apresentar provas de seu *poder dizer* ou *poder fazer*. O questionamento da credibilidade pôde ser presenciado efetivamente, em nossa sociedade, quando do período eleitoral em que Luís Inácio Lula da Silva era candidato à presidência da República, e mesmo depois de ter sido eleito, uma vez que, baseados em questões sociais e linguísticas – a falta de domínio da língua padrão, de uma suposta norma culta – seus adversários políticos, pertencentes a uma classe social mais privilegiada, questionaram seu *savoir-faire* com base em sua baixa escolaridade, em última instância, basearam a sua credibilidade política na identidade social que ele possuía.

No âmbito da questão da legitimidade, também é importante diferenciá-la da *autoridade*. Enquanto aquela é um direito adquirido, esta, segundo Charaudeau (2008), liga-se a uma relação de submissão estabelecida entre dois sujeitos, de forma que um desses sujeitos coloca-se em posição que lhe permite manipular o comportamento, ou seja, o *fazer-fazer*, ou as concepções, isto é, o *fazer-pensar* e *fazer-dizer*, que não lhes são próprios. Assim, a autoridade distingue-se da legitimação na medida em que esta não coloca o sujeito que a possui em posição de submeter o outro, haja vista que o outro não reconheceria tal legitimidade, tornando-se vítima dela. É isso o que acontece nos regimes ditatoriais, como o que tivemos no Brasil, no período de 1964 a 1984, em que a autoridade sobrepôs-se à legitimidade para confirmar sua posição, por meio de sanções sobre aqueles

que não quiseram se submeter a ela, recorrendo inúmeras vezes à violência, direta ou velada.

A legitimidade e soberania política dependem da maneira como tal legitimação é atribuída ao governante. Via de regra, ela é conferida por um sujeito coletivo, e tem caráter provisório, permanecendo sob o controle desse sujeito coletivo. Desse modo, o sujeito assim legitimado tem a consciência de que tal legitimidade lhe é acordada pelos mesmos indivíduos, na instância cidadã, que são alvos de seus atos e discursos. Do mesmo modo que a autoridade, essa legitimidade possui procedimentos de coerção física que lhe permitem manter a ordem, administrar as tensões que surgem e ajudar no desenvolvimento de uma maior justiça social – tema presente em todos os discursos políticos. Entretanto, diferentemente do que se tinha na legitimidade autoritária, aqui, esses instrumentos podem ser utilizados apenas na medida em que esse poder é reconhecido e legitimado de fato pela instância cidadã. Ou seja, em outras palavras, o cidadão tem o poder de atribuir essa legitimidade e, do mesmo modo, retirá-la, caso aquilo que fora acordado não seja cumprido a contento desta.

Dessa feita, considerando-se que os presidentes da República, em seu pronunciamento de posse, se dirigirá àqueles que, de certa forma, legitimaram seu poder, verificaremos, nas análises, de que modo a construção da imagem presidencial está vinculada a essa legitimidade, bem como ela é construída. Depois desse breve percurso sobre política e discurso político, passemos a uma ligeira caracterização dos *gêneros do discurso*, na medida em que trabalharemos com um gênero específico, o *pronunciamento de posse*, com algumas de suas caracterizações específicas.

1.4 Algumas considerações sobre “Gêneros do Discurso”

Ao pensarmos em uma discussão sobre a questão dos gêneros, logo somos remetidos a um trabalho fulcral realizados por Mikhail Bakhtin sobre os gêneros do discurso, em seu livro “Estética da Criação Verbal” (2003). Na abertura de seu texto sobre os gêneros do discurso, Mikhail Bakhtin afirma que todas as relações humanas estão

ligadas ao uso da linguagem, que se dão de modo multiforme, a depender do campo de atividade que se considere. (BAKHTIN, 2003, P. 261). Para os estudiosos da linguagem, seus trabalhos devem se voltar para o emprego que há da língua em cada atividade linguageira que se tenha, de modo a se considerar que essas atividades determinam, também, usos específicos da língua. Ou seja, o “*emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.*”(op. Cit.), conjecturando-se, portanto, a especificidade do campo político para a caracterização do uso linguístico que se faz por parte dos sujeitos que se inscrevem nesse lugar de dizer. Além do aspecto linguístico, Bakhtin cogita, para a caracterização do que entende por gênero discursivo, outros dois aspectos, quais sejam, *conteúdo temático* e *estilo*, numa trama em que esses três elementos encontrem-se inextrincavelmente ligados já na formulação dos enunciados, determinando sua especificidade e seu pertencimento a determinado campo da comunicação (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Bakhtin (op. cit.) mostra-nos que os estudos acerca dos gêneros do discurso tiveram seu início na Antiguidade, com o estudo dos *gêneros retóricos*; assim, o autor assevera que

(...) aí já se dava mais atenção à natureza verbal desses gêneros como enunciados, a tais momentos, por exemplo, como a relação com o ouvinte e sua influência sobre o enunciado, sobre a conclusibilidade verbal específica do enunciado (à diferença da conclusibilidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria a sua natureza linguística geral. Estudavam-se, por último, também os gêneros discursivos do cotidiano, (predominantemente as réplicas do diálogo cotidiano) e, ademais, precisamente do ponto de vista da linguística geral (na escola de Saussure, em seus adeptos modernos – os estruturalistas, nos behavioristas americanos e, em bases linguísticas totalmente distintas, nos seguidores de Vossler). (...) (BAKHTIN, 2003, P. 263)

Podemos observar que o autor relaciona explicitamente a especificidade dos enunciados – estilo verbal, conteúdo temático e construção composicional – ao pertencimento a determinados gêneros, a depender do objetivo que se almejava em sua utilização. Ademais, Bakhtin procede a uma classificação dos gêneros dependente não de uma aplicação funcional, mas relacionada à natureza do enunciado; no nosso caso, procederemos a uma classificação do enunciado político. Poderíamos conjecturar que os enunciados são considerados políticos a depender de seu modo de enunciação, que está vinculado ao gênero de discurso utilizado; isto é, não é o enunciado que é ou não político,

mas sim o regime de enunciação, regulador de sua repetibilidade, que o faz pertencente ao campo político.

Esse pertencimento ao campo político sofre mudanças ao longo do tempo, uma vez que os gêneros discursivos utilizados para os discursos políticos também sofrem várias mutações ao longo da história. Considerando que nosso *corpus* é composto por pronunciamentos presidenciais de posse, desde a abertura política, em 1985, até o período atual, em que poderíamos considerar como a apogeu da democracia no Brasil, poderíamos refletir sobre as características que marcam um gênero do discurso – o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional – ao longo das transformações por que passou o discurso político. Para tanto, podemos realizar uma comparação entre a definição de gênero de discurso e de formação discursiva, em Pêcheux, segundo o qual, uma *formação discursiva* determina

o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna a um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 11 *apud* COURTINE, 2009, p. 72)

Como dissemos acima, o aposto apresentado entre parênteses parece, para os autores, não interferir na caracterização da formação discursiva; em outras palavras, o *como se diz* parece não produzir efeitos sobre *o que pode e deve ser dito*. Não obstante, se refletirmos mais detidamente sobre o que nos diz Bakhtin (*op. cit.*) ao caracterizar os gêneros do discurso, tomando-os como essenciais na produção do dizer no interior de certas atividades humanas; no nosso caso, temos esse dizer relacionado ao discurso político, que também é caracterizado por uma definição do que pode ser dito, ou seja, da temática a ser tratada especificamente nesse gênero. Ademais, de certa forma, poderíamos aventar a possibilidade de que Pêcheux e Fuchs (*op. cit.*) não tenham considerado esse aspecto do gênero pela aposição entre parênteses, ou, também, que a tenham considerado como irrelevante para a definição do *que pode* e do *que deve* ser dito, de modo que os *suportes* não interfiram diretamente nos efeitos de sentido existente nos discursos.

Apesar disso, podemos perceber que o que é dito e como é dito não são indiferentes ao *suporte* que veicula esse dizer, ou seja, ao gênero discursivo escolhido para que se realize o dizer. Assim, se coadunam, de certo modo, as ideias de formação discursiva, de

Pêcheux, e gênero discursivo, de Bakhtin; se não pelas diferenças epistemológicas básicas, especialmente em relação à forma como consideram o sujeito e sua relação com o dizer. Dessarte, é importante que percebamos a influência do gênero escolhido sobre o que pode e deve ser dito para que se realize tal dizer; ou seja, em última instância, estamos diante das transformações por que passou o discurso político, nos dias atuais, considerando nessa metamorfose as transformações ocorridas, por exemplo, no Brasil, entre os pronunciamentos realizados nos palanques, no início do século XX, e aqueles veiculados pela mídia, desde os anos de 1970 até os dias atuais, em que temos, inclusive, o uso de novos *medium* pelos políticos, em seus pronunciamentos e campanhas políticas, como a televisão e, mais recentemente, a internet, de modo que outros fatores, além dos linguísticos, interfiram na produção dos efeitos de sentido nesses discursos (cf. PIOVEZANI, 2009).

Diante do exposto, podemos concluir, na esteira de Piovezani (2009, p 147),

(...) que o discurso político não consiste em um gênero, mas se formula em um conjunto relativamente amplo de gêneros, porém não em qualquer um. Ele se manifesta sob a forma de programas de governo, pronunciamentos, declarações, entrevistas, debates, panfletos, cartas abertas, jingles, documentários etc.

Em nosso trabalho, focamos nossas análises em um gênero específico do campo político, qual seja, o *pronunciamento*; no interior desse gênero, temos ainda mais uma delimitação, haja vista que os sujeitos políticos são vários, cada um ocupando um lugar específico de dizer em relação a uma suposta hierarquia política – prefeitura, câmara de vereadores, de deputados, senado, governo estadual; assim, nosso objeto empírico de análise são os pronunciamentos presidenciais de posse. O gênero *pronunciamento*, no interior da fala pública, surge desde cedo na história política brasileira, nos discursos políticos e Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, nos pronunciamentos presidenciais de posse como um modo com o qual se realiza um dizer público. Em uma fala sua na conferência intitulada “*Discours solides, discours liquides: la mutation des discursivités contemporaines*”, realizada por ocorrência do I Colóquio Internacional de Análise do Discurso – I CIAD, na Universidade Federal de São Carlos, em novembro de 2006, Jean-Jacques Courtine aponta uma série de transformações da fala pública na vida atual:

Concebemos seus efeitos no campo da fala pública. Lá onde as “formações discursivas” de ontem acumulavam enunciados e saber nos estratos solidamente empilhados de uma memória das palavras, os

discursos, desde então, portadores de sua própria data de validade, encontram-se submetidos à regra universal do “descartável”: de onde deriva sua volatilidade, sua deterioração precoce, a aceleração de sua reciclagem, a transformação rápida das fórmulas e dos programas de ontem em refugos de hoje. Lá onde o debate público podia, às vezes, deixar entrever horizontes políticos longínquos, as promessas de curto prazo visam à satisfação instantânea do consumidor-cidadão: a argumentação degrada-se em fórmulas ou dispersa-se em imagens, o sentido comum fragmenta-se na multiplicidade das esperanças e dos desejos. O homem público, enfim, não para mais de cair, segundo a justa predição de Richard Sennett: despojado do que ontem produzia sua legitimidade histórica, dá-se o ponto de partida da grande “marcha das celebridades, cada uma delas surgindo de qualquer lugar somente para recair, de modo cada vez mais abrupto e profundo, no esquecimento”. As celebridades, de acordo com a precisa fórmula do historiador Daniel J. Boorstin, são “essas pessoas conhecidas por serem célebres”. Efeito do que poderíamos chamar de *people-isation* da vida pública. (COURTINE, 2006b *apud* PIOVEZANI, 2009, p. 218)

Os discursos políticos, agora, descolam-se das longas enumerações de metas, dos programas que os legitimavam histórica e ideologicamente, por meio de construções rebuscadas, de uma boa concatenação dos argumentos presentes, de um léxico escolhido detalhadamente, de acordo com seu auditório, aproximando-se de “*outros estilos linguageiros, mais bem adaptados à emergência das classes médias, às exigências políticas e comerciais de uma sociedade de massa.*” (COURTINE, 2006a, p. 132). Em nosso *corpus*, essas características ficam marcadas, em especial, com relação às construções sintáticas, desde a reabertura política, até nossos dias, por exemplo, em construções mais próximas ao que dita a norma gramatical, como em “(*...*) *não faltei na minha lealdade e não faltarei na perenidade de sua pregação.*” (SARNEY, 1985 *apud* BONFIM, 2004, p. 332), com o uso da forma verbal simples do futuro do indicativo, em oposição ao uso de uma forma composta para a indicação desses tempo e modo verbais, cada vez mais comum no uso cotidiano, como podemos observar no pronunciamento de Luiz Inácio Lula da Silva: “*Vamos acabar com a fome em nosso País (...)* *Vamos garantir o acesso à terra para quem quer trabalhar (...)*” (DA SILVA, 2003 *apud* BONFIM, 2004, p. 408). No que concerne à caracterização do gênero por sua construção composicional, podemos verificar que, atrelado à questão do estilo, em tese, individual, a transformação do pronunciamento de posse de um ritual, em que se dá legitimidade a um sujeito para representar toda uma nação, como um imperativo, uma ordem, para uma forma de conversa pessoal, um pedido entre amigos, entre iguais, aquilo que Courtine (2006a, p. 131) chama de *personalização da esfera pública*.

Tomando como ponto de partida as metamorfoses por que passaram as discursividades políticas norte-americanas, o autor nos fala sobre um “*lento processo de personalização da esfera pública, no qual os aspectos são diversos e os signos numerosos, desde o século XIX (...)*” (COURTINE, 2006a, p.132). Segundo ele, a mudança no estilo verbal fez-se marcante nesse processo de personalização, uma vez que, houve uma necessidade de um *idioma democrático*, de modo a produzir uma equiparação entre as diversas classes sociais (*op. cit.*). Ou seja, à medida que o povo começa a ter mais participação na vida política do país, a mudança no estilo verbal dos pronunciamentos políticos é tomado por uma mudança no sentido de haver uma possível igualdade entre o estilo verbal dos “responsáveis pelos discursos” e o do auditório desses discursos. Na necessidade de se falar não só *para* o auditório, mas *com(o)* o auditório, as mudanças no estilo verbal desses sujeitos é acompanhada por uma maior participação social nas decisões políticas, em uma palavra, por uma maior democratização do espaço político na sociedade brasileira, desde a reabertura política até os dias atuais.

Pelo acima exposto, verificamos que a caracterização do gênero do discurso pronunciamento de posse é marcado por especificidades, e características que se transformaram e se transformam devido às transformações por que a fala pública passou desde 1985 até nossos dias. Não obstante, tais mudanças são decorrentes, igualmente, da configuração social em cada produção desses discursos; é preciso, por isso, compreender uma das transformações políticas mais marcantes por que o Brasil passou – o processo de redemocratização, com a Reabertura Política, em 1985, após quase 21 anos de regime ditatorial.

1.5 Aspectos político-sociais da redemocratização: de Tancredo (1985) a Dilma (2011)

Como uma forma de continuarmos no entendimento do processo de “personalização da esfera pública”, encetamos uma breve análise de alguns aspectos político-sociais que marcaram o período de reabertura política, no Brasil, de modo a compreender a forma de estruturação da sociedade e das suas formas de poder políticos.

O início da década de 1970 foi a gênese e o auge do chamado “milagre brasileiro”, com crescimento econômico chegando a 12% ao ano; devido a esse crescimento econômico e social, o governo militar, de uma forma geral, ainda conseguia resistir à sua cessação, pois ainda via alguma possibilidade de mudança no cenário político e social no

Brasil. Contudo, em 1973, uma crise mundial na produção de petróleo afetou enormemente a economia brasileira, fazendo com que todo aquele crescimento econômico obtido até os anos anteriores começassem a decair, levando a economia brasileira a enfrentar uma grave crise, promovendo a lenta diminuição do apoio popular ao regime. Nesse cenário social, surgiram dois partidos políticos – um ganho político para o país que, até então, tinha extinguido o bipartidarismo e a possibilidade de existência de vários partidos políticos; nesse contexto, surgiu o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido caracterizado por marcar uma oposição “consentida”, ou seja, deliberadamente criado com o objetivo de dissipar os dizeres de que não havia uma liberdade política durante a ditadura. O surgimento desse partido fez com que a oposição não pudesse mais acusar os militares de proibir a divergência política; em contrapartida, tínhamos o ARENA (Aliança Renovadora Nacional), caracterizado por ser da situação, ou seja, estava ao lado dos militares, apoiando suas decisões.² Dois políticos ainda participativos do cenário da política brasileira, que apoiavam o ARENA, eram Paulo Maluf e José Sarney, este se tornará o primeiro presidente da República após a reabertura política democrática, em decorrência da morte de Tancredo Neves, de quem era vice.

Os últimos anos do Regime Militar vivenciaram um período de extremo desgaste político-econômico-social; o país vivia uma grande crise econômica, com a dívida externa crescendo deliberadamente, por isso a sociedade não mais apoiava todas as decisões arbitrárias dos governantes, de modo que os militares não gozavam mais de toda legitimidade que possuíam no começo; o final dos anos 1970 foram marcados por um processo de redemocratização, cujo objetivo era o de ser um processo lento, gradual e seguro. A liberalização do regime seguiu um caminho difícil, com pequenos avanços e recuos, devido a vários fatores; nos dizeres de Fausto (2009, p. 270),

De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça ao retrocesso até o fim do governo Figueiredo.

2 FABER, M. *História dos partidos políticos no Brasil*. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

O cenário político, entre os anos de 1979 e 1985, foram marcados por uma grande pressão da população brasileira contra o regime militar, com a participação de grandes entidades civis, tais como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), além das forças sindicais, especialmente nas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema, o chamado ABCD paulista, com as grandes greves sindicais, lideradas por sindicalistas como Luís Inácio Lula da Silva. Nesse processo, temos o fim bipartidarismo, o que levou a dissensões partidárias, como, por exemplo, o fim do MDB, que originou o PMDB, o surgimento do PT, do PDT e o ressurgimento do PTB; desses quatro, considera-se hoje o PMDB como um partido de direita e os outros como de esquerda.³O ARENA deu origem ao PDS (Partido Democrata Social), que, ao longo dos anos, originou o PFL (Partido da Frente Liberal); deste, após uma reorganização partidária, surgiu o DEM (Partido dos Democratas). Observa-se, desde a origem do processo de redemocratização do país, o fim do bipartidarismo e a origem de vários partidos, originários de dissidências partidárias ao longo da história política brasileira recente⁴.

A abertura política promoveu, entre outras coisas, a criação da Lei da Anistia, de forma ampla, geral e irrestrita, o que garantiu a vários exilados políticos a volta ao país após vários anos no exterior, decorrentes de complicações com o governo militar, tais como os cantores Chico Buarque, Caetano Veloso e Juca Chaves. Os anos de 1980 foram marcados pelo fim do processo de reabertura política; a Constituição então em vigor previa que o sucessor do presidente Figueiredo seria eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Em março de 1983, porém, o deputado federal do PMDB, Dante de Oliveira, apresentou uma emenda constitucional que estabelecia eleições diretas para presidência da República. A partir daí, as oposições mobilizaram a população com objetivo de pressionar

3 Não faz parte do escopo deste trabalho um detalhamento político sobre as diferenças entre direita e esquerda no cenário político mundial e nacional. Existem várias boas bibliografias que tratam mais especificamente sobre essa questão, como por exemplo, BOBBIO *et alii*, 1998.

4

GASPARETTO JÚNIOR, A. *Aliança Renovadora Nacional*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ditadura-militar/alianca-renovadora-nacional/>>. Acesso em: 05 out. 2014.

os parlamentares a aprovarem a emenda constitucional. Por todo o país, grandes comícios, atos e manifestações públicas foram realizados. O lema da campanha era "*Diretas Já*". Estudantes, líderes sindicais e políticos, setores da Igreja católica, artistas e personalidades da sociedade civil e milhares de populares compunham as forças que reivindicavam eleições diretas. Foi o que aconteceu, em abril de 1984: o Congresso Nacional rejeitou a emenda Dante de Oliveira⁵.

Na corrida pela sucessão presidencial, o partido governista, PDS, lançou o nome do paulista Paulo Maluf. Discordando dessa indicação, líderes políticos nordestinos, como Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel não a aceitaram e abandonaram o PDS, fundando o Partido da Frente Liberal (PFL). A oposição lançou o nome de Tancredo Neves, do PMDB. Tancredo era um político oposicionista de tendência moderada, e por conta disso conseguiu o apoio do PFL. Em 15 de janeiro de 1985, foi eleito pelo colégio eleitoral presidente da República. Do ponto de vista institucional, contudo, o país completaria a transição para democracia somente quando o povo pôde votar livremente para presidente, em 1989. Assim, um efeito de sentido produzido para "povo" relaciona-se à sua cidadania e participação político-eleitoral⁶.

Os militares se exauriram no comando do governo, mas saíram da política para garantir suas prerrogativas. A transição para a democracia no Brasil foi pacífica e se pautou por um processo de negociação entre as elites, envolvendo acordos para que não houvesse qualquer tipo de punição legal às Forças Armadas diante de todas as violações dos direitos humanos de que foram vítimas os opositores da ditadura. A eleição de Tancredo Neves não representou ameaça aos interesses dos militares e nem mesmo a ordem social estabelecida por eles desde 1964. Mas a tentativa de esquecer o passado, ou seja, de impedir que viessem a público os crimes cometidos pelos agentes da repressão, fracassou⁷.

5 http://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas_J%C3%A1 ; www.senado.gov.br

6 CANCIAN, R. *Governo Figueiredo (1979-1985): Transição, Diretasjá, Riocentro*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-figueiredo-1979-1985-transicao-diretas-ja-riocentro.htm>>. Acesso em: 05 out. 2014.

7 CANCIAN, R. *Governo Figueiredo (1979-1985): Transição, Diretasjá, Riocentro*. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABKHoAI/ditadura-militar?part=2>>. Acesso em: 05 out. 2014.

Após termos caracterizado a Reabertura Política como sendo o início de um período de lenta redemocratização, iniciado em 1985, chegamos aos dias atuais, em que parece termos alcançado o auge desse movimento, uma vez que nosso cenário político é marcado pela presença de uma pessoa tida como do povo na presidência da República, seguido pela primeira mulher a ocupar esse posto na história do Brasil. Tendo como norteador de nossas análises esses parâmetros, passaremos a uma caracterização desse auditório político na Nova República, tendo em vista todas essas metamorfoses por que passou o regime político brasileiro, com o fim do regime ditatorial e a consequente instauração de um novo modelo republicano, bem como a chegada ao poder de um representante das classes mais desfavorecidas da população e de uma representante da parcela feminina da sociedade brasileira. A democracia foi reestabelecida em 1988, quando a atual Constituição Federal foi promulgada.

O período da Nova República trouxe melhorias importantes. Em 1985, uma emenda constitucional restituiu eleições diretas para a presidência. Essa emenda também outorgou direito de voto aos maiores de 16 anos e os analfabetos também passaram a votar. Proclamada em 1988, a nova Constituição estabeleceu eleições diretas com dois turnos para a presidência. Exclusivamente em 1989, o brasileiro voltou a indicar pelo voto direto o presidente da República. O país concretizava com esse evento a democracia. As urnas eletrônicas foram implantadas na década de 90 como uma grande inovação para o voto no Brasil. Em 1996, elas foram empregadas pela primeira vez nas eleições municipais e, em 2000, houve a primeira eleição em que todos os eleitores votaram na urna eletrônica. O Brasil, país que foi o precursor, na automação eletrônica do seu princípio de votação, soube abolir, através da impressão do voto visto pelo eleitor, o potencial para deturpação da aspiração popular através de erros no funcionamento das urnas eletrônicas. Assim, com a ampliação do direito de voto aos maiores de 16 anos, instalou-se uma mudança não apenas no cenário político nacional, como também na configuração do auditório político que dura até nossos dias.

1.6 Deslizamento do espetáculo político (língua de madeira/língua de vento)

A fala pública política varia de acordo com o tipo de regime político que temos: não se tem o mesmo modo de discurso político em uma ditadura ou em uma democracia; da mesma forma, esse tipo de discurso sofre mutações caso tenhamos uma democracia direta, como no caso da Grécia, ou um caso de democracia representativa, como o nosso, no Brasil. Assim, ao passarmos de um Regime Militar para uma progressiva Democracia, o discurso político passa por uma metamorfose em relação ao interdiscurso a que se filia e em relação ao intradiscorso, no âmbito da formulação, por exemplo, em relação aos modos de dizer, ao vocabulário utilizado etc; é preciso dizer que há uma mudança nas materialidades discursivas e nos modos de circulação desses discursos, haja vista todo o processo tecnológico por que os *media* passaram desde os anos 1970 até hoje.

No Brasil, o que podemos observar, de alguma maneira, é uma metamorfose nos discursos políticos desde a reabertura política até os dias atuais; naquela condição de produção, os discursos políticos eram tidos, nos dizeres de Courtine (2006a, p. 88), como um “*lugar de memória*”, ou seja, “*Nele devem ser recolhidos, transcritos e organizados os traços da identidade do Partido.*” (COURTINE, *op. cit.*). Em tempos que só permitiam a existência de apenas dois partidos, o Arena e o MDB, fazia-se necessário que se consolidassem bem suas identidades, de modo que a identificação do sujeito ao partido pudesse ser marcada inequivocamente. Para tal, era necessário que houvesse uma rede que comportasse o arquivo de todos os discursos, permitindo que os enunciados referentes a esses partidos, a essas identidades tornassem-se cada vez mais disponíveis nos embates políticos. Isso faz com que a memória partidária seja sua condição de existência, uma vez que, quando da dissolução dos partidos, por exemplo, o MDB tornando-se PMDB, PT, PDT e PTB, há um apagamento dessa memória em determinada direção, isto é, a criação de partidos como o dos Trabalhadores, ou o Partido Democrata Trabalhista apaga uma relação de memória com sua origem, ou seja, com o MDB, de modo que haja uma disparidade entre as ideologias que marcavam cada um desses partidos, levando a se considerar MDB e PMDB como partidos de direita, conservadores, relacionado à elite econômica, enquanto o PT, PDT e PTB, partidos de esquerda, em favor das classes trabalhadoras.

Embora, hoje, seja difícil falar em direita e esquerda, temos uma distinção que segue a política brasileira no que se refere à divisão ideológico-partidária no Brasil; considera-se que partidos como PMDB e PSDB são de direita, ou seja, ligados à elite econômica do país, ao empresariado. Em contrapartida, partidos como PT, PDT e PTB são de esquerda, isto é, partidos ligados ao povo, aos trabalhadores, que tenham uma ligação direta com a luta social em prol do povo, das camadas mais baixas da população. Bobbio (1998, p. 392) assevera que

Todo Espaço político se define por certo número de dimensões. Tais dimensões correspondem às linhas de conflito, aos problemas e às escolhas que influem na posição dos partidos e dos eleitores e orientam seu comportamento. Conforme forem uma ou mais de uma, falar-se-á de espaços lineares ou de espaços pluridimensionais. O Espaço político mais simples e mais utilizado, tanto no âmbito da pesquisa científica como no do debate político, é o da dimensão esquerda-direita. Esta dimensão ou *continuum* tem sido variadamente interpretada. Anthony Dows, o primeiro politólogo que usou de maneira sistemática a noção de Espaço político neste sentido, a interpreta como grau de intervenção do Estado na economia, quando uma posição de esquerda se identifica com uma maior propensão a favor de políticas de intervenção. Para Lipset e muitos outros, o divisor de águas entre esquerda e direita está na atitude favorável ou não às políticas de mudança no *status quo*. Seja qual for a sua interpretação mais correta, não há dúvida de que, nas modernas democracias de massa, as noções de esquerda e direita desempenham um papel importante no âmbito da disputa eleitoral entre os partidos. Elas tornam mais simples a escolha por parte dos eleitores e constituem um meio eficaz de comunicação entre os eleitores e os partidos. (...)

Assim, nos dizeres que Bobbio (*op. cit.*), uma característica importante a ser considerada na caracterização dos partidos políticos em direita e esquerda é o nível de intervencionismo estatal na economia, ou seja, políticas intervencionistas são mais propensas a governos de esquerda, enquanto os de direita optam por uma política não intervencionista, dando lugar ao liberalismo econômico, isto é, sem a intervenção do Estado na economia da nação. Tendo isso em vista, é possível compreendermos por que partidos como PT e PSTU, por exemplo, são considerados de esquerda, uma vez que apregoam a intervenção do Estado na economia do país de modo a consolidar uma política social plena e democrática, isto é, que dê lugar a toda a população de participação política. Em contrapartida, temos, por exemplo, partidos como PSDB e PMDB, que são

desfavoráveis ao livre intervencionismo do Estado na economia nacional; assim, como nos mostra Bobbio (*op. cit.*), “*o divisor de água entre esquerda e direita está na atitude favorável ou não às políticas de mudança no status quo.*”, caracterizando a esquerda como promotora dessa alteração, enquanto a direita como promotora da manutenção das diferenças.

Essas modificações que ocorreram no campo político pode ser observadas, também, por meio da linguagem, uma vez que tais mudanças caracterizam os regimes de discursividades colocados em jogo na sociedade democrática. Isso leva Piovezani (2009, p. 172) a asseverar que

(...) Em uma palavra, poderíamos afirmar que as metamorfoses do discurso político estão condensadas no fenômeno da 'espetacularização da política' que, por seu turno, envolve fatores de diversas temporalidades históricas, como a queda dos regimes totalitários, o 'fim das ideologias', a despolitização e a dissolução das massas, a intensificação do individualismo, o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento de novas tecnologias que acelerou os ritmos da vida e diminuiu os espaços do mundo, a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo.

As marcas linguísticas dessa “despolitização”, da “dissolução das massas, a intensificação do individualismo” são observadas pela diminuição da extensão, seguida do uso de construções sintática em que há predominância da ordem direta (SVO), em detrimento dos grandes programas de governo e de construções mais rebuscadas, com a presença de hipérbatos, anacolutos etc, em que o político se coloca como parte da máquina política, e o aumento de uma individualização do interlocutor desses discursos; não se tem mais as “palavras do partido”, mas sim as “palavras dos indivíduos”, esses sujeitos políticos individualizados na relação com seus eleitores, por uma “suposta” aproximação para com eles, como podemos observar nos enunciados do pronunciamento de posse de Lula (2003) e Dilma (2011):

L “Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivos de sobra para nos cobrirmos de vergonha.”

D “Queridos brasileiros e queridas brasileiras, para enfrentar esses grandes desafios, é preciso manter os fundamentos que nos garantiam chegar até aqui, mas, igualmente, agregar novas ferramentas e novos valores.”

Observamos, nesses recortes, retirados dos pronunciamentos de Lula e Dilma, uma forma mais próxima de se referir tanto ao interlocutor quanto aos concidadãos, mostrando uma predominância da esfera particular sobre a pública (cf. PIOVEZANI, *op. cit.*), o que produz um efeito de proximidade entre o sujeito político e seus interlocutores. O que era a voz de um partido, de um corpo político, de uma instituição, tornou-se uma voz individual, de um único sujeito; no lugar de um prolongado programa de governo, os pronunciamentos apresentam um *diálogo fictício* entre o *amigo, irmão* presidente e o povo, constituído como pertencente a uma relação próxima, no limite, *íntima*, com o então presidente da República.

Assim, no lugar de “*Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros*” (FHC, 1994 *apud* BONFIM, 2004, p. 373) ou de “*Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária.*” (MELLO, 1990 *apud* BONFIM, 2004, p. 346), encontramos “*um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira*” (LULA, *op. cit.*) e “*Queridos brasileiros e queridas brasileiras*” (DILMA, *op. cit.*). Essas formas de se dirigir aos interlocutores produzem um efeito de sentido de proximidade, intimidade, o que torna o pronunciamento de posse mais uma conversa íntima que a exposição de um programa de governo.

Michel Pêcheux, em seus últimos trabalhos, fala sobre essas metamorfoses do discurso político, mostrando uma midiatização do campo político: “*a língua de madeira (dura e hermética) havia se transformado em língua de vento (flexível, cotidiana, mas quase nada referencial)*” (PIOVEZANI, 2009, p. 173). Isso corrobora a hipótese de uma caracterização não estabilizada dos conceitos de direita e esquerda, nos discursos políticos, mostrando que o que há é uma flexibilização desses conceitos, por uma perda de referencialidade no mundo político atual, produzindo uma complexidade nos discursos

políticos contemporâneos, como afirma Courtine ([1987] 2006a, p. 84-5 *apud* PIOVEZANI, 2009, p. 176-7):

(...) o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e interrompido (...). A intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura adequadas ao aparato áudio-visual de informação. (...) O texto político produziu e recebeu novas formas, diálogos, entrevistas, holofotes de televisão, videoclipes políticos (...)

Uma outra característica das novas discursividades políticas é o uso de um *idioma democrático*, que produza uma equiparação das condições numa sociedade de massa, ou seja, há uma mudança não só nos modos de enunciação, mas nas formas lexicais e construções sintáticas utilizadas nesses pronunciamentos, haja vista que a necessidade primária é a sedução do interlocutor, fazer-se próximo àqueles que constituem o seu auditório político, produzindo um texto mais livre, leve, dialógico. Assim, segundo Courtine (2006a, p. 132), “*É o declínio da retórica e sua substituição pelo gênero simples, familiar e direto da conversação que Dale Carnegie pretenderá popularizar mais tarde, promovendo o método que iria assegurar o considerável sucesso público de seus Carnegie Clubs:*

Uma escola de fala pública inteiramente nova se desenvolveu desde a Guerra Civil. Em harmonia com o espírito do tempo, ela é tão direta quanto um telegrama. Os fogos de artifício verbais que estiveram antes na moda, não seriam mais tolerados por um público de nossos dias. Um público moderno, seja ele composto de quinze pessoas numa reunião de negócios ou de mil pessoas sob uma tenda, quer que aquele que fala o faça de uma maneira tão direta quanto ele o faria, se falasse a apenas um deles ao longo de uma conversação. (CARNEGIE, D., 1926 *apud* COURTINE, 2006a, p. 132-3)

Assim, as novas discursividades se fundam na dimensão do homem, em sua psicologia e sentimentalismo, forjando uma nova legitimidade, não mais aquelas discutidas por Charaudeau (*op. cit.*), mas num *carisma secular*, fruto da explosão dos regimes democráticos, libertando-se, cada vez mais, do autoritarismo como forma de legitimação, apegando-se a uma estilística expressividade retórica, política, econômica e social que os aproxima das massas. É o que podemos notar presentes nos pronunciamentos de Lula e de Dilma, quando ambos fazem uso de regimes de discursividades, de modo que suas posições políticas podem ser confundidas e absorvidas inteiramente por traços psicológicos de suas personalidades.

Essas observações sobre as metamorfoses por que o discurso político brasileiro passou durante o período de reabertura política e de consolidação da democracia no Brasil nos faz refletir sobre as possíveis mudanças que sofreu o pronunciamento presidencial de posse, desde a reabertura, em 1985, até hoje, com a chegada de uma mulher à presidência da República, em 2011. Dessa feita, passemos a uma análise do ritual de posse presidencial e sua relação com o gênero discursivo “pronunciamento de posse”.

1.7 O ritual de posse presidencial e o gênero “Pronunciamento de Posse”

O pronunciamento presidencial de posse deve ser encarado como uma espécie de “rito de passagem”, o momento em que grande parte da nação se entrega a ouvir o que o recém-empossado presidente da República tem a dizer sobre suas pretensões para com o país e, ao mesmo tempo, renovar os votos feitos durante a campanha, mostrando-se fiel às expectativas da nação (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 29). Assim, os pronunciamentos presidenciais de posse podem ser caracterizados como um sub-tipo do que Aristóteles denominou de “*discurso epidítico*”

(...) uma forma de retórica que elogia ou culpa em ocasiões cerimoniais, convida o auditório a avaliar a performance do orador, rememora o passado e especula sobre o futuro enquanto foca o presente, emprega um

estilo nobre, literário e amplia ou recita fatos. (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 29)⁸ (Tradução nossa)

Uma característica comum a todos os pronunciamentos de posse por nós analisados foi a sua subdivisão temática, de modo que contemplassem agradecimentos, lembranças do passado pessoal e do passado da nação, discussões sobre a situação atual do país e projeções para futuras melhorias a serem implantadas pelo governo que se inicia. É uma espécie de lembrança coletiva das dificuldades por que o país atravessou e que deseja enfrentar, bem como a promessa que o presidente então empossado realiza de cumprir seus objetivos, visando sempre a melhoria na vida da coletividade, em detrimento de alguns poucos que sempre detêm ou detiveram o poder.

Segundo Campbell & Jamieson,

(...) pronunciamentos presidenciais de posse são discursos retóricos epidícticos porque ocorrem em ocasiões cerimoniais, ligando passado e futuro em uma contemplação do presente, afirma ou elogia os princípios compartilhados que guiarão a administração que se seguirá, pedindo ao auditório que “contemple” os valores tradicionais, empregando uma linguagem literária e elegante, e confiando na intensificação desse efeito, ampliando e reafirmando aquilo que já é sabido e acreditado. (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 30) (Tradução nossa)⁹

Desse modo, o gênero pronunciamento de posse é mais estabilizado que outros tantos que temos nas esferas de produções discursivas sociais, uma vez que ele procura

8 “(...) a form of rhetoric that praises or blames on ceremonial occasions, invites the audience to evaluate the speaker's performance, recalls the past and speculates about the future while focusing on the present, employs a noble, dignified literary style, and amplifies or rehearses admitted facts.” (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 29)

9 “presidential inaugurals are epideictic rhetoric because they are delivered on ceremonial occasions, link past and future in present contemplation, affirm or praise the shared principles that will guide the incoming administration, ask the audience to “gaze upon” traditional values, employ elegant, literary language, and rely on “heightening of effect” by amplification and reaffirmation of what is already known and believed.” (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 30)

sempre tratar de determinados assuntos, ou seja, ele deve incluir, ao menos, algumas temáticas que são iniciais em um pronunciamento de posse, tais como: economia, emprego, saúde, educação etc., e possuir algumas características relacionadas às formas linguísticas, uma vez que, nesse tipo de pronunciamento e ritual, exige-se que se faça uso preferencialmente da norma padrão culta da língua, um certo tipo de imposição que afetará até mesmo o discurso daqueles presidentes que se dizem pertencer ao “povo”, às camadas mais humildes da população, como podemos observar nos pronunciamentos de Lula.

Ademais, é importante que o presidente demonstre, em seu pronunciamento de posse, uma certa capacidade de governar o país, um determinado *saber-fazer*, que indique sua capacidade de liderança sobre a população e os aspectos concernentes à nação; é no ritual de posse que o presidente falará, pela primeira vez, a toda a nação, embora ele tenha como auditório apenas parte dela, uma vez que o primeiro pronunciamento oficial após a posse é realizado no Congresso Nacional, perante Senadores, Deputados, Chefes de Estado e outras autoridades maiores de vários países. Fica de fora, assim, a participação da população, que é remediada, de alguma forma, pela transmissão do pronunciamento em cadeia nacional de rádio e tevê. Desse modo, Campbell e Jamieson (2008) evidenciam quatro elementos inter-relacionados que

(...) definem o discurso de posse presidencial essencial e o diferencia de outros tipos de retórica epidíctico. O pronunciamento de posse presidencial (1) cria a unidade do auditório, reconstruindo-o como 'o povo', que pode testemunhar e ratificar a cerimônia; (2) recita valores comuns a partir do que se tinha no passado; (3) apresenta os princípios políticos que guiarão a nova administração; e (4) demonstra através de decreto que o presidente aprecia os requisitos e limitações de funções executivas. Além disso, cada uma dessas extremidades deve ser alcançado através de meios adequados para o endereço epidíctico; isto é, enquanto pedindo contemplação e do futuro, e louvando a instituições da presidência e os valores e forma de governo de que é uma parte, todos os processos através dos quais a aliança entre o presidente e o povo é renovada. (CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 31) (Tradução nossa)¹⁰

10 “ (...) define the essential presidential inaugural address and differentiate it from other types of epideictic rhetoric. The presidential inaugural (1) unifies the audience by reconstituting its member as 'the people', who can witness and ratify the ceremony; (2) rehearses communal values drawn from the past; (3) sets forth the political principles that will guide the new administration; and (4) demonstrates through enactment that the president appreciates the requirements and limitations of

Embora os autores afirmem que o pronunciamento de posse presidencial “*cria a unidade do auditório, reconstituindo-o como 'o povo', que pode testemunhar e ratificar a cerimônia*”, em nossas análises, pudemos observar que há um efeito de sentido específico para “o povo”, de modo que esse sintagma nominal tenha como referência determinada parcela da população, quando tomamos discursos pertencentes a presidentes distintos. Afora esse detalhe, as demais caracterizações dos pronunciamentos presidenciais de posse foram encontradas em nosso *corpus*, o que corrobora o fato de que estamos trabalhando com um gênero que, embora tenha sofrido algumas transformações ao longo do tempo, ainda mantém uma estrutura básica, estável, sobre a qual se discorrerá sobre diversos temas.

É interessante notarmos que nos pronunciamentos presidenciais de posse também encontramos como temática, além da constituição do que cada enunciador entende por povo, assunto tratado no segundo capítulo deste trabalho, há uma exaltação dos valores da nação, especialmente nos valores mais tradicionais, que devem ser mantidos, com todo o esforço que for necessário por parte dos governantes; nesse sentido, o presidente evoca tais princípios e políticas, como uma forma de sustentar, em seu pronunciamento, um compromisso para com eles e para com os cidadãos. Vale fazer um comentário sobre o fato de que o gênero pronunciamento de posse possui uma característica peculiar no que se refere à questão da autoria: o autor do texto não é o presidente da República, mas temos o que se chama de *ghost writers*, isto é, um sujeito que, tendo como ponto de partida os temas que devem ser abordados no pronunciamento em questão, fica como responsável pelo âmbito da formulação desse discurso, ficando assim o presidente tendo de se colocar no dizer de modo que se marque como o responsável pelo dito, não apenas um reprodutor

executive functions. In addition, each of these ends must be achieved through means appropriate to epideictic address; that is, while urging contemplation rather than action, focusing on the present while incorporating the past and future, and praising the institution of the presidency and the values and form of government of which it is a part, all processes through which the covenant between the president and the people is renewed.”(CAMPBELL & JAMIESON, 2008, p. 30)

de um discurso feito por outrem. Evidentemente, a questão da autoria demanda uma discussão mais ampla e profunda, fugindo do escopo deste trabalho.

Nos capítulos seguintes, abordaremos mais detalhadamente, ao procurarmos compreender os sentidos de “povo” produzidos nesses pronunciamentos, os princípios que são evocados, uma vez que eles também sustentarão a imagem que o presidente faz de si e do seu auditório político.

Após esse brevíssimo comentário sobre algumas características dos pronunciamentos de posse, e deste capítulo introdutório, em que procuramos situar de maneira bem geral os estudos sobre o discurso político, caminharemos para o segundo capítulo, em que buscaremos compreender melhor os sentidos de “povo” existentes nos pronunciamentos de posse desde Tancredo Neves (1985) até Dilma Rousseff (2011).

CAPÍTULO 2: OS SENTIDOS DE POVO NOS PRONUNCIAMENTOS PRESIDENCIAIS DE POSSE

Introdução

Neste capítulo, fazemos a análise dos pronunciamentos presidenciais de posse a fim de averiguar quais os sentidos de “povo” estão presentes em tais discursos, numa tentativa de compreender o que cada enunciador veicula em seu discurso como sendo “o povo”. Para a Análise de Discurso, não há um sentido que seja “verdadeiro”, ou seja, preso à materialidade do significante; assim, devemos buscar o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. Dessa feita, tomaremos os pronunciamentos de posse de Tancredo Neves (1985) a Dilma Rousseff (2011), como a materialidade linguística sobre a qual nos debruçaremos para conferir os diversos efeitos de sentido produzidos para “povo”; tal verificação dar-se-á pela passagem do nível fundamental da estrutura linguística, isto é, a superfície linguística, ao objeto discursivo. Esse caminho se dará por meio da construção dos recortes, vindos do nosso *corpus discursivo*, tomando como princípio a noção de condições de produção; em seguida, promoveremos uma deslinearização desses recortes, buscando reconstruir os processos metafóricos, metonímicos e parafrásticos que compõem todo o processo discursivo.

Dessarte, por esse expediente de dessuperficialização discursiva, analisaremos os processos discursivos que compõem esses discursos, explicitando o modo de constituição dos sentidos de “*povo*” presentes em cada pronunciamento em questão. Nossas análises serão feitas por ordem de presidentes; assim, iniciaremos analisando o pronunciamento de Tancredo Neves, chegando, no final, ao de Dilma Rousseff. Além disso, será importante para nossos propósitos neste trabalho, a noção de tema do discurso (COURTINE, 2009),

uma vez que, os sentidos de “povo” parecem estar relacionados a temas específicos nos discursos presidenciais.

2.1 A noção de “Condições de Produção” do Discurso

Jean-Jacques Courtine (2009), ao tratar dos exórdios da noção de *Condições de Produção do Discurso*, afirma que tal noção origina-se, inicialmente, na chamada *análise de conteúdo*, de modo que essa assumia como objetivo explicitar a análise das condições de produção de textos. Em oposição a essa “origem primeira”, Courtine (*op. cit.*) aponta que tal noção estava ligada à *sociolinguística*, tal como era praticada por Guespin (1971), Bright (1966) e Marcellesi (1971) *apud* Courtine (*op. cit.*); assim, sustenta Courtine (*op. cit.*) que

A noção de CP é, por outro lado, atribuída aos 'serviços' que a psicologia social pode prestar à AD, especialmente por Guespin (1971, p. 13) que acrescenta: 'Com essas ofertas de serviço, estamos muito próximos da sociolinguística'. Essa observação parece-nos, na realidade, designar uma segunda origem da noção de CP, a *sociolinguística*, a respeito da qual convém acrescentar que seu papel é o de uma *origem indireta*. Se a sociolinguística se dá como objetivo 'evidenciar o caráter sistemático da co-variância das estruturas linguísticas e sociais e, eventualmente, estabelecer uma relação de causa e efeito' (BRIGHT, 1966), ela admitirá como variáveis sociolinguísticas 'o estado social do emissor, o estado social do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação (gênero de discurso), os objetivos do pesquisador (explicações históricas), etc.' (MARCELLESI, 1971, p. 3-4 *apud* COURTINE, 2009, p.).

Essa noção apresentada por Courtine (*op. cit.*) está ainda muito ligada ao centralismo do sujeito, uma forma típica da sociolinguística considerar o sujeito produtor do enunciado, seu interlocutor e a situação de enunciação – e contra a qual o autor se colocará; ou seja, a noção de condições de produção está intimamente ligada ao emissor e ao receptor, e seus estados sociais; às condições da situação comunicativa como concreta, sem a presença da ideologia, do inconsciente, do Outro, e da história. Em última instância,

essas condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória; dessa feita, Orlandi (2009, p. 30) propõe que distingamos duas noções de condições de produção. Segundo a autora (*op. cit.*), “Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias de situação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.”.

Podemos observar que as noções de Condições de Produção para Courtine e para Orlandi são distintas, embora aquele se distancie de uma conceituação empírica da noção de Condições de Produção, próxima àquela dada pela sociolinguística, promovendo seu deslocamento para um entendimento discursivo, em que se consideram a ideologia, as formações discursivas, enquanto Orlandi produz uma ressignificação do conceito, aproximando-o dos estudos discursivos, dividindo-o em dois “sub-conceitos” adjacentes, quais sejam, o de condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo. Esse deslocamento, em relação ao que nos mostra Courtine (*op. cit.*), introduz a noção de ideologia, ligada ao estado social do emissor e do destinatário, e a de efeito de sentido para a noção de comunicação. Dessa feita, neste trabalho, temos que tanto o emissor quanto o receptor/destinatário são sujeitos no interior de uma formação discursiva dada, afetados pela ideologia.

O “contexto imediato” a que Orlandi (*op. cit.*) se refere, em nosso *corpus*, é o ritual de posse presidencial, em que é constituído um auditório político específico; o “contexto amplo” são as situações de mudança de regime político – a passagem do Regime Militar para a Democracia –, embora ainda não se tenha consenso sobre o auge do regime democrático no país, em todos os âmbitos, ele é aparente, pelo menos, no que tange a questão do voto. Tem-se, também, as transformações em relação à democracia pelas quais o Brasil tem passado desde então, que culminam com a ascensão de um “homem do povo” à presidência, seguido da eleição da primeira mulher ao maior cargo representativo da nação. Todos esses contextos amplos fazem emergir condições de produção específicas que determinam, também, os temas discursivos que aparecem nesses pronunciamentos, bem como o modo de enunciação dos sujeitos desses discursos.

As transformações apresentadas no capítulo anterior, em que discutimos mais especificamente os aspectos político-sociais da redemocratização no Brasil, mostraram a

configuração política que tínhamos no início do processo de reabertura política, com a presença do bipartidarismo e a distinção entre pró-governo e contra o governo; a passagem para a espetacularização do discurso político, que se deu a partir do final dos anos 1990 e se consolidou no início dos anos 2000, promovendo uma transformação nos programas de governo, na imagem do candidato a cargos políticos, de modo que se passou a ter “(...) *o predomínio do âmbito privado sobre a esfera pública, o advento das novas tecnologias que acelerou o ritmo das vidas e diminuiu os espaços do mundo; a apropriação de estratégias publicitárias pela fala política, as mudanças retóricas e as novas configurações semiológicas do discurso político-televisivo.*” (PIOVEZANI, 2009, p. 172). É nessas condições de produção e de metamorfose do discurso político que temos, por exemplo, o investimento na imagem de Fernando Collor de Melo como um candidato jovem, disposto a trabalhar, agente na luta contra os marajás e a corrupção, bem como a necessidade de se pensar nas imagens de Lula e Dilma e suas devidas transformações. Faz-se necessário, em certa medida, desvincular a imagem do candidato Luiz Inácio Lula da Silva do ex-metalúrgico, retirante nordestino, sem educação formal superior – todas essas características que foram usadas contra ele, especialmente nas eleições de 1989 por seu adversário, Fernando Collor; também é preciso desconstruir a imagem de Dilma Rousseff, como uma mulher durona, ex-Ministra-Chefe da Casa Civil, no governo Lula. Dilma, então, sofre também sua metamorfose: mudam seus cabelos; no lugar dos óculos, a lente; no lugar do semblante fechado, o sorriso fácil, harmonioso; o cabelo perde em comprimento. Agora, é o corpo que, aliada ao discurso, busca promover a construção da imagem da candidata e futura presidente. Essa espetacularização também promoveu uma mudança nas condições de produção desses discursos, uma vez que, com a passagem dos grandes programas de governo para os diálogos amistosos, há, agora, o predomínio do contexto amplo sobre o imediato, na medida em que os interlocutores se detêm mais sobre os efeitos de verdade produzidos nos pronunciamentos do que nas grandes promessas realizadas.

Com o final do regime militar, em que a população não tinha efetiva participação política, o povo volta a ter voz nas urnas, a partir de 1989, com as primeiras eleições diretas no Brasil, após 25 anos. Segundo Fausto (2009), a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988, aparece como um modo jurídico de garantir o que havia sido conquistado politicamente nos anos anteriores – a redemocratização do Brasil;

por meio dessa carta maior, os brasileiros puderam ter garantidos seus direitos sociais e o direito à terra, que a partir de então deveria ser produtiva. Isso fez com que se originassem alguns movimentos pela terra, dentre eles, o mais conhecido até hoje é o MST (Movimento dos Sem-Terra), surgido em 1984, que ainda busca uma reforma agrária completa. Além disso, a Constituição de 88 garantiu aos trabalhadores o direito a greve, algo que já se fazia desde os anos de 1970, mas sem uma efetiva legislação que apoiasse tal direito; na verdade, a carta maior regulamentava o direito a ela, sem dar, realmente, as diretrizes que deveriam ser seguidas, como o é até hoje.

Nas eleições de 1989, Fernando Collor de Melo apareceu como o candidato “caçador de marajás”, modo como ele mesmo se designava, uma vez que ele dizia lutar contra aqueles que se aproveitavam os cargos públicos como cabide de empregos, ganhando altos salários e usufruindo de foro privilegiado em benefício próprio ou dos seus. Assim, ele pretendia defender os mais necessitados, haja vista terem sido eles que lutaram para o fim daquele regime que tantos malogros trouxe para a sociedade brasileira (FAUSTO, 2009). Não obstante, já no início de seu governo, os planos econômicos instaurados afetaram diretamente a população – o confisco das poupanças, por exemplo –, causando um grande clima de descontentamento; em meio a tudo isso, graves denúncias de corrupção envolvendo seu governo fez com que seu impeachment fosse pedido. Sentindo a gravidade de tudo o que ocorria e vendo as grandes manifestações populares que pululavam as ruas do país, Collor decide-se por renunciar seu cargo, o que não impediu que fosse decretado seu afastamento compulsório da política por um tempo determinado. Em meio a essa crise política, instaura-se no poder, em outubro de 1992, Itamar Franco, seu vice¹¹. Seu papel no cenário político foi o de manter uma certa hegemonia no campo político até que chegassem as próximas eleições, a ocorrer em outubro de 1994. Nesse ano, o país vivia uma dupla euforia: a recém-conquista do tetra campeonato mundial de futebol e as tão esperadas eleições presidenciais.

Novamente, entram nas disputas vários candidatos; contudo, vão para o segundo turno Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda do governo Itamar Franco, e Luiz Inácio Lula da Silva, que novamente disputava a corrida presidencial. FHC era

11 *Impeachment de Collor*. In. <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>>. Acesso em: 05 out. 2014.

privilegiado por ter lançado o bem-sucedido Plano Real anos antes, trazendo a tão esperada estabilidade econômica para o país; as eleições ocorrem e FHC sai vencedor. Mais uma vez, um representante das classes trabalhadoras não toma a frente da nação. Seu adversário faz um pacto de resgate da justiça social, de uma população que sofre com a fome, a violência e a falta de saúde; seu governo será baseado na tentativa de promover a igualdade entre as minorias e as majorias, como podemos observar no fragmento do pronunciamento de FHC (1994 *apud* BONFIM, 2004, p. 375-6) a seguir:

FHC (...) Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação. A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação. (...)

Quatro anos se passam e novas eleições ocorrem. Fernando Henrique entra para tentar a reeleição, indo, novamente, para o segundo turno com o mesmo candidato que outrora vencera: Luiz Inácio Lula da Silva. Vê-se que o candidato “do povo” mantém-se firme no propósito de chegar ao mais alto posto que um governante pode assumir perante a nação – a presidência da República. Novamente, as eleições são ganhadas pelo candidato da situação; a população brasileira acreditava em suas promessas, uma vez que vivenciaram um período frutuoso durante seu primeiro mandato, e tinham a esperança de que pudesse se manter na mesma situação, senão melhorá-la. Contudo, o segundo mandato de FHC não lograra os mesmos louros do primeiro; a dependência externa, para com o FMI e as grandes políticas de privatização das estatais, por exemplo, fizeram com que a população descreditasse de que aquele seria um governo em prol de todos, da grande maioria, como havia sido sustentado durante o período anterior e em seus pronunciamentos.

O segundo governo de FHC termina fragilizado em relação à opinião pública (BONFIM, 2004); impedido de se reeleger, o candidato que se coloca como seu sucessor, José Serra, seu então ministro da Saúde, não logra da simpatia e aceitação da população. Concorrendo com o candidato da oposição, Lula, que desta vez aparece com uma maior

aceitação, Serra perde a eleição e Lula chega, enfim, ao poder; questões que outrora haviam feito Lula não obter o agrado do público, tais como acusações de um falar desleixado, que não seguia a norma padrão culta da língua, sua imagem como trabalhador, com barba por fazer, e trejeitos rudes, sofreram mudanças radicais. O homem que, em 1989, gritava mais que falava, passou a ter uma voz suave, barba e cabelos aparados, em suma, uma imagem totalmente diferente daquela que se via, anos antes, em cima de caminhões para a realização de grandes comícios, na organização dos comitês gerais de greve. Essa mudança em sua imagem pode ter sido gerada pelas severas críticas sofridas nas eleições anteriores em relação à sua aparência, que era vinculada por seus adversários políticos ao seu *savoir-faire* político; dessarte, no âmbito de uma valorização cada vez maior da imagem pública, houve a necessidade de uma transformação da imagem de Lula, na tentativa de desvinculá-lo de sua imagem de sindicalista, torneiro mecânico, sem o suficiente conhecimento necessário para dirigir um país. O que era tido em 1989 como a ameaça vermelha, em uma forte alusão a uma suposta ameaça comunista que invadiria o país caso Lula fosse eleito presidente naquela ocasião, transformara-se na grande esperança da maior parte da população, dos mais necessitados, dos que lutavam para uma melhoria em suas condições de vida, de saúde, alimentação, segurança.

Em outubro de 2002, é eleito para a Presidência da República o primeiro brasileiro de origem trabalhadora, como tantos outros de seu eleitorado. A mudança no esquema político brasileiro iniciara-se; a população ansiava por mudanças sociais, que trouxessem valorização à gente sofrida de todas as partes do país, que se sentiam desoladas e abandonadas pelos governos anteriores, que nada ou muito pouco fizeram para resolver seus problemas mais graves, como alimentação, saúde, educação, saneamento básico, ou seja, as necessidades básicas de que as pessoas necessitam para prosseguirem suas vidas.

Após quatro anos de presidência, Luiz Inácio Lula da Silva concorre à reeleição; entra diretamente, e novamente, em disputa com seu adversário Geraldo Alckmin. O prognóstico estava dado: ocorreria o mesmo das eleições anteriores; “dito e feito”. Em 1º de janeiro de 2007, sobe novamente a rampa do Palácio do Planalto para ser empossado, Lula; o país estava ainda sob os efeitos das mudanças ocorridas nos anos anteriores de seu primeiro mandato. A população consagrava aquele que começara a promover algumas transformações que grande parte da sociedade esperada há muito; o país, de fato, mudara, e

as pessoas aceitavam aquelas mudanças como parte importante do progresso nacional por que passava o país.

Durante todo seu segundo mandato, Lula buscou cumprir com as metas lançadas no início de seu governo, dando continuidade a algumas e elaborando outras tantas. Contudo, uma questão ainda permanecia: dada a impossibilidade de uma nova reeleição, quem sucederia o governante findos os seus quatro anos de governo? Próximo ao novo processo eleitoral de 2010, um nome surge no cenário político brasileiro: Dilma Rousseff, então ministra do governo Lula. Nesse cenário instaurado, é ela a grande cotada para dar continuidade aos avanços promovidos pela política instaurada nos governos de Lula. Em outubro de 2010, chega à presidência da República a primeira mulher a ocupar tal posto no país; será ela a sucessora do primeiro metalúrgico, trabalhador, a chegar ao mesmo lugar.

Aparentemente, tem início um processo de mudança no cenário político brasileiro, que levou a parcela mais pobre da população a usufruir de benefícios e direitos básicos que tanto desejavam, mas lhe haviam sido negados em alguma medida, tais como acesso a um serviço público de saúde de qualidade; acesso à educação; acesso ao trabalho; enfim, possibilidade de transformação social e esperança aos mais necessitados. Diante, então, de todas essas características que concernem às eleições presidenciais no Brasil, mais especificamente às condições de produção em que se dão os discursos de pronunciamento de posse dos presidentes, passemos à análise dos sentidos de povo que os permeiam, de modo a entender um pouco melhor o que se entende por “povo” em cada um desses pronunciamentos.

2.2 Análise dos sentidos de “povo” nos pronunciamentos

Como uma forma de enveredar-nos para as análises, adotaremos os seguintes critérios: a) tomando os enunciados em que aparecem a forma “povo”, verificaremos qual o tema abordado nele; b) observaremos as relações de sentido estabelecidas por meio de sinonímias, paráfrases, metonímias e metáforas entre o termo “povo” e aqueles que entram

em relação com este nos discursos; c) montaremos as cadeias parafrásticas, uma vez que, segundo Orlandi (2009, p. 36),

Quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Assim, buscamos compreender quais são esses sentidos de “povo” que se mantêm ou que sofrem um deslocamento, dando origem a tantos outros. Ademais, quais são esses tantos outros sentidos que jogam nesse processo de estabilização-deslocamento no interior desses processos discursivos presentes nos pronunciamentos de posse analisados. A escolha desse “termo pivô”, nas palavras de Marandin (1979) *apud* Courtine (2009, p. 154), repousa “*de fato, nos a priori do analista*”. Assim, segundo o autor (Courtine, 2009, p. 155),

O *corpus* obtido após uma normalização das frases efetuada com base em equivalências sintáticas é, assim, constituído da classe de respostas a um conjunto restrito de questões que o analista estabelece no campo de arquivos que ele examina. Essa operação resulta em depreender o que Marandin (op. cit., p.36) denomina *tópico discursivo* (ou *tema de discurso*), segundo a definição de Keenan & Schieffelin (1976): “proposição ou conjunto de proposições que exprimem um interesse do locutor”, formalmente definido pela “proposição ou conjunto de proposições pressupostas por uma questão e conservadas pela resposta a essa questão”.

Dessarte, o *tema do discurso* caracteriza-se por refletir os pressupostos das questões do analista, o que

induz a uma configuração do conteúdo do discurso, sob a forma de uma certa organização lexical interpretada em termos de configuração ideológica: o que os procedimentos de seleção de termos-pivô recobrem é uma *interferência não controlada* entre julgamentos de saber do analista e elementos de saber próprios a uma formação discursiva dada. (COURTINE, 2009, p. 155-6)

Não obstante, a seleção do nosso *corpus* foi realizada por uma busca do termo-pivô, qual seja, “povo”, seguida da montagem das cadeias parafrásticas, evidenciando-se os efeitos metafóricos produzidos no fio do dizer, ou seja, buscando-se uma des-superficialização da materialidade linguística, em que buscaremos compreender *o que se diz* do “povo” e *como se diz* sobre o “povo”.

Além desses procedimentos supracitados, dividiremos nossas análises por presidentes, em uma sequência cronológica de sucessão presidencial, iniciando no pronunciamento de Tancredo Neves, culminando no de Dilma Rousseff. Passemos, sem mais delongas, às análises.

2.2.1 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Tancredo Neves (1985)

Uma peculiaridade importante no pronunciamento de Tancredo Neves é o fato de aquele ter sido *lido*, não pronunciado, por seu vice-presidente, José Sarney, em decorrência de seu falecimento, antes de sua posse como presidente da República, o que pode implicar, de certa maneira, uma espécie de descomprometimento com o que está sendo dito. Assim, tomaremos o pronunciamento de Tancredo, proferido por Sarney, como um gesto de “satisfação à população brasileira” por parte do então presidente, José Sarney. Nesse pronunciamento, o povo não aparece como interlocutor direto, uma vez que o discurso é dirigido aos “Senhores Ministros”, que formam seu auditório político.

Em todo o seu pronunciamento, as possíveis referências ao “povo” ou “povo brasileiro” são produzidas delocutivamente, ou seja, instaura-se o povo como referente, não participante do processo enunciativo, isto é, o povo não se coloca como locutor, nem

alocutário do discurso. Vale notar que o conceito de referência é introduzido nos estudos semânticos por Frege, em seu célebre artigo “Sobre sentido e referência” (FREGE, 1978)¹², ao diferenciar o significado de uma expressão, afirmando ser este composto pelo *sentido*, isto é, “o modo de apresentação do objeto” (*op. cit.*) e pela *referência*, ou seja, o próprio objeto ou ser no mundo, aquele que não se identifica nem ao locutor, nem ao interlocutor. Observemos os recortes abaixo:

(TN1) Senhores Ministros, este ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral, e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.

(TN2) Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

(TN3) Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

(TN4) Não fomos o candidato das promessas. Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança.

(TN5) O povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco. E sabem os seus Ministros que este será um só governo, que o presidente não admitirá que se divida, que se desuna (..)

Nesses excertos acima, podemos observar o deslize de “sociedade brasileira” para “Nação”, ou seja, uma forma de generalizar e homogeneizar a população brasileira que forma a sociedade e a nação. Assim, “povo” adquire o sentido de população que habita determinado lugar geopolítico, ou seja, um país; isso é corroborado pela restritiva “que é digno e austero”, mostrando o lugar de nação digna e austera em relação às outras no mundo, o que produz um efeito de sentido eufórico para os cidadãos. Esse sentido eufórico prossegue durante o pronunciamento, uma vez que estes representam a sociedade brasileira

12 FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

que “pediu 'mudanças já’”; contudo, sabe-se que não fora toda a população que lutou contra o Regime Militar, dessa forma, “o povo que pediu 'mudanças já’” não significa a linha mais dura do exército, para quem o regime deveria ser mantido.

Observemos as paráfrases a seguir:

*respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira
atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero
o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança
o povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio
inequívoco*

Dessa feita, retomando a cadeia parafrástica acima, podemos verificar as predicções sobre o sintagma “povo”; inicialmente, temos o sintagma “sociedade brasileira”, que é retomado por “povo” e “povo brasileiro”; entretanto, não podemos considerar o sentido de “povo” como sendo o mesmo de “sociedade brasileira”, uma vez que sobre o “povo” recaem diversas predicções responsáveis por produzir efeitos de sentido outros para ele. Vejamos que o “povo” é caracterizado como “digno e austero”, ou seja, como possuindo características nobres, mas também intransigentes, de modo que ele pode exigir seu próprio governo, um governo que realize as tão esperadas mudanças que o povo deseja, e possui legitimidade para tal. Nessas paráfrases, podemos verificar o apagamento de um sentido para povo relacionado àqueles que não possuem condições de escolher seus próprios destinos, que não estão ao lado do governo, apoiando suas decisões, por não terem esperança e determinação; esses não possuem anseios legítimos; reivindicações impostergáveis; não são determinados, nem esperançosos, tampouco dignos e austeros...assim, eles sequer devem ter o direito ao exercício da democracia, uma vez que democracia está intimamente ligada a dignidade e austeridade, o que nos leva a pensar na hipótese de que a democracia logrará seu total êxito no país quando seu povo atingir o nível máximo de dignidade e austeridade. Nesses recortes, observamos que o tema central é o motivo que levou Tancredo à presidência, isto é, como representante das mudanças por que o país lutou firmemente.

Podemos, então, verificar a presença de uma cadeia parafrástica em que aparecem os seguintes enunciados: “*mais legítimos anseios da sociedade brasileira*”,

“reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero”, “o povo pediu 'mudanças já' com tanta determinação e esperança” e “O povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco”; percebemos o efeito de sinonímia entre *sociedade brasileira* e *povo que é digno e austero*, promovendo uma homogeneização dessa sociedade, caracterizando-a como formada apenas por aqueles que tem dignidade e austeridade, além de determinação e esperança. Isso apaga o fato de que a sociedade não é homogênea, sendo formada, também, por aqueles que não apoiam o governo e que, nem por isso, podem ser caracterizados como não tendo dignidade nem austeridade. Assim, o povo *tem anseios, faz reivindicações, pede por mudanças, exige e apoia um governo*; mais: esses anseios são apresentados como *legítimos*; as reivindicações, *impostergáveis*; os que apoiam o governo são *dignos e austeros*.

Logo em seguida à sua exposição desses motivos, Tancredo coloca o “povo” como o que tem anseios, faz reivindicações, pede mudanças exige e apoia um governo, mas que não é o responsável pelas mudanças ocorridas, e pelas que ainda hão de ocorrer, na medida em que apoiam o governo e nele confiam tamanha façanha. Em seu pronunciamento, vemos, também, um deslize de “povo” para “cidadão”, isto é, aquele que tem a participação política efetiva na sociedade, ou seja, aqueles que podiam decidir os rumos político que a sociedade deveria tomar naquele momento; contudo, se observarmos o enunciado a seguir, verificaremos que o sentido de povo também está relacionado àquele que deseja *ordem social, clama por democracia*, ou melhor, deseja que ela se solidifique, de modo a produzir o *bem-estar social* que todos desejam, isto é, as *mudanças* que o povo pede fundam-se, basicamente, no progresso, na democracia e no bem-estar social. Observemos o recorte a seguir:

(TN6) (...) Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem presida as transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade.

Quando o tópico discursivo é a questão do progresso e da ordem social, com o livre exercício de direitos a todos os cidadãos, o sentido de povo passa a englobar novamente a temática dos valores éticos, já ressaltados como sendo os “*altos valores da sociedade*”. Isso é corroborado pelas enunciações referentes “*à índole de nosso povo e à linha de nossa*

evolução jurídica”, ou seja, o sentido de “povo” é marcado pela boa índole, de gente digna e austera, que lutou por mudanças no país.

Observando o pronunciamento de Tancredo até aqui, podemos verificar a inexistência de um sentido de “povo” relacionado às classes sociais e suas questões econômicas, mas está fundamentado nos desejos, reivindicações e mudanças que ele – o povo – exige de um governo o qual apoia. Isso pode ser explicado pelo fato de que, naquele momento, a sociedade passava por uma enorme transformação nas suas estruturas política e econômica, que vê, com a retomada da democracia, a possibilidade de ter seus anseios e esperanças atendidos. Assim, um sentido para “povo” é dado pela definição a seguir:

POVO 1: os cidadãos que tem anseios, fazem reivindicações, pedem mudanças, exigem e apoiam um governo que promova tais desejos, embora não tenha participação ativa nele.

Contudo, um outro sentido para “povo” ocorre no pronunciamento de Tancredo Neves; observemos os recortes abaixo:

(TN7) O governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas (...)

(TN8) O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população.

(TN9) (...) uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego, uma nação em que todos os cidadãos possam almejar a melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebem apoio solidário com vistas a sua integração na coletividade (...)

No recorte TN7, podemos observar um efeito de sentido para “povo”, dado pelos deslizes no interior de seu dizer, que o caracteriza como sendo fácil de ser enganado com promessas que não podem ser cumpridas por ser carente e precisar de auxílio dos que

ocupam algum lugar de poder na sociedade; assim, o “povo” não tem seu pertencimento marcado aos lugares sociais que logram algum poder e, portanto, não tem como resolver os seus próprios problemas, a não ser que seja auxiliado pelo governo. Dessarte, os que pertencem ao “povo” são desprovidos de suas necessidades básicas – saúde, alimentação, educação, trabalho, permanecendo à margem do que se tem como “corpo social”, isto é, aquelas pessoas, cidadãos que produzem; isso produz um efeito de heterogeneização da sociedade brasileira, uma vez que a divide entre os cidadãos que realizam benesses públicas e aqueles que “apenas” esperam pelas promessas do governo, ao mesmo tempo em que promove certa homogeneização, unindo os diferentes setores da sociedade, mantendo-a pacífica, em ordem, sem que haja lutas sociais; em última instância, é o governo na busca da promoção de um consenso, de modo que, essa divisão, no limite, faz com que ocorra a manutenção da ordem pública, e que torne possível ao governo o gerenciamento de “*uma nação*”. Estes, não fazem parte do rol daqueles que lutaram para que o país passasse pelas mudanças por que passou, mas foram por elas auxiliados em sua condição de “menos afortunados” e “menos aptos”.

Tancredo finaliza seu pronunciamento conclamando o “povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão”, ou seja, ele chama os cidadãos dignos e austeros para auxiliar aqueles que são menos aptos e menos afortunados a saírem da margem da sociedade e tomarem seu lugar na nação, de modo que o país possa ser reconhecido “*pelos elevados padrões de comportamento político atingido por nosso povo*”, isto é, por seus cidadãos dignos e austeros. Assim, temos presente no pronunciamento de Tancredo Neves um segundo sentido para “povo”, que complementa o primeiro:

POVO 2: os cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados.

Nesse sentido, são apresentadas as virtudes do povo, de um modo geral, como um todo, sendo equivalente a nação e sociedade, em que há carência em uma de suas partes e riquezas em outras, como em toda sociedade capitalista.

2.2.2 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de José Sarney (1985)

O pronunciamento oficial de José Sarney, em rede nacional de rádio e tevê, ocorreu em outubro de 1985, meses depois de ter assumido a presidência da República. Em seu pronunciamento, o vocábulo “povo” aparece onze vezes, quer seja no singular, quer no plural; isso demonstra, em alguma medida, uma maior referência a essa parcela da população. Contudo, vamos procurar verificar a qual parcela específica da população Sarney se refere ao utilizar a palavra “povo”. Tomemos de início os recortes a seguir:

(JS1) Brasileiros.

(JS2) Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível. Sou presidente de um país democrático, presidente e cidadão, responsável pelo governo que tenho de consolidar, pelo exemplo, pelo trabalho, pela correção, pela vontade e pelo dever de acertar, pela obrigação de servir ao Brasil e ao seu grande povo.

Nesses dois recortes apresentados, podemos observar que o sentido de “povo” está relacionado ao de “brasileiros” por uma referência à questão da territorialidade, ou seja, pelo pertencimento a um território específico, ao país, pela metonímia criada entre “brasileiros” e “(...) servir ao Brasil e ao seu grande povo”. Entrementes, observamos a presença do vocábulo “povo”, na forma de aposto explicativo sobre o nome “José Sarney”, ou seja, como uma forma de pré-construído, que afirma que todos aqueles que pertencem ao povo são pessoas simples e apresentam falhas, isto é, não são alçados a deuses ou semideuses, mas a pessoas normais e esperam para ser servidos por ele, o presidente, aquele que, ambivalentemente, pertence ao povo, mas faz pelo povo, o serve. Temos, do mesmo modo, o sentido de povo sendo produzido em contrapartida à caracterização de José Sarney como o *“responsável pelo governo (...) pelo trabalho, pela correção, pela*

vontade e pelo dever de acertar, pela obrigação de servir ao Brasil e ao seu grande povo.”; em vista disso, o “povo” é aquele que espera para ser servido.

Nesse enunciado, cujo tema é a caracterização do sujeito presidente, os efeitos de sentido produzidos para povo são:

POVO 1: aqueles que são corretos, que servem ao país e buscam sempre acertar; são simples, falíveis, mas grandes e que devem esperar para serem servidos pelo presidente, que, embora pertença a ele, o transcende.

Na mesma esteira de seu antecessor, Sarney caracteriza o povo como solidário e simples, humilde; contudo, há ainda uma separação da população brasileira relativa a questões econômicas, por isso há uma convocação para um acordo nacional em que haverá o apoio de todas as parcelas da população, em que Sarney propõe “*o grande acordo nacional do qual o povo será a alavanca*”. Assim, o povo deixará de ser a parcela da população que só observava os acontecimentos e passará a fazer parte deles, na medida em que será beneficiado pela serventia do governo, ou seja, o povo será o promotor, a “alavanca” do progresso nacional na medida em que o governo promoverá o progresso tendo em vista os mais humildes, simples e falíveis. Esse mesmo sentido aparece no último parágrafo do pronunciamento, quando há novamente uma exaltação das qualidades do povo brasileiro, caracterizando-o como “*um grande povo*”, por ser solidário, simples e que lutou com dignidade e austeridade para o fim do regime militar.

Além desse, temos um outro sentido para “povo”, qual seja:

POVO 2: a alavanca para o progresso nacional; responsável, na medida em que será o alvo das transformações sociais.

É sendo o agente dessas transformações que o povo manterá sua “soberania nacional”, ou seja, essa parcela da população que é simples e luta para alavancar o país social e economicamente, por meio das mudanças produzidas, e por serem corretos e buscarem sempre servir o país, auxiliará o governo a manter os compromissos econômicos e a honrá-los. Assim, sempre que há uma temática relacionada à economia, e seu efeito sobre a dignidade e austeridade da população, há um efeito de sentido eufórico para o povo, caracterizado como a “alavanca para o progresso nacional”.

Ainda na temática da soberania nacional, um outro sentido para “povo” aparece no pronunciamento de José Sarney. Ao enunciar que

(JS3) O Brasil honrará os compromissos e acordos firmados internacionalmente. Continuará irreduzível na defesa dos direitos de autodeterminação dos povos e contra as soluções dos dissídios internacionais pelo uso da força. (...) Temos consciência de sermos um traço de união entre o mundo velho e o mundo novo, que está a surgir, através da cooperação fraterna entre os povos.

José Sarney produz um efeito de sentido de “nação” para o plural “povos”; assim, temos uma substituição simétrica neste discurso, produzindo uma sinonímia entre “povos” e “nações”, uma vez que podemos ter a interpretação de que há um auxílio recíproco entre as nações; ou seja, um terceiro sentido de “povo” aparece em seu pronunciamento; assim, temos:

POVO 3: as pessoas indistintamente que habitam um território que goza de autonomia política e econômica.

Nesse sentido, o plural, presente em povo 3, produz um efeito de sentido de homogeneidade em relação às questões políticas apresentadas para os sentidos 1 e 2 de povo, deslocando seu sentido para o âmbito geográfico e político, da constituição territorial de uma nação; dessarte, os sentidos de “povo” presentes no pronunciamento de José Sarney referem-se a uma reorganização social, de modo que as pessoas, por serem simples, corretas e humildes, necessitam de alguém – o presidente – capaz de promover as

transformações que levarão o país a melhores condições sociais; assim, ter vontade de acertar e agir corretamente demonstra, também, uma caracterização moral do cidadão, ou mais especificamente, das pessoas que são falíveis, mas divide essa falibilidade até mesmo com o presidente da República. Além disso, tem-se um sentido para “povo” relacionado à autonomia político-econômica do território nacional, ou seja, como uma referência a “nação”, que promove a homogeneidade das pessoas que habitam um determinado espaço geográfico comum.

Por conseguinte, podemos observar que os sentidos de povo no pronunciamento de José Sarney se coadunam, aos presentes no de Tancredo Neves, na medida em que, em ambos, há um sentido de homogeneização da sociedade e de dignidade do povo brasileiro; num, por sua caracterização enquanto *digno* e *austero*; noutro, por ser o povo *correto* e *buscar sempre acertar*.

2.2.3 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Collor (1990)

No pronunciamento de posse de Fernando Collor, encontramos maior referência ao lexema “povo”, que pode, em certa medida, ser relacionada ao fato de que as eleições de Fernando Collor de Melo foram as primeiras com a participação popular desde Jânio Quadros; ou seja, nesse sentido, Collor foi o primeiro presidente da República eleito por voto popular depois de vinte e cinco anos de regime militar. Contudo, vamos observar os sentidos que esse lexema possui no interior desse processo discursivo que se tem com o pronunciamento de posse de Fernando Collor. Atentemo-nos para o início de seu pronunciamento, como se segue:

(C1) Volto a esta casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Fernando Collor refere-se ao “povo” como sendo o responsável por tê-lo colocado no poder, ou seja, por tê-lo feito chegar à presidência da República. Esse sentido de povo está relacionado, pelo interdiscurso, àquele sobre os que têm direito a voto no Brasil, naquela condição de produção determinada, ou seja, pós promulgação da Constituição Federal de 1988, que dá direito a voto a todo brasileiro maior de dezesseis anos, independente de sua condição econômica e social, independentemente de ser homem ou mulher; temos, novamente, após 25 anos, o sufrágio universal. Desse modo, é por “delegação do povo”, ou seja, com o consentimento dos eleitores que votaram em Collor que ele ocupará o posto de presidente da República. Tendo em mente que, no segundo turno, ele disputou a presidência com Luiz Inácio Lula da Silva, a eleição de Collor significou a manutenção da luta contra a tomada do poder pelo “comunismo”, segundo discursos que se proliferavam durante toda a campanha eleitoral de 1989, colocando Lula como comunista, como a entrada do “perigo vermelho” no país. Assim, o Partido da Renovação Nacional (PRN) consegue chegar à presidência da República, tendo em seu candidato – Fernando Collor – um grande “caçador de marajás”. Assim, o “povo” são aqueles que se colocaram, também, como seus *“compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso”* (COLLOR, 1990 *apud* BONFIM, 2004, p. 343). Dessarte, o “povo” é predicado como *esperançoso, equilibrado, pacifista*, possuindo *espírito cívico* e tendo forças para superar *as dificuldades econômicas*.

Esse sentido de “povo” é sustentado por um outro sentido construído em seu discurso, que coloca o povo como alijado de seus direitos políticos e sociais, desde o regime militar, de modo que foi necessário que o Poder Judiciário organizasse o pleito que *“restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante”*. Percebe-se que o povo é tomado, também, a exemplo do que ocorrera nos pronunciamentos de Tancredo Neves e José Sarney, como aquele que precisa ser auxiliado, uma vez que não goza de todos os direitos que tem. Assim, temos o seguinte sentido:

POVO 1: parcela da população alijada de seus direitos políticos, como o voto e que agora os delegou a Collor, na condição de presidente.

Esse sentido faz trabalhar uma memória de dizeres acerca do povo, relacionada à questão econômica, presente no pronunciamento de Tancredo Neves, em que aparece como sentido de POVO 2: os cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados para que se criem uma sociedade homogênea. Enquanto lá as necessidades básicas referiam-se a questões de saúde, educação, alimentação, aqui, temos o alijamento político, que fora compulsório e violento, atingindo a todos, não apenas determinada parcela da população, tida no pronunciamento de Tancredo como os *menos aptos*. É interessante colocar em relação interdiscursiva os dizeres de Tancredo e de Collor, quais sejam: *“uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebem apoio solidário com vistas a sua integração na coletividade (...)”* e *“são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se”*. Isso é um vestígio do contexto em que ocorrera a eleição de Tancredo Neves à presidência da República, haja vista o mesmo ter sido eleito pelo colégio eleitoral, não por voto direto popular.

Esse sentido presente em POVO 1 sustenta-se ao longo do pronunciamento de Fernando Collor em enunciados como

(...) me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo de cidadania. Não basta governar para o povo, é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. (COLLOR, 1990)

Como o povo estava alijado do poder e de seus direitos políticos, então, faz-se necessário que haja uma aproximação entre “o povo” e “o poder”; tal aproximação fará com que exista um fortalecimento da nação, como uma metonímia de “povo”, aproximando-a do Estado, como metáfora da classe alta, da elite, dos cidadãos, em que não há a coletividade necessária para que haja efetivamente uma nação. Assim, é silenciado neste discurso o fato de que o “povo” é aquele que tem o direito ao voto, mas não tem o poder de governar, ou seja, esse poder de governar fica com os seus “representantes”, por se tratar de uma democracia representativa, embora esses nem sempre os representem. E,

por serem representantes dessa população, que não ocupa cargos políticos ou que são contra esses que ocupam e o fazem de modo deturpado, pois não visam ao interesse do povo, mas tornam-se corruptos, verdadeiros “marajás” do serviço público. Esse sentido de que o povo “não tem o poder de governar e, por isso, necessita de que o governo tome a frente, como um seu servidor” parece ser regular nos pronunciamentos até aqui analisados; assim, nos dizeres de Collor (1990), temos a democracia não mais entendida como “governo do povo, pelo povo e para o povo”, mas apenas como “governo para o povo”, na medida em que busca-se servir ao povo, uma vez que o presidente possui o “poder” de auxiliar os mais necessitados, embora Collor (*op. cit.*) produza um deslocamento nessa compreensão, colocando o povo também como interlocutor no diálogo necessário ao exercício do poder, ao afirmar que “*A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo, e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão.*”; enquanto Tancredo vê o cidadão do povo como inapto, Collor vê algum valor nele, motivo que corrobora sua busca de diálogo entre os diversos grupos sociais.

Assim, no pronunciamento de Fernando Collor, vemos um sentido de povo como sendo, também, o que o auxiliará, uma vez que está cansado da corrupção existente no país, do uso indevido do dinheiro do contribuinte, com gastos supérfluos, pessoais ou familiares. Portanto, será “*(...) com o apoio resolutivo do povo e do Congresso [que] haveremos de ferir de morte, destruir na fonte, a inflação no Brasil.*”; mais uma vez, o povo aparece como co-partícipe das funções do governo, como responsável pelo progresso nacional, agente das grandes transformações a serem promovidas (pelo governo), na medida em que, estando em um regime democrático, o presidente da República deverá governar para o povo e pelo povo, buscando sanar as necessidades desse. Veja-se que, em grande medida, os sentidos de povo nos pronunciamentos de Fernando Collor e de José Sarney são muito semelhantes, principalmente ao colocarem ele – o povo – como aquele que necessita de transformações nas esferas política, econômica e sociais brasileiras a fim de que seja auxiliado, tendo seus direitos político e econômico de volta, como observamos seu dizer, ao afirmar que “*É hora de exercê-lo (o poder) para fortalecer a nação, como coletivo de cidadania (...)*” (*op. cit.*), ou seja, produz-se um efeito de não coletividade da nação, de modo que a sociedade estivesse fragmentada em diversos setores, e o poder não

estivesse sendo exercido até então pelo povo nem para o povo, o que coloca o discurso de Collor em uma relação de contradição com os discursos anteriores, de Tancredo e de Sarney. Ao final do pronunciamento de posse de Fernando Collor, um novo sentido para o povo aparece: “(...) *coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível do governo.*”; além de se colocar como o restaurador dos direitos políticos aos cidadãos brasileiros, essa participação política – pela presença de seus representantes no governo – é estendida aos “assalariados” e “trabalhadores”, ou seja, o povo é composto, basicamente, por pessoas que trabalham e ganham salário mínimo e são alijadas de seus direitos sociais – saúde, alimentação, segurança – e políticos – o voto. Tal “*convite à participação política*” pode estar retomando a *liberdade*, como responsável pelo diálogo a ser aberto entre os vários setores da sociedade; dessarte, os cidadãos que eram alijados do poder, agora são chamados à participação, na forma da representatividade que o governo, na figura do presidente, terá.

É oportuno notar que, nas eleições presidenciais de que participou Collor, o candidato tido como “do povo” era Luiz Inácio Lula da Silva; o ex-sindicalista, agora, lutava na política para promover algumas melhorias para a classe trabalhadora, para os assalariados. Entretanto, Collor retoma esse tema de participação política dessa classe em seu pronunciamento como uma possível forma de mostrar que ele não representará a elite econômica brasileira; pelo contrário, lutará contra ela pelos direitos dos assalariados e trabalhadores, como observamos nos seguintes excertos:

(CL) O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades, pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. (COLLOR, 1992 *apud* BONFIM, 2002, p. 347)

No excerto acima, vemos Collor colocando-se como o promotor do acesso aos bens vitais por aqueles que pertencem a uma classe social não tão bem favorecida; novamente, ele se coloca como o que restaurará as necessidades sociais mais básicas àqueles que delas

estão alijados. Isso corrobora nossa afirmação de que o então presidente não representará apenas uma elite econômica, mas buscará solucionar os problemas apresentados pelos mais carentes, por aqueles que desejam a justiça. Mais: coloca-se como o responsável por dar a essas parcelas da população o direito à participação política, algo que, na verdade, havia sido assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Portanto, pudemos perceber que o sentido de “povo” presente no pronunciamento de Fernando Collor de Melo está semanticamente ligado a um sentido disfórico, caracterizado pelo não pertencimento àquela parcela da população que tinha o direito à participação política efetiva, não usufruindo, portanto, da total liberdade que um governo democrático deveria prover; além disso, um outro sentido emerge:

POVO 2: o responsável pela chegada de Collor à presidência;

POVO 3: os que queriam uma renovação do país no âmbito político, social e econômico;

POVO 4: aquele que não terá participação política ativa;

2.2.4 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Itamar Franco (1992)

Após dois anos de administração Collor, a conjuntura política se complica; em meio às várias denúncias de corrupção no governo, ao pagamento de propina, à denúncia de seu irmão Pedro Collor à revista *Veja*, a situação do presidente torna-se insustentável. Os cidadãos começam a sair às ruas pedindo seu impeachment; as denúncias aumentam; seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, é acusado de lavagem de dinheiro...todo esse cenário culmina no seu processo de cassação. Contudo, antes de ser cassado, Fernando Collor renuncia, em outubro de 1992, assumindo em seu lugar o vice, Itamar Franco.

Seu pronunciamento de posse diferencia-se dos demais por ocorrer em uma situação peculiar no cenário político brasileiro: sua posse deu-se em decorrência da renúncia de um presidente pronto a sofrer um processo de impeachment, por denúncias de corrupção envolvendo seu governo. Assim sendo, Itamar Franco não pode colocar-se como tendo sido eleito por voto do povo; talvez, por esse motivo, em seu pronunciamento o lexema “povo” aparece apenas quatro vezes. Observemos os recortes abaixo, em que apontam as referências ao povo:

(I1) O povo brasileiro retoma o Estado em suas mãos depois de um período turbulento, carregado de intranquilidade, indignação e constrangimentos. É em nome desse povo, e no cumprimento da Constituição da República, que este governo se inicia, comprometido com os valores simples dos brasileiros.

(I2) Este governo, dure o tempo que durar, será o governo de todos, para não ser o governo de alguns poucos.

(I3) (...) um país não pode ter a sua modernidade reclusa em setores de ostentação enquanto o resto do povo se afronta (...) com a fome, o desespero, a doença e a ofensa.

(I4) Em nome do povo brasileiro, começemos a trabalhar.

Já no primeiro parágrafo de seu pronunciamento, Itamar Franco refere-se ao “povo brasileiro” como tendo o papel de agente pela retomada do país das mãos da corrupção, dos que não estavam trabalhando em favor da população, mas por interesses próprios. Nesse parágrafo, temos o deslize de “povo brasileiro” para “desse povo” e, em seguida, para “valores simples dos brasileiros”; esse processo metafórico produz uma cadeia de significação para o que se tem como “povo” nesse pronunciamento. O “povo brasileiro” significa aqueles que foram às ruas, numa referência interdiscursiva ao movimento dos “caras pintadas”, na luta contra a corrupção, e em prol do impeachment de Fernando Collor; esse “povo” é caracterizado como sendo “os que têm fome”, “os desesperados”, “que são doentes e ofendidos”, ou seja, uma situação semelhante àquela apresentada nos pronunciamentos de Collor e Sarney.

Dessa feita, Itamar coloca-se alinhado aos interesses dessa parcela da população, comprometido com os “valores simples dos brasileiros”; aqui, podemos notar a retomada da simplicidade que caracteriza o povo brasileiro, como está presente, também, no pronunciamento de José Sarney, caracterizando o sentido de POVO 1, isto é, pessoas corretas, que servem o país, em busca de melhorias. Assim, o povo é caracterizado como solidário, que busca apenas o cumprimento de seus direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988. Ademais, o povo é entendido como compondo a maior parte da população brasileira, uma vez que se o “governo se inicia, comprometido com os valores simples dos brasileiros” e, da mesma forma, “será o governo de todos, para não ser o governo de alguns poucos”, grande parte da população brasileira é incluída como “povo”, e caracterizada como pessoas de valores simples, em oposição a “alguns poucos”, que buscam apenas o poder, tomando, às vezes, caminhos não tão “corretos”.

Nesse pronunciamento de Itamar Franco, o povo brasileiro aparece na temática sobre a modernidade do país e sua evolução, atribuindo a ela a responsabilidade pela situação de fome, desespero e doença. Aí, o povo é tido como alijado da modernidade que poucos gozam, restando a ele – o povo – o afrontamento com “*a fome, o desespero, a doença e a ofensa*”; assim, o povo é caracterizado disforicamente, ou seja, lhe são atribuídas apenas características negativas, como sendo desprovido de alimento, de esperança, de saúde, restando-lhe apenas o sentimento de ofensa, em relação aos que gozam de todas essas benesses. Essa temática de Itamar dialoga, pelo interdiscurso político, com o discurso de José Sarney, em que este afirma que “*(...) há necessidade de medidas urgentes. O Papa João Paulo já disse: O povo tem fome.(...)*”, em que Sarney utiliza-se da citação do discurso de João Paulo segundo para sustentar os sentidos que caracterizam o povo. Assim, no pronunciamento de Itamar Franco, os sentidos para *povo* são:

POVO 1: aqueles brasileiros que retomam o Estado em suas mãos;

POVO 2: as pessoas que se afrontam com a fome, o desespero, a doença e a ofensa;

POVO 3: os que não governam, mas tem o presidente que governa em seu nome.

Observe-se que, também no pronunciamento de Itamar Franco, os sentidos de “povo” estão relacionados às temáticas sociais, como saúde e alimentação, mas se mantém o sentido de alijamento do poder, na medida em que é em seu nome que o governo vai trabalhar, ou seja, o “povo” não tem o direito de governar. Entretanto, também observamos uma característica marcante dos governos democráticos, baseados no “governo do povo, pelo povo e para o povo”; o povo não terá a participação política ativa, uma vez que não governam, mas terá o presidente, que governará por ele e para ele.

2.2.5 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Henrique (1994)

Findos os anos de governo de Itamar Franco, em 1993, é eleito presidente da República, concorrendo com Luiz Inácio Lula da Silva, o então ex-ministro da Fazenda do governo Itamar, Fernando Henrique Cardoso. Após o malogro das primeiras eleições presidenciais após o regime militar, que colocaram Fernando Collor de Melo na presidência, a população volta às urnas em outubro de 1993 para escolher seu novo governante. O então candidato do PSDB, um partido originado depois da dissensão do MDB, com o fim do bipartidarismo, durante o processo de reabertura política, em meados dos anos 1980, chega à presidência da República após derrotar, já no primeiro turno, o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT; durante os anos de chumbo do regime militar, FHC e Lula lutaram juntos contra os desmandos do regime, seguindo caminhos diferentes após o processo de desmembramento dos partidos políticos no Brasil. FHC sobe à presidência com grande apoio da população, que havia visto com bons olhos o Plano Real – plano econômico lançado durante o governo Itamar, cuja moeda era a URV, que tinha valor equiparável ao dólar, ajudando a elevar a economia brasileira.

Em seu pronunciamento de posse uma coisa nos chama a atenção: o lexema “povo” aparece apenas seis vezes, ao longo dos cento e vinte e um parágrafos que compõem seu pronunciamento; isso, para nós, já é um vestígio significativo que afetará a construção do sentido dessa palavra ao longo do pronunciamento. Além disso, vale a penas observarmos

o que aparece no lugar desse termo, quando o sujeito se refere ao povo; assim, observemos os recortes a seguir:

(FHC 1) Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias

(FHC 2) Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico

(FHC 3) Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação

(FHC 4) Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.

(FHC 5) Mas veio também, e em grande número, dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e nas estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em grande parte a minha eleição.

Nesses cinco recortes apresentados, podemos verificar que não há a presença de “povo” em nenhum deles; em seu lugar, verificamos o aparecimento de “os trabalhadores brasileiros”, “sindicalizados”, “a maioria absoluta dos brasileiros”, “os meus concidadãos”, “excluídos”, “os brasileiros mais humildes”, “os que são humilhados nas filas dos hospitais e da previdência”, “os que ganham pouco”, “os que clamam por justiça porque têm (...) consciência e disposição para lutar por seus direitos”. Todos esses sintagmas nominais estão em uma relação de predicação para com “povo”, uma vez que pode haver a substituição deste, na cadeia parafrástica, sem alteração significativa de sentido, pelos substantivos, nos sintagmas “*brasileiros mais humildes*”, “*os que ganham pouco pelo muito que dão ao país*”, “*os que clamam por justiça*”; ou seja, é o povo que soube enfrentar

as agruras da recessão e os desafios das novas tecnologias, uma vez que é ele que sempre quis “*e com urgência a modernização do Brasil*” (COLLOR, 1990), foi ele – o povo – que reorganizou seus sindicatos, em busca das melhorias sociais e trabalhistas.

Dessarte, verificamos que há uma caracterização do trabalhador brasileiro, no pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso, marcada por predicções relativas ao seu pertencimento ao povo, concomitantemente a uma definição caracterizada pela marginalização deste como “*excluídos*”, “*brasileiros mais humildes*”, “*os que ganham pouco pelo muito que dão ao país*”, “*os que clamam por justiça*”, ao mesmo tempo em que procura valorizar esse mesmo povo, ressaltando sua “*consciência e disposição para lutar por seus direitos*”.

Contudo, ao designar seus eleitores como sendo “*a maioria absoluta dos brasileiros*”, alegando que seu mandato veio do “*voto livre dos meus concidadãos (...) independentemente da sua condição social*”, temos aí uma homogeneização da sociedade brasileira, que produz um efeito de sentido de que os “*excluídos*”, “*os brasileiros mais humildes*” eram, também, seus concidadãos, e caracterizados como o povo brasileiro. Esses brasileiros mais humildes são também caracterizados como sendo “*os que ganham pouco pelo muito que dão ao país nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e nas estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra*”. Fica evidente, assim, que sentidos de povo como sendo os excluídos socialmente, para quem é preciso que se lute, a fim de restituir-lhes os direitos que são garantidos por lei, são retomados de pronunciamentos anteriores, como o de Sarney e de Fernando Collor; além desses, “povo” também são:

POVO 1: parcela da população que soube enfrentar as necessidades e vencê-las;

POVO 2: trabalhadores que souberam reivindicar seus direitos;

POVO 3: os excluídos, humilhados por não terem acesso devido a vários dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia;

POVO 4: aqueles que têm consciência de suas necessidades e, por isso, escolheram pelas reformas estruturais necessárias.

Nos recortes a seguir, também encontramos um outro sentido para povo, presente igualmente nos pronunciamentos anteriormente analisados, qual seja, “povo” como sinônimo de “nação”. Observemos os recortes em que tal sentido ocorre:

(FHC 6) Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-portuguesa com a africana e indígena.

(FHC 7) Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo.

(FHC 8) Nós, brasileiros, somos um povo solidário.

(FHC 9) Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o país deve respeito, oportunidades de educação e trabalho.

Nos enunciados acima, podemos substituir o sintagma “povo” por “nação” ou “país” mantendo o efeito de sentido de generalização da população como um todo, ou seja, tomando como sentido todas as pessoas pertencentes a um mesmo território nacional, isto é, um país, uma nação. Assim, o país é caracterizado por uma suposta “homogeneidade cultural”, valorizada por seus intelectuais, e não pelo que se tem por “povo”, ou seja, pelos trabalhadores, por aqueles que são excluídos, que lutam por suas necessidades básicas, além da solidariedade existente em toda nação brasileira, em toda sua gente; o sentido de solidariedade também está presente nos pronunciamentos de Tancredo Neves, quando este afirma que o povo deu “*o seu apoio inequívoco*” (NEVES, 1985 *apud* BONFIM, 2002, p. 319) e José Sarney, ao afirmar que “*(...) nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade, e obter a solidariedade do povo.*” (SARNEY, 1985 *apud* BONFIM, 2002, p. 333), mostrando efeitos de sentido próximos, o

que nos faz aventar a hipótese de presença de formações discursivas referentes àqueles dois presidentes no pronunciamento de Fernando Henrique, garantido pelo princípio do “Primado do Interdiscurso” (MAIGUENEAU, 1998) – uma FDtn¹³, em que o “povo” é um fiel depositário da confiança no governo, independentemente de receber em troca algo; outra FDjs, em que o “povo” é um fiel depositário da confiança no governo, desde que este seja digno de sua confiança, que será obtida em troca da verdade e da responsabilidade para com a coisa pública.

Fernando Henrique Cardoso finaliza seu pronunciamento de posse agradecendo *“Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeram-me já no primeiro turno.”*; vemos, nesse enunciado, o sentido de “povo” sofrer uma coerção pela presença da relativa e do aposto, que delimitam seu sentido. Aí, o “povo (...) que elegeram-me já no primeiro turno” caracteriza o vocábulo “povo” como se referindo àqueles que o apoiaram durante a campanha e que, de acordo com suas propostas de governo apresentadas, viram-se representados por ele. Uma outra determinação ocorre sobre o vocábulo “povo”; dessa vez, pelo aposto “do meu país”, haja vista que só podem ser eleitores os “brasileiros natos”, ou seja, que tenham nacionalidade brasileira. Não bastassem tais caracterizações, o “povo” ainda é adjetivado como “generoso e determinado”, características eufóricas, que marcam os seus eleitores; dessa forma, os que votaram em FHC e o elegeram possuem características que demonstram suas benesses.

Pudemos observar que, das seis ocorrências do lexema “povo” no pronunciamento de FHC, em 1994, apenas duas significam a parcela da população que o elegeram já no primeiro turno das eleições. Essa parcela está marcada linguisticamente pelo uso do artigo definido junto ao nome “povo” ou ao nome que, por metáfora, signifique “povo”, como em “Os trabalhadores brasileiros”, “a maioria absoluta dos brasileiros”, “os meus concidadãos”, “os excluídos”, “os brasileiros mais humildes”, “os que são humilhados”, “os que clamam por justiça”; discursivamente, a presença desses determinantes produz um

13FDtn (Formação Discursiva Tancredo Neves); Fdsj (Formação Discursiva José Sarney)

efeito de pré-construído, fixando, em alguma medida, o sentido de “povo” presentes em seu discurso. A palavra “povo” no singular, no plural nu ou um plural acompanhado de artigo, bem como quando a temos precedida de outro determinante, como ocorre nas seguintes formas: “um povo”, “do nosso povo”, verificamos, em ambos os casos, que “povo” significa, por metonímia, “nação” ou “país”, de modo que no enunciado em FHC 8, tenhamos um efeito de sentido de “nação”, isto é, “conjunto de pessoas que dividem o mesmo espaço geográfico nacional”. O mesmo ocorre no enunciado FHC 9, em que “mulheres” é parte do todo da população, representado metonimicamente por “nosso povo”.

Dessa feita, para o pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso (1994), são produzidos os seguintes efeitos de sentido para “povo”:

POVO 1: parcela da população que soube enfrentar as necessidades e vencê-las;

POVO 2: trabalhadores que souberam reivindicar seus direitos;

POVO 3: os excluídos, humilhados por não terem acesso devido a vários dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia;

POVO 4: aqueles que têm consciência de suas necessidades e, por isso, escolheram pelas reformas estruturais necessárias.

POVO 5: parcela da população alijada de seus direitos sociais;

POVO 6: nação, país;

POVO 7: aqueles que apoiaram FHC durante a campanha e que, de acordo com suas propostas de governo apresentadas, viram-se representados por ele;

POVO 8: os que votaram em FHC e o elegeram por ele possuir características que demonstram suas benesses.

2.2.6 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Fernando Henrique (1999)

Em janeiro de 1999, Fernando Henrique Cardoso toma posse como presidente da República, após ser reeleito, na primeira eleição em que se permite que um então presidente concorra ao cargo. O país passa por uma boa situação econômica, com a inflação controlada e a moeda, criada por FHC, quando ministro da Fazenda, bem valorizada interna e externamente. É a essas mudanças produzidas em seu primeiro mandato que Fernando Henrique atribui sua reeleição, agradecendo

(FHC 1) aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como aos que moram nos campos, que, com o voto, sufragaram as ideias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.

Nesses agradecimentos, podemos perceber a presença de uma representação democrática atribuída a FHC, uma vez que ele fora eleito por toda parcela da população que possuía direito ao voto, adquirido na Constituição Federal de 1988, como um dos direitos legais e restituído à população após a queda do Regime Militar. Em seu início, o pronunciamento FHC caracteriza o “povo” sem promover uma distinção de gênero, idade, local de moradia – cidade ou campo – mas como sendo aqueles que votaram nele, acreditando nas ideias e mudanças por ele apresentadas; há uma homogeneização do que se entende por “povo”, na medida em que seu sentido baseia-se no apoio que ele obtivera nas urnas. Entretanto, o vocábulo “povo” aparecerá, logo em seguida, no terceiro parágrafo, quando FHC elege os responsáveis por seu credenciamento como presidente da República; em vez de atribuir ao povo, seus eleitores, esse seu credenciamento, o então presidente atribui ao “*Congresso primeiro, o povo brasileiro depois*” a possibilidade de ter adquirido seu segundo mandato. Assim, o povo não aparece como o responsável imediato por seu efetivo desempenho no governo, mas sim o Congresso, uma vez que foi este quem aprovou a emenda favorável à reeleição no país. Ademais, ao continuar suas promessas como presidente eleito, FHC assevera que se empenhará “*para corresponder à expectativa da Nação brasileira.*”, esta constituindo-se dos “*milhões de brasileiras e brasileiros*”,

“jovens e idosos”, “os que moram nas cidades assim como os que moram nos campos”, o que nos leva a aventar a possibilidade de uma substituição entre “povo brasileiro”, “Nação brasileira”, “milhões de brasileiros e brasileiras”, “jovens e idosos” e “os que moram nas cidades assim como os que moram nos campos”, produzindo um sentido homogeneizado para “povo” em seu discurso. Entretanto, a “Nação brasileira” é formada por todos os cidadãos que habitam o território brasileiro, ou seja, pelos “milhões de brasileiros e brasileiras”, pelos “jovens e idosos” e pelos “que moram nas cidades assim como os que moram nos campos”; isso nos leva a aceitar que um dos sentidos para “povo” no pronunciamento de FHC é:

POVO 1: cidadãos que habitam o território brasileiro; responsável em segundo plano por seu recredenciamento no poder.

Em uma configuração política nacional em que FHC se colocou como adversário de Lula, conhecido por ser “o candidato do povo”, parece ser natural a baixa recorrência do vocábulo “povo”, uma vez que sua oposição tem de ser marcada em relação a seu adversário. Dessa feita, FHC não pode tomar para si o lugar político instaurado por seu adversário, desde longa data, caracterizado como sendo o pertencente ao povo; além disso, seu pertencimento a um partido tido como marcado fortemente pela presença da elite brasileira promove uma escolha lexical para seu pronunciamento que busque contornar os efeitos de sentido produzidos pela palavra “povo”, de modo que se use de subterfúgios linguísticos, tais como a sinonímia, para deslocar sua posição em relação ao lugar de dizer que é marcado pela oposição. Por conseguinte, quando tal palavra surge no seu discurso, ela produz um efeito de sentido marcado mais pela homogeneidade social, ou seja, a tentativa de se produzir o consenso sobre as diferenças existentes na sociedade, ou melhor, busca-se a homogeneização discursiva da sociedade brasileira, apagando suas diferenças econômicas, sociais e político-ideológicas; é o vestígio, no pronunciamento de FHC, do processo iniciado outrora do movimento que culminará com o fim das ideologias marcando fortemente os discursos políticos.

Se, por um lado, o sentido de “povo” aparece como uma tentativa de homogeneização político-ideológica da sociedade, por outro, em alguns casos, parece representar uma parcela específica da sociedade. Vejamos o recorte a seguir: *“Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. (...)”*; novamente, o sentido de “povo” aparece marcado pela identificação dessa parcela àquela que foi a responsável por colocar FHC na presidência da República.

Quando o tema é a economia, o “povo” brasileiro é caracterizado como aquele que não possui condições financeiras que o possibilite realizar as compras necessárias para a manutenção de seu lar; essas características são atribuídas a ele pelo governo, uma vez que foi este o responsável para restaurar-lhes *“a confiança para poupar e investir”*; assim, o “povo” não é aquela parcela da população que necessita de trabalho, saúde, educação, saneamento, ou seja, das condições básicas para a sobrevivência, mas sim a classe média, os que podem voltar a poupar e investir. São os mesmos que, durante o governo de Fernando Collor, tiveram suas poupanças bloqueadas e perderam todos os seus investimentos, por desmandos cometidos pelo governo, na tentativa de vencer a luta contra “o dragão da inflação”. Assim, economicamente, vemos emergir um outro sentido para povo:

POVO 2: cidadãos pertencentes à classe média, que poderão voltar a fazer suas economias na poupança e seus investimentos em planos de renda.

É importante notarmos que, embora a democracia avance no campo político, em termos econômicos ela ainda está restrita a uma pequena parcela da população, representada como “povo”, mas caracterizada como possuindo poder econômico de poupar e investir. Assim, no pronunciamento de posse de Fernando Henrique, em 1999, a classe média é marcada discursivamente como constituindo o “povo brasileiro”, que o levou à presidência pela segunda vez consecutiva; o que nos leva a considerar a hipótese de que seu plano econômico teve como maior beneficente a classe média brasileira, não contemplando as classes mais pobres. Observe-se que os sentidos POVO 1 e POVO 2 presentes no seu pronunciamento de 1994 não mais estão presentes; uma indicativa que

pode nos conduzir a dois raciocínios, quais sejam: ou seu primeiro governo possibilitou que os trabalhadores e a parcela alijada de seus direitos sociais fossem alçados à categoria de “classe média”, ou que tais categorias não serão privilegiadas em seu segundo mandato.

Um outro sentido para “povo” presente neste pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso está marcado nos enunciados abaixo:

(FHC 2): Srs. Congressistas, 83 milhões de eleitores compareceram às urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.

(FHC 3): (...) A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei governo. Eles certamente aprovarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.

(FHC 4): (...) Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha.

Nos enunciados acima, coloca-se o “povo” tanto como responsável pela democracia como confiante nela; essa confiança deu-se por sua eleição, de modo que creem na democracia, ou seja, aqui estão presentes tanto o sentido de POVO 1 quanto o de POVO 2. A crença do povo na democracia está presente também por sua participação política não só na eleição do presidente, mas também na daqueles que sustentarão o governo por suas alianças políticas firmadas. Ademais, podemos observar no enunciado 4 acima que uma característica marcante do povo, qual seja, a credibilidade que o povo tem no governo. Assim, temos um outro sentido para povo:

POVO 3: os que acreditaram nas promessas de campanha do governo e por isso o apoiaram.

Dessarte, este pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso traz como sentidos marcantes para “povo” sua caracterização como sendo “aqueles que o apoiaram por acreditarem nas promessas de campanha e poderem voltar a almejar lucros econômicos, tais como poupança e investimentos”. Assim, grande parcela da população – aquela que

estava desprovida das necessidades básicas – não está contemplada em seu pronunciamento, uma vez que, por já estar prevista em seu pronunciamento de posse de 1999, e pelas mudanças promovidas por suas políticas durante o primeiro mandato, essa parcela da população alcançara a classe média.

Entretanto, nas eleições de 2002, o candidato da situação, José Serra, ex-ministro da saúde do governo FHC, responsável por manter as políticas econômicas e sociais e dar continuidade a elas, é derrotado no segundo turno em confronto eleitoral com Luiz Inácio Lula da Silva; o ex-torneiro mecânico, ex-sindicalista e líder dos trabalhadores nos grandes comícios das décadas de 1970 e 1980, tido por representante da classe trabalhadora, chega ao poder, culminando com o que alguns poderiam chamar de “êxito total do processo de redemocratização política brasileira”, uma vez que não há consenso sobre o significado da democracia no cenário político brasileiro.

2.2.7 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Lula (2003)

No dia 1º de janeiro de 2003, toma posse o primeiro presidente representante da classe dos trabalhadores eleito por voto popular. Seu governo marcará uma mudança nunca antes vista na política brasileira: sobe à presidência um ex-torneiro mecânico e sindicalista, após décadas de governos marcados por representantes das classes altas da sociedade. Tal fato é representado no pronunciamento de Lula logo no início, após seus cumprimentos protocolares aos seus ouvintes, como observamos no excerto abaixo:

(L1): “Mudança”; esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.

Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública,

do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.” (LULA, 2003, p. 1)

É interessante o fato de Lula não usar o vocábulo “povo” para se referir àqueles que optaram pela “mudança” e o levaram à presidência; em seu lugar, aparece “a sociedade brasileira”, produzindo um efeito de sentido de que aquele governo seria para os trabalhadores, para as classes mais necessitadas, mas não só para eles, uma vez que outros setores da sociedade também optaram pela mudança em questão. Entretanto, não podemos nos esquecer de que Lula caracterizou-se durante toda sua vida política como o representante do povo, dos mais necessitados da população brasileira; assim, cria-se um efeito de sentido de que a sociedade brasileira, em sua maioria é composta pelo povo, aquele que escolheu a mudança. Ademais, a sociedade é marcada por uma mudança de comportamento: em contraste a uma sociedade que era dominada pelo medo presente nos caminhos até então trilhados, agora, depois da mudança promovida, o que governa o comportamento da sociedade é a esperança nos novos caminhos.

As mudanças que a “*sociedade brasileira*” desejam promover, a começar pela escolha do seu novo governante, eram necessárias, haja vista a “(...) *precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.*” (LULA, 2003, p.1); embora não haja uma determinação direta acerca dessa precariedade, do impasse econômico, social e moral, por uma relação de dizeres estabelecida no interdiscurso, o responsável pela mudança é o “povo”, uma vez que é ele o afetado diretamente nos quesitos de segurança pública, pelo desrespeito, pelas crises econômica, social e moral existente no país. Assim, um sentido para o vocábulo “povo” é dado por:

POVO 1: a sociedade brasileira, que sofria com a precariedade da segurança pública, com o impasse econômico, social e moral.

POVO 2: os mais necessitados economicamente, que sofriam sempre com os descompassos da economia.

O mote da mudança sustenta a escolha feita pelo “povo brasileiro”, uma vez que o discurso da oposição durante a época da campanha eleitoral mostrava Lula como uma ameaça, já que não se sabia direito quais seriam suas reais atitudes ao estar à frente da nação brasileira; o discurso da ameaça do candidato do PT também sustentava-se nos dizeres da chamada “ameaça vermelha”, presentes também no pronunciamento de posse de Collor, em 1990.

Os primeiros parágrafos do pronunciamento de Luiz Inácio promovem a exaltação da população brasileira e do país, mostrando que o país é composto por uma população heterogênea, não centrada apenas nos grandes centros urbanos, mas tendo suas representações também nas “*populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas*”; pela primeira vez, desde a reabertura política, um pronunciamento presidencial de posse toca no tema dessas populações residentes nas áreas periféricas do país, à margem do desenvolvimento econômico, tecnológico e social. Desse modo, Lula faz um pronunciamento de inclusão dessas categorias no sentido de população, não homogeneizando-o; essa característica também é ressaltada na generalização de que o país é constituído, em toda sua extensão, por “*(...) um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo e em suas próprias forças.*” (LULA, 2003). Vejamos uma caracterização eufórica do povo brasileiro, no sentido de exaltar suas características advindas das necessidades por que passou; assim, embora possa parecer, *a priori*, uma contradição entre a asserção de que o povo é “*calejado (...) sabe o que é sofrer*” e a de que ele é “*otimista (...) nunca deixa de ser novo e jovem (...) também sabe o que é alegria, que confia em si mesmo e em suas próprias forças*”, observamos que há uma alternância entre características do povo, sendo ora apresentado como sofrido, pelas próprias condições a ele impostas, ora como otimista, por confiar em si mesmo e em suas próprias forças. O auge da exaltação de uma característica peculiar do povo, para Lula, é marcada pela presença do marcador discursivo “mas”, introduzindo as características que se sobrepõem na conceituação do povo; assim, o povo é alegre, confiante em si mesmo e em suas forças. Logo, temos o seguinte sentido:

POVO 3: aqueles que são alegres, que confiam em si mesmos porque conhecem sua força.

Evidentemente, um presidente marcado por pertencer a uma categoria que representa o povo, a parcela mais humilde da sociedade, deveria apresentar em seu pronunciamento de posse uma visão eufórica dessa parcela da população, o que de fato acontece neste pronunciamento. A exaltação ao “povo brasileiro” continua em seu pronunciamento, caracterizando o povo como “grande e generoso”; por possuir essa característica de ser grande e generoso, Lula o convida para unirem suas forças na luta contra aquilo que assola milhares de residências brasileiras: a fome. O recorte a seguir nos mostra como outro sentido de “povo” vai se constituindo no fio do dizer:

(L2): O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome. (LULA, 2003, p. 2)

Ao convocar o “seu povo” para a luta nacional contra a fome que assola grande parte dos brasileiros mais necessitados economicamente, como apresentado no sentido de POVO 2, Lula o faz por considerar esse “povo” realmente generoso, conhecedor de sua força e capaz de lutar em prol de seus iguais, daqueles que passam pelas mesmas necessidades e precisam vencê-las. Isso mostra que o Lula se identifica a esse lugar de dizer que representa os seus, ou seja, o sentido de POVO 3.

Essa referência de Lula à determinada parcela da população designando-a como “meu povo” produz um deslize de sentido nos parágrafos posteriores, quando ele usa, para se referir à mesma parcela da população, os sintagmas “irmão brasileiro” e “irmã brasileira”, predicando-os por “passando fome”; assim, embora confiantes em si e em suas forças, o povo é aquele que sofre com as desigualdades sociais, passando fome e exposto às mais diversas mazelas sociais. Por ser um dos seus irmãos e irmãs, o povo brasileiro o

escolheu para ser o representante das suas necessidades no mais alto cargo governamental de uma nação regida pelo regime presidencialista de governo; havia a esperança, por parte desse povo, de que Lula os representaria no poder, sendo confiante e lutando para promover uma melhor condição de vida aos seus.

No pronunciamento de Lula, o povo também é marcado por sua heterogeneidade plural, o que é a responsável por sua força e confiança, somando-se a isso sua “resistência”, que tornou possível uma admirável construção nacional; desse modo, a sociedade brasileira e, em última instância, o povo, é marcado porque

(L3): (...) Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do território. (LULA, 2003, p. 5)

No excerto acima, o “povo brasileiro” aparece pela primeira vez como efetivo agente das transformações sociais promovidas ao se colocar na resistência contra tudo aquilo que vinha ocorrendo nas esferas econômica e política, construindo uma nação diversificada e, por isso, decidiu trilhar novos caminhos. Logo, embora esse “povo” tenha sofrido “*todas as crueldades e discriminações (...) todas as desigualdades e dores*”, ele foi capaz de promover uma “*construção nacional admirável*”, o que o coloca como agente de suas decisões, sem a necessidade de um governo que lhe dite as regras absolutas de seu comportamento.

Dessarte, fazem parte do “povo” aqueles cidadãos que participaram da resistência contra os desmandos elitistas, contra as discriminações e lutaram por construir uma unidade nacional marcada pela heterogeneidade e pela diversidade; diferentemente do que vimos nos pronunciamentos dos presidentes anteriores, Lula coloca como promotor de possíveis mudanças na busca da igualdade social o povo, este compreendido como em POVO 1 e POVO 2. Este mesmo sentido havia aparecido em POVO 2, no pronunciamento

de José Sarney, em que temos o “povo” caracterizado como *“a alavanca para o progresso nacional; responsável, na medida em que será o alvo das transformações sociais.”*; enquanto Sarney coloca o povo como a alavanca para o progresso, na medida em que o governo será o agente dessas transformações, sendo o povo então apenas o “alvo” delas, Lula caracteriza o povo como o próprio agente dessas transformações, como podemos observar pela presença de verbos como *“realizar”* e *“construir”*, com o vocábulo “povo” como um sujeito agente, na medida em que produz tais ações, o que mostra uma relação interdiscursiva contraditória, caracterizando uma possível divisão ideológica que marca o discurso de Lula em relação, por exemplo, ao de Sarney.

Embora mais centrado no sentido de povo como os pertencentes às classes sociais menos privilegiadas, o pronunciamento de Lula também produz um efeito de sentido de “nação” para “povo”, ou seja, como um contingente de cidadãos pertencentes a um determinado território, como podemos verificar no enunciado a seguir:

(...) O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso país, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.

É importante para o povo brasileiro aprender a considerar suas lutas e nutrir um sentimento para com a nação, e seus símbolos nacionais, como a bandeira; ademais, o povo precisa valorizar a luta porque passa a ver-se como capaz e auto-suficiente, ou seja, não dependente mais dos auxílios vindos do exterior, como ocorrera nos governos anteriores, em que o FMI chegava a emprestar grandes montantes de dinheiro ao país. Assim, fica marcado no pronunciamento de Lula (2003), o sentido de “povo” como agente das mudanças necessárias à sociedade e que beneficiarão a si mesmo; todas essas mudanças serão possíveis uma vez que o povo é poderoso e possui dons como criatividade, capacidade intelectual e científica, calor humano, amor ao novo e à invenção. Novamente, o sentido de “povo” é construído euforicamente, caracterizando-o como o agente de todas as transformações porque o país precisa e vai passar. Assim, ao finalizar seu

pronunciamento, Lula eleva seu povo ao lugar de cidadão e cidadã, exaltando-o com um júbilo de “Viva o povo brasileiro!”; esse júbilo de exaltação marca sua posição em relação aos mais necessitados, aos que sofriam com a falta de providência para suas necessidades básicas, mas que, com luta, alegria, confiança e força escolheram pela mudança.

Dessarte, os sentidos de “povo”, no pronunciamento de posse presidencial de Lula, em 2003, são:

POVO 1: a sociedade brasileira, que sofria com a precariedade da segurança pública, com o impasse econômico, social e moral.

POVO 2: os mais necessitados economicamente, que sofriam sempre com os descompassos da economia.

POVO 3: aqueles que são alegres, que confiam e si mesmos porque conhecem sua força.

POVO 4: os que sofreram crueldades, discriminações e desigualdades;

POVO 5: os que realizaram a resistência; construíram uma nação heterogênea.

Esses sentidos sustentam a posição de que Lula fora o candidato das massas, dos mais necessitados, e que é por eles que ele deveria lutar, promovendo as mudanças sociais necessárias para contemplar essa parcela da população. E Lula parece tê-las conseguido durante os quatro anos de seu primeiro mandato, o que fez com que o povo novamente o elegesse para ocupar o posto de governante maior da nação brasileira, em eleição vencida em primeiro turno, contra adversário do PSDB, Geraldo Alckmin. Passemos à análise do pronunciamento de posse do segundo mandato de Lula.

2.2.8 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Lula (2007)

Após toda uma explanação sobre seu retorno ao Palácio do Planalto, por vias do voto popular, “povo” aparecerá no seu pronunciamento de posse do segundo mandato apenas no oitavo parágrafo, ao falar sobre as mudanças por que o Brasil passou, mostrando que o país encontrava-se em uma situação diferente daquela que lhe foi deixada ao assumir seu primeiro mandato, em 2003; nesse sentido, Lula exalta seu compromisso para com o povo.

(L1) É igual e diferente o Brasil; é igual e diferente o mundo; e, eu, sou também igual e diferente. Sou igual naquilo que mais prezo: no profundo compromisso com o povo e com meu país. Sou diferente na consciência madura do que posso e do que não posso, no pleno conhecimento dos limites. Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer. Sou diferente na experiência acumulada na difícil arte de governar.

Aqui, “povo” e “país” aparecem como complemento exigido para a completude do sentido de “compromisso”, caracterizando uma espécie de aliança entre o presidente, o povo e o país. Esse compromisso rememora algumas das características apresentadas em seu primeiro mandato, quais sejam, a mensagem de mudança dada pela população brasileira; as provas de grandeza e generosidade dadas pelo povo; a erradicação da fome por que passam “o irmão e a irmã” brasileira. Logo, nessa primeira ocorrência de “povo”, seus sentidos estão ancorados interdiscursivamente àqueles estabelecidos durante seu primeiro pronunciamento de posse, por ocasião de seu primeiro mandato. Esses sentidos são corroborados em sua argumentação ao asseverar o “*aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores (...)*” (LULA, 2007), produzindo outro efeito de sentido para povo, qual seja,

POVO 1: a parcela trabalhadora da população que não possuía poder de compra, e agora possui renda e crédito que favorecem o consumo.

Nota-se que a parcela dos mais necessitados, que sofria devido à economia, doravante, passa a ter renda digna e poder de compra. Devido a todas essas mudanças ocorridas em seu primeiro mandato, o trabalhador agora possui um maior poder aquisitivo,

uma vez que houve a promoção do aumento das vagas no mercado de trabalho, juntamente com o aumento no valor do salário mínimo; assim, é o “trabalhador” o que caracteriza mais firmemente o povo brasileiro, ou seja, aqueles que eram considerados “mais pobres” e, devido às mudanças produzidas pelo governo, tornou-se soberana. Vejam-se as substituições semânticas produzidas ao longo do pronunciamento de Lula (2007):

(...) expansão do mercado interno, com aumento do consumo popular e do crédito; e ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores (...)

O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece, mas temos hoje um dos mais altos salários mínimos das últimas décadas, e os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais nestes últimos quatro anos.

(...) Governar para todos é meu caminho, mas defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada. Se alguns quiseram ver na minha primeira eleição apenas um parêntesis histórico, a reeleição mostrou que um governo que cumpre os seus compromissos obtém a confiança do povo.

Em outubro, nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana, como deve ser a força do povo.

Analisando os recortes acima, primeiramente, observamos as substituições entre “trabalhadores”, “trabalhador brasileiro”, “mais pobres”, “povo”, “população” e “povo”, novamente. É interessante observarmos que os sentidos deslizam de “trabalhadores” até “povo”, construindo o efeito de sustentação para o sentido de POVO 1, apresentado acima. Dessarte, embora esteja presente na constituição de um “feixe de sentidos” para povo, o que o caracteriza como pertencente a um determinado grupo da “população” – “mais pobres” - é substituído, logo em seguida, por palavras que produzem um efeito de sentido de homogeneização, de generalização, mostrando sua grandeza e sua unidade com palavras como “população”, e o reforço na característica da “força do povo”, já ressaltada no sentido POVO 2, em seu pronunciamento de 2003.

Ademais, ao voltarmos nosso olhar para os seguintes sintagmas: *“ampliação do emprego e da renda dos trabalhadores”*, *“O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que*

realmente merece”, “os trabalhadores obtiveram ganhos reais em 90% das negociações salariais”, “defender os interesses dos mais pobres é o que nos guia nesta caminhada”, “nossa população afirmou de modo inequívoco que não precisa nem admite tutela de nenhuma espécie para fazer a sua escolha. Ela foi livre e soberana como deve ser a força do povo”, podemos depreender os seguintes sentidos para povo: aquele que merece ganhar bem, mas ainda não ganha o suficiente, embora tenha tido aumento significativo em seu salário; os que ainda estão na linha da pobreza; os que não necessitam de auxílio para guiar suas decisões, pois é livre e soberano, tem força.

Podemos aventar a hipótese de uma maior participação popular nos vários setores econômicos, políticos e sociais brasileiros, motivados, em grande parte, por sua melhor qualidade de vida e sua maior renda, o que o possibilita ser livre e soberano em suas escolhas, não permanecendo tão dependente dos desejos governamentais. Todas essas mudanças promovidas em seu governo fizeram com que seu primeiro mandato recebesse a alcunha de “populista” por seus algozes; isso será tema de seu discurso, quando, por meio do jogo de palavras, marcadas pelos sufixos “-ar” e “-ista”, produz-se um jogo de significações que rememoram dizeres sobre o governo de Getúlio Vargas, conhecido pelo epíteto de “Pai dos pobres”, cujo governo era tido como “populista”; assim, Lula (2007) assevera que seu governo “nunca foi, nem é 'populista'. Este governo foi, é e será popular.”; enquanto o sufixo “-ista” adquiriu, ao longo do tempo, um sentido pejorativo, quase demagógico, o sufixo “-ar”, formador de adjetivo, mantém-se neutro, sem carga negativa que possa caracterizar negativamente seu uso. Dessa sorte, esse jogo de palavras serve para sustentar a posição do governo de auxiliador dos mais necessitados, corroborando com o sentido de POVO 1, de seu pronunciamento de 2003.

Por ser um mandato de continuidade, podemos verificar neste pronunciamento a presença de sentidos ainda latentes de seu primeiro pronunciamento, mas sendo usados como uma forma de sustentação das benesses promovidas para auxiliar os mais necessitados, o povo. É nesse sentido que sua argumentação vai ao caracterizar suas políticas como a solução dos problemas do povo. E é esse povo, que foi auxiliado durante os quatro anos anteriores, o responsável por seu segundo mandato; por isso Lula afirma ter sido “reconduzido à Presidência da República pela vontade majoritária do povo brasileiro.(...)”, povo este que por ser livre e soberano “fez uma escolha consciente”. Isso caracteriza o “povo” como:

POVO 2: aquele que merece ganhar bem, mas ainda não ganha o suficiente, embora tenha tido aumento significativo em seu salário;

POVO 3: os que ainda estão na linha da pobreza;

POVO 4: os que não necessitam de auxílio para guiar suas decisões, pois são livres e soberanos, têm força.

Dessa feita, como presente em POVO 4, o povo também é caracterizado como capaz de se expressar livremente, sem a necessidade de fatores que lhe digam o que devem e podem fazer ou dizer, em troca de alguns favores políticos e econômicos; assim, em seu pronunciamento, esse povo sem fatores, capaz de se expressar livremente é o que “*constitui a verdadeira opinião pública do país*”. Podemos observar que “opinião” é predicada pelo adjetivo “verdadeira”, criando um efeito de sentido de que há opiniões públicas que não o são, ou seja, que são manipuladas a favor dos interesses de alguns. As opiniões que são, então, “verdadeiras” são as do *povo*, que é *livre e soberano* para realizar suas decisões.

Ao finalizar seu pronunciamento de posse, Lula o faz com o seguinte pedido:

Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Lula termina seu pronunciamento com um pedido de união entre a população e o governo, deixando as divergências de lado, na busca de vencer os desafios que ainda existem. Há uma conclamação geral para que as necessidades do povo sejam sanadas com a ajuda de uma coletividade, não apenas com as feitorias do presidente.

Podemos perceber que, neste pronunciamento de posse do segundo mandato, os sentidos para “povo” são totalmente diferentes daqueles que encontramos no do primeiro mandato. Enquanto em Lula (2003), “povo” é caracterizado como “*os mais necessitados*,

que sofrem devido à economia e pela falta de segurança, saúde e outras necessidades básicas”, embora também se constituam *“aqueles que são alegres, que confiam e si mesmos porque conhecem sua força”*, neste segundo mandato, após quatro anos de seu governo, e das possíveis mudanças ocorridas no cenário político-econômico-social do país, o “povo” aparece agora como *“a parcela trabalhadora da população que não possuía poder de compra, e agora possui renda e crédito que favorecem o consumo.”* e *“econômico, social e politicamente livre para a escolha de seus governantes”*, uma metamorfose discursiva que indica a metamorfose social por que passou o país durante o período de 2003 a 2007.

No final de 2010, novas eleições presidenciais ocorreram; contudo, desta vez, Lula não pôde concorrer uma vez que já havia sido reeleito. Em seu lugar, o Partido dos Trabalhadores escolheu como candidata a, então, Ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff. Após quatro meses de corrida presidencial, o país elege a primeira mulher para o mais elevado cargo no país: a presidência da República. Após um ex-metalúrgico, sindicalista, trabalhador chegar ao posto mais alto que uma pessoa pode ocupar no serviço público, agora era a vez de uma mulher. Dilma Rousseff era filiada ao Partido dos Trabalhadores; sua vida política iniciou-se ainda cedo, quando, durante os anos de chumbo, lutou contra as espúrias do regime militar, sendo presa e torturada. Tendo como objetivo de dar continuidade à já estabilizada política governamental iniciada por Lula, em 2003, Dilma Rousseff sobe a rampa do Palácio do Planalto, no dia 1º de janeiro de 2011, para receber a faixa presidencial e realizar seu pronunciamento de posse. Passemos à análise do pronunciamento realizado por Dilma Rousseff, na busca pela constituição dos sentidos de “povo”.

2.2.9 Análise dos sentidos de “povo” no pronunciamento de Dilma Rousseff (2011)

Dilma Rousseff já inicia seu pronunciamento de posse ressaltando a importância decisiva da participação popular para sua chegada à presidência da República. Assim, ela atribui à *“decisão soberana do povo”* o fato de que *“será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher”*. Nesse enunciado, teríamos que “povo”

constitui-se por aqueles que votaram nela, e esses que depositaram sua confiança nela são os mesmos que fizeram chegar à presidência “*um homem do povo, um trabalhador*”; ou seja, os sentidos de “povo” no pronunciamento de posse de Dilma Rousseff faz trabalhar uma memória de sentidos relacionados àqueles existentes nos pronunciamentos de Lula (2003; 2007), nos quais “povo” era caracterizado como “*os mais necessitados, que sofrem devido à economia e pela falta de segurança, saúde e outras necessidades básicas*”, embora também se constituam “*aqueles que são alegres, que confiam e si mesmos porque conhecem sua força*” e como “*a parcela trabalhadora da população que não possuía poder de compra, e agora possui renda e crédito que favorecem o consumo.*” e “*econômico, social e politicamente livre para a escolha de seus governantes*”. Dessa feita, a princípio, os sentidos para “povo” são mantidos em ambos os discursos, o que nos levaria a aventar a hipótese de que isso se deve ao fato de eles pertencerem ao mesmo lugar ideológico de dizer, embora afirme-se que o discurso político tenha passado por uma metamorfose que produziu sua desideologização; nos dizeres de Courtine (2006, p. 84),

Parece que outra política do discurso está sendo desenvolvida: aquela de formas curtas, de fórmulas, de diálogos. Um discurso político mais fluido, mais imediato que requisitaria o instante mais do que se inscrever na memória, preferindo mais o ataque verbal do que a estratégia discursiva. Um discurso dialógico provocou os jogos de linguagem: o discurso político passa por uma profunda transformação na enunciação, tornando-se um discurso curto, descontínuo e ininterrupto, ao mesmo tempo que o sujeito falante re-emerge enquanto a máquina política é apagada. Esse é um dos vários efeitos sobre os enunciados políticos, geralmente descritos como condição pós-moderna, caracterizada pelo aparecimento do individualismo e a desafeição pelos sistemas ideológicos.

Poderíamos pensar, isso sim, em um discurso político caracterizado pelo individualismo, pelo imediatismo, em que “*a máquina política é apagada*”, restando o ideologia do individualismo do candidato, do sujeito-político, presente em seu discurso; é como se não fosse a ideologia do partido que falasse, mas a do sujeito enunciador, que se coloca como centro de seu discurso, como se não representasse ninguém, a não ser a si próprio.

Um outro fator que corrobora nossa hipótese de que os sentidos de “povo” presentes no pronunciamento de Dilma Rousseff são basicamente os mesmos presentes nos de Lula é o fato de ela tematizar a importância do governo de Lula para que o Brasil pudesse atingir o auge do processo de redemocratização; assim, foi sob a liderança de Lula que

(...) o povo brasileiro fez a travessia para uma outra margem da nossa história. Minha missão agora é de consolidar esta passagem e avançar no caminho de uma nação geradora das mais amplas oportunidades. (ROUSSEFF, 2011, p.1)

Fica clara a referência ao processo que fez com que o “povo” passasse de necessitado para ocupar uma posição de livre e confiante na sociedade brasileira; contudo, é necessário notarmos que “(...) *Sob a sua liderança, o povo brasileiro fez a travessia (...)*”, em que o modo verbal da sentença coloca o “povo” como agente da travessia, mas o adjunto deslocado para o início da sentença produz o sentido de que tal travessia só fora possível por que ele – o povo – teve a liderança de alguém capaz de promover, de fato, a travessia, isto é, o ex-presidente Lula. Nada disso teria sido possível sem a liderança daquele que é tido como o que produziu as transformações necessárias para que o trabalhador pudesse alcançar uma posição de destaque na economia nacional.

O sentido de “trabalhador” é reforçado por Dilma ao afirmar como característica importante “*a capacidade empreendedora de nosso povo, da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar*”. Contudo, ao termos a adjunção do determinante “nosso”, há um efeito de generalização de seu sentido, produzindo um deslize para o sentido de “nação”, marcada pela aposição dos especificadores “*da grande empresa até os pequenos negócios locais, do agronegócio à agricultura familiar*”, de modo que a determinação do sentido de povo dá-se escalarmente, ou seja, de um ponto maior em uma escala comparativa de produtividade a um ponto menor, de modo que “grande empresa” e “agronegócio” ocupem a posição superior na escala comparativa, enquanto “pequenos negócios” e “agricultura familiar”, a posição inferior, e a argumentação siga em direção a esta, produzindo uma generalização do sentido de “povo”, categoria sob a qual estão os grandes e pequenos empresários; aqueles que promovem o agronegócio e os que são responsáveis pela agricultura familiar.

Essa diversidade de possibilidades para a produtividade brasileira é algo a ser aproveitado e potencializado, pois são produtividade e criatividade pontos marcantes do povo brasileiro; esses sentidos dialogam com aqueles construídos para o povo nos pronunciamentos de Lula, em 2003 e 2007, atribuindo a essa parcela da população um sentido eufórico, de modo a promover as façanhas realizadas por seu antecessor. Aliás, é isso o que ocorre em vários pontos do pronunciamento de posse de Dilma: há pontos marcantes em que a exaltação ao governo anterior ficam evidentes; talvez, isso seja vestígio de que há a necessidade, por parte da presidente, de se firmar como sucessora daquele que trouxe mudanças importantes para o país. Contudo, no âmbito social, uma característica ainda representa o que temos por “povo”; veja-se o excerto a seguir:

Uma expressiva mobilidade social ocorreu nos dois mandatos do Presidente Lula. Mas ainda existe pobreza a envergonhar nosso país e a impedir nossa afirmação como povo desenvolvido. (...) vou acompanhar pessoalmente o desenvolvimento desse setor tão essencial para o povo brasileiro.

Além dos sentidos de povo provindos pelo interdiscurso do discurso de Lula, um outro sentido, mais generalizante, de “povo” aparece, qual seja, o de “nação”; no excerto acima, pelo processo metonímico, o desenvolvimento é atribuído ao povo, mas significando a nação, o território geopoliticamente representativo mundialmente. Contudo, podemos aventar a hipótese de que essa representatividade da nação deve-se, em última instância, às mudanças promovidas pelo governo Lula, em seus dois mandatos, embora ainda haja muito o que ser feito, uma vez que há uma parcela da população – o povo brasileiro – que não tem acesso a um atendimento efetivo no SUS (Sistema Único de Saúde). Esse pode ser encarado como um dos fatores, além da pobreza, responsáveis por impedir a afirmação do país como sendo desenvolvido; isso é corroborado pela metamorfose dos sentidos de povo apresentada na análise do pronunciamento de Lula, em 2007.

Ao se referir às obras previstas para a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e para os Jogos Olímpicos, em 2016, há um deslizamento de “povo” para “população”; contudo, esta é caracterizada por ser a responsável pelo *“crescente uso desse meio de*

transporte por parcelas cada vez mais amplas da população brasileira”, ao se referir às melhorias necessárias aos aeroportos. Vejamos: esse crescente uso do transporte aéreo como meio de transporte significa a possibilidade de maior acesso pela população que antes não o tinha; essa população caracterizava-se pelas baixas rendas, pela falta de emprego; contudo, após a mudança promovida pelo governo Lula, produzindo uma “expressiva mobilidade social”, de modo que houvesse uma reconfiguração nas pirâmides sociais brasileiras, essa parcela da população que estava à margem, agora possui renda e crédito que os capacita, até mesmo, para usufruírem do transporte aéreo. Nesse sentido, o pronunciamento de Dilma Rousseff vem corroborar as mudanças produzidas durante o governo do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa análise do pronunciamento de Dilma Rousseff nos leva a verificar um efetivo posicionamento ideológico que segue o de seu antecessor, Lula, embora dele se distancie em relação ao seu pertencimento com o que se tem por “povo”. Este capítulo procurou mostrar os efeitos de sentido presentes nos pronunciamentos de posse dos presidentes da República, verificando o que se entende por “povo” durante o início do período de Reabertura Política e depois, com sua estabilização e autonomia da população para escolher seus governantes. Pudemos verificar que há uma forte presença de questões de cunho sociais e econômicos para a caracterização do “povo brasileiro”, bem como questões geográfica e políticas, relacionadas à afirmação do território como nação.

Dessa feita, os sentidos de *povo* presentes no pronunciamento de posse de Dilma Rousseff são:

POVO 1: os que fizeram a travessia para uma mudança social e econômica auxiliado e liderado pelo ex-presidente, Lula;

POVO 2: constituídos por grandes e pequenos, que têm capacidade empreendedora;

POVO 3: os que agora estão do outro lado da margem, uma margem com mais oportunidades.

Ao finalizarmos este capítulo, podemos compreender melhor quais os sentidos de “povo” presentes nos pronunciamentos de posse dos presidentes da República, desde a Reabertura Política, em 1985, até os dias atuais, com a eleição da primeira mulher ao cargo

de Presidente da Nação. Façamos, então, uma breve retomada, em forma de síntese, das análises, mostrando quais os sentidos de “povo” em cada pronunciamento analisado, procurando verificar as semelhanças e diferenças entre eles.

No pronunciamento de Tancredo Neves, encontramos dois sentidos para *povo*, a saber:

POVO 1 (TN): os cidadãos que têm anseios, fazem reivindicações, pedem mudanças, exigem e apoiam um governo que promova tais desejos, embora esses cidadãos não tenham participação ativa;

POVO 2 (TN): os cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados.

Tais sentidos mostram a presença das condições de produção desse discurso como determinada por uma mudança nas estruturas sociais do Brasil durante o processo de mudança de regime político, a saber, a passagem do regime militar para o processo de reabertura política, rumo à democracia; ademais, vale notarmos que, em ambos os sentidos, temos o tema da *necessidade do cidadão*, ou seja, são os cidadãos mais necessitados que precisam ser auxiliados para alcançar as mudanças que tanto desejam. Essa temática reaparece no pronunciamento de José Sarney, em que os sentidos delimitados para *povo* são:

POVO 1 (JS): aqueles que são corretos, que servem ao país e buscam sempre acertar; são simples, falíveis, mas grandes; devem esperar para serem servidos pelo presidente, que, embora pertença a ele, o transcende;

POVO 2 (JS): a alavanca para o progresso nacional; responsável, na medida em que será o alvo das transformações sociais;

POVO 3 (JS): as pessoas indistintamente que habitam um território que goza de autonomia política e econômica.

Novamente, na esteira de Tancredo Neves, no pronunciamento de José Sarney, *povo* aparece como os que devem ser auxiliados pelo presidente da República; contudo, diferentemente daquele, em Sarney o *povo* é referido metonimicamente, também, como o

todo de um território, da nação, o que produz um efeito de sentido de homogeneidade social, especialmente quanto a temática abordada é a economia. A temática da não participação política, já mencionada em Sarney e Tancredo, reaparecerá em Fernando Collor; em seu pronunciamento, os sentidos de *povo* são os seguintes:

POVO 1 (CL): parcela da população alijada de seus direitos políticos, como o voto, e que agora os delegou a Collor, na condição de presidente da República;

POVO 2 (CL): o responsável pela chegada de Collor à presidência;

POVO 3 (CL): os que queriam uma renovação do país no âmbito político, social e econômico;

POVO 4 (CL): aquele que não terá participação política ativa.

Collor retoma a temática da participação política, colocando-se como o “restaurador” dos direitos políticos aos cidadãos; assemelha-se, portanto, ao sentido apresentado em Tancredo Neves, POVO 1, embora neste não haja menção ao fato de o presidente promover a restauração dos direitos políticos ao povo. Não obstante, a temática da renovação política e econômica faz-se presente em ambos os pronunciamentos ao se referir ao *povo*, uma indicativa de que o sentido de povo, nesses discursos, está atrelado a questões econômicas, às questões sociais, como a fome, a miséria, a saúde, temática também abordada por Itamar Franco, em cujo pronunciamento, encontramos os seguintes sentidos para *povo*:

POVO 1(IF): aqueles brasileiros que retomam o Estado em suas mãos;

POVO 2(IF): as pessoas que se afrontam com a fome, o desespero, a doença e a ofensa;

POVO 3(IF): os que não governam, mas tem o presidente que governa em seu nome.

Diferentemente das condições de produção do pronunciamento de Tancredo Neves, quando o Brasil acabara de sair de um regime ditatorial, o de Itamar Franco apresenta como condições de produção algo nunca visto antes no cenário político brasileiro: a deposição de um presidente da República, por impeachment, acusado de corrupção no governo. Dessa feita, o sentido de POVO 1 é sustentado em seu discurso pela presença interdiscursiva dos outros discursos que circulavam na sociedade àquela época. Inevitavelmente, a temática da *fome*, da *doença*, em suma, das misérias por que passa o povo brasileiro frequenta o discurso de um presidente, como uma forma de manifestar sua preocupação para com os problemas apresentados pela grande maioria da sociedade. Um outro sentido recorrente é o de que o *povo* não governa; tal sentido já estava presente no pronunciamento de Tancredo, Sarney e Collor; assim, a recorrência desse sentido ao se tratar da temática da governança nos mostra que o *povo* estava alijado do poder e, mesmo tendo como representantes os presidentes, ele continuará sem poder usufruir do direito de governar.

Fernando Henrique Cardoso, no pronunciamento de posse de seu primeiro mandato, em 1994, é o que apresenta uma maior dispersão dos sentidos para *povo*; naquele discurso, os sentidos presentes são:

POVO 1 (FHC1): parcela da população que soube enfrentar as necessidades e vencê-las;

POVO2 (FHC1): trabalhadores que souberam reivindicar os seus direitos;

POVO3 (FHC1): os excluídos, humilhados por não terem acesso devido a vários dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia;

POVO4 (FHC1): aqueles que têm consciência de suas necessidades e, por isso, escolheram pelas reformas estruturais necessárias;

POVO5 (FHC1): parcela da população alijada de seus direitos sociais;

POVO6 (FHC1): nação, país;

POVO7 (FHC1): aqueles que o apoiaram durante a campanha e que, de acordo com suas propostas de governo apresentadas, viram-se representados por ele;

POVO8 (FHC1): os que votaram em FHC e o elegeram por ele possuir características que demonstram suas benesses.

Tendo sido ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco, e apresentado uma mudança relativa na situação econômica do país, inclusive com a criação de uma nova moeda, o Real, Fernando Henrique Cardoso insiste na temática econômica e social ao se referir ao povo brasileiro. Por isso, temos presente nos sentidos de povo uma referência à sua capacidade de enfrentar e vencer os problemas, sendo conscientes de suas necessidades, reivindicando por elas. Tais sentidos também estavam presentes nos pronunciamentos de Sarney e Tancredo; chama-nos a atenção o fato de FHC retomar o sentido de alijamento dos direitos sociais pelo povo, uma vez que este sentido estava presente em Collor, o que nos mostra uma relação interdiscursiva entre os dois pronunciamentos, bem como entre os sentidos de *povo* presentes em ambos os discursos. O sentido de *povo* como “nação” e “país” também é presente no discurso de FHC, sendo retomado em seu pronunciamento de posse do segundo mandato, em 1999, em que os sentidos para “povo” presentes são:

POVO1 (FHC 2): cidadãos que habitam o território brasileiro; responsável em segundo plano por seu credenciamento no poder;

POVO2 (FHC 2): cidadãos pertencentes à classe média, que poderão voltar a fazer suas economias na poupança e seus investimentos em planos de renda;

POVO3 (FHC 2): os que acreditaram nas promessas de campanha do governo e por isso o apoiaram.

Em relação ao primeiro pronunciamento de posse de FHC, podemos observar que há um menos deslize de sentidos para *povo* quando do pronunciamento de seu segundo mandato; neste, os sentidos de *povo* estão relacionados à homogeneidade dos cidadãos que coabitam um mesmo território, e são os responsáveis por sua reeleição. Esse sentido aparece no seu primeiro pronunciamento de posse, bem como no pronunciamento de posse de Fernando Collor, mostrando que, de algum modo, eles colocam o povo como o responsável, em última instância, por eles estarem ocupando a posição de líder nacional. Além disso, FHC refere-se a uma determinada classe social, a classe média, para quem ele

trará de volta os benefícios perdidos em anos de governos que não cuidaram bem da economia, prejudicando os seus investimentos e as suas poupanças. Enquanto em seu primeiro pronunciamento há uma referência à parcela da população excluída socialmente, neste segundo não fica latente tal sentido, havendo um deslize do sentido de povo enquanto *excluídos e humilhados* para o sentido de *classe média*.

Essa discursividade mudará a partir de 2003, com a eleição de Lula para a presidência da República. Embora alguns sentidos para *povo* permaneçam os mesmos, uma caracterização deste com um caráter mais positivo marca o discurso de Lula. Assim, os sentidos de *povo* presentes no pronunciamento de posse de Lula, em 2003, são:

POVO 1 (L1): a sociedade brasileira, que sofria com a precariedade da segurança pública, com o impasse econômico, social e moral;

POVO 2(L1): os mais necessitados economicamente, que sofriam sempre com os descompassos da economia;

POVO 3 (L1): aqueles que são alegres, que confiam em si mesmos porque conhecem sua força;

POVO 4 (L1): os que sofreram crueldades, discriminações e desigualdades;

POVO 5 (L1): os que realizaram a resistência; construíram uma nação heterogênea.

No pronunciamento de posse de Lula, em 2003, encontramos cinco sentidos diversos para *povo*; neles, a temática da economia, das necessidades sociais e da desigualdade está presente. Enquanto no pronunciamento de FHC, em seu segundo mandato, *povo* significa a classe média, em Lula, há um deslize para *os mais necessitados economicamente*, ou seja, não são aqueles que tiveram de volta seu direito de investir na poupança e fazer suas economias, mas os que sofrem com a discriminação e a desigualdade social que ainda assola o país. Não obstante, há a presença de um sentido mais positivo para o povo, quando da sua caracterização; assim, o *povo* é caracterizado

euforicamente, como alegre e confiante. Em Lula (2003), vemos uma referência a um povo que é resistente, que luta a fim de construir uma nação heterogênea, o que mostra um deslocamento nos sentidos homogeneizados para povo presentes nos pronunciamentos anteriores. Ou seja, enquanto os demais presidentes buscavam caracterizar o povo brasileiro de forma homogênea, mostrando o que é comum a todas as pessoas de uma forma geral, Lula busca promover essa descentralização, mostrando a desigualdade presente na sociedade, e a heterogeneidade que caracteriza fortemente a constituição da nação brasileira.

Após quatro anos de governo Lula, os sentidos de *povo* em seu pronunciamento de posse, quando de sua reeleição, sofrem mudanças. A temática abordada tangerá basicamente a economia e as condições sociais a que foram alçadas a parcela da população brasileira designada por *povo*; assim, os sentidos de *povo* no pronunciamento de posse de Lula, em 2007, são:

POVO 1 (L2): a parcela trabalhadora da população que não possuía poder de compra, e agora possui renda e crédito que favorecem o consumo;

POVO 2 (L2): aquele que merece ganhar bem, mas ainda não ganha o suficiente, embora tenha tido aumento significativo em seu salário;

POVO 3 (L2): os que ainda estão na linha da pobreza;

POVO 4 (L2): os que não necessitam de auxílios para guiar suas decisões, pois são livres e soberanos, têm força.

Note-se que os trabalhadores são retomados nos sentidos de *povo* presentes no pronunciamento de Lula; enquanto em seu primeiro pronunciamento esse sentido não aparecia, neste segundo ele se faz presente, indicando uma mudança na estrutura social brasileira, deixando de ser “*os mais necessitados economicamente*” e passando a “*parcela trabalhadora da população que possui renda e crédito que favorecem o consumo*”; é um indicativo de que em seu primeiro mandato a sociedade passou por uma transformação econômica e social, promovendo uma redistribuição de renda e uma consequente distribuição dos lugares sociais dessas pessoas. Esse sentido se sustenta em POVO 2 e

POVO 4, embora haja um dissenso presente em POVO 3, mostrando que a sociedade brasileira ainda precisa continuar no caminho das mudanças. Entretanto, deixamos de ter cidadãos necessitados para termos cidadãos livres e fortes, uma vez que o presidente Lula proporcionou-lhes uma mudança de lugar social. Esse sentido está presente no pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, quando ela afirma que o povo fez a travessia auxiliado pelo ex-presidente Lula; observamos, na passagem do pronunciamento de Lula (2007) para Dilma (2011), uma continuidade na discursividade acerca do povo brasileiro; no discurso de Dilma, os sentidos para *povo* são:

POVO 1 (D): os que fizeram a travessia para uma mudança social e econômica auxiliado e liderado pelo ex-presidente Lula;

POVO 2 (D): os que têm capacidade empreendedora, constituídos por grandes e pequenos;

POVO 3 (D): os que agora estão do outro lado da margem, uma margem com mais oportunidades.

Os sentidos de povo presentes no pronunciamento de Dilma Rousseff tomam como temática a questão econômica, como transformadora da situação social do povo; nesse pronunciamento, o povo está como os que gozam de uma mudança social proveitosa, promovida pelo governo anterior, mantendo os sentidos produzidos para povo no pronunciamento de Lula (2007), especialmente em POVO 2; ademais, Dilma ressalta o *saber-fazer* das pessoas, que são empreendedoras, independentemente de pertencerem às classes sociais mais elevadas ou mais baixas. Fica reforçado neste pronunciamento de Dilma as transformações por que passou o povo brasileiro, e sua mudança de *status* social, sendo mais valorizado, de uma forma geral, não apenas determinada parcela da população, como em pronunciamentos de presidentes anteriores.

Dessa feita, buscaremos, no capítulo seguinte, compreender de que modo se dá a construção da identidade presidencial nesses pronunciamentos de posse, verificando, então, quais os sentidos produzidos para esses sujeitos, que passam a ocupar o cargo político mais elevado em uma nação, a Presidência da República, tendo como base os sentidos de povo presente em cada um desses pronunciamentos de posse, apresentados aqui.

Capítulo 3: A construção da identidade presidencial em sua relação com os sentidos de *povo*

Introdução

Como proposto no capítulo anterior, procederemos à análise da construção da imagem dos presidentes veiculada em seus pronunciamentos de posse e sua relação com os sentidos de “povo” que neles circulam. A fim de contextualizar nossa explanação, retomaremos de modo breve a noção de presidencialismo, uma vez que nosso *corpus* é composto por discursos presidenciais de posse que têm como condição de produção o sistema de governo presidencialista. Evidentemente, não temos a pretensão de esgotar o assunto nestas poucas linhas que se seguirão, uma vez que vários cientistas políticos já o fizeram, de forma mais aprofundada e técnica; não obstante, traçaremos um breve percurso de caracterização desse sistema, procurando compreender mais especificamente a relação entre o sujeito que ocupa um lugar de dizer de presidente e o seu auditório político.

Assim, este capítulo seguirá a seguinte linha: primeiramente, nos deteremos na compreensão do modo como o sujeito presidente é construído discursivamente, baseando-nos na noção de formação imaginária, como apregoada por Michel Pêcheux. Tendo compreendido como esse sujeito é constituído no e pelo discurso, passaremos à observação dos modos como esse sujeito se representa em seu discurso, ou seja, voltaremos nosso

olhar para os modos como esse sujeito se designa, define a si mesmo, em relação aos sentidos de *povo* apresentados. Dessarte, os procedimentos operatórios a serem seguidos serão os seguintes: observaremos a temática abordada pelo presidente ao falar do povo; em seguida, observaremos como se dá sua auto-designação, ou seja, os modos como cada presidente refere a si mesmo; depois, analisaremos os modos de enunciação, no interior dos quais verificaremos a presença do “nós”, tendo em vista a distinção estabelecida por Benveniste (1966) entre o “nós inclusivo” e o “nós exclusivo”, mas por um viés discursivo, que compreende que o sujeito ocupa um lugar de dizer constituído historicamente.

3.1 O sujeito presidente: uma construção imaginária institucional

Neste trabalho, será importante distinguirmos a noção de indivíduo e de sujeito, uma vez que este, para a Análise de Discurso, é uma posição no interior de uma formação social, decorrente do assujeitamento pela ideologia. Assim, baseamos nosso trabalho nos dizeres de Pêcheux (2010 [1975]), estabelecendo uma relação constitutiva entre sujeitos e sentidos, de modo que é pelo discurso, entendido como efeito de sentido entre locutores, que os sujeitos se constituem, mediante a constituição dos sentidos das relações estabelecidas por esses sujeitos no interior de uma formação social.

Sendo assim, a constituição do sujeito dá-se no interior – e é resultado – de práticas sociais, em que os sujeitos são, na verdade, representações de lugares sociais de dizer, mais do que os indivíduos bio-psico-fisiológicos; ou seja, ao tratarmos da questão do sujeito no discurso, deslocamos o entendimento trazido por Jakobson (1974) à linguística, de que há um emissor que envia uma mensagem ao destinatário, responsável por decodificá-la. De acordo com essa teoria, a mensagem é a mera transmissão de informação entre interlocutores; entretanto, segundo Pêcheux (2010 [1975], p. 81), “*não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B mas, de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B*”, cuja causa é o lugar de dizer que ocupa cada um dos interlocutores envolvidos no discurso.

O que nos interessa nesse processo discursivo é, então, considerar os lugares determinados na estrutura da formação social, que possuem traços característicos, como

nos mostra Pêcheux (*op. cit.*) ao falar que no interior da esfera de produção econômica, temos os lugares do “patrão”, do funcionário de repartição, do operário etc., todos esses marcados por aqueles feixes de características diferenciáveis determinadas. Para o que importa em nosso trabalho, temos de considerar esse lugar ocupado pelo presidente da República como sendo o lugar institucional, do qual ele fala.

Ao tentarmos configurar a construção da identidade presidencial, por meio da análise dos pronunciamentos de posse dos mesmos, faz-se necessário compreender que, nos processos discursivos, o que funciona, segundo Pêcheux (*idem*, p. 81), “*é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro*”; ou seja, em última instância, temos um jogo imaginário, marcado pelas posições enunciativas que cada um ocupa no processo discursivo.

A fim de delimitarmos melhor a constituição dessa série de formações imaginárias, consideremos, tal como faz Orlandi (2009), uma divisão importante num dispositivo teórico trazido para a Análise de Discurso por Jean-Jacques Courtine (1981[2009]), qual seja, o conceito de *condições de produção*, relacionando-o às sequências discursivas de referência. Segundo o autor (*op. cit.*, pp. 107-8),

Convém, para começar, determinar a escolha de uma sequência discursiva como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos *corpus* receberá sua organização; nomearemos tal sequência discursiva: *sequência discursiva de referência* (sdr).

A sdr será relacionada a um *sujeito de enunciação* como a uma *situação de enunciação* determináveis em relação a certo número de coordenadas espaço-temporais e mais geralmente circunstanciais (tempo de enunciação, lugar da enunciação, circunstância da enunciação, que incluem a presença de alocutários determinados...).

Sujeito de enunciação e situação de enunciação podem ser referidos a um lugar determinado, tomado em uma relação de lugares no interior de um aparelho: isso equivale a atribuir ao ato de enunciação de uma sdr a *regularidade de uma prática*, assim como a caracterizar os *rituais* que a regulam.

Essas relações de lugar remetem a relações de classe, isto é, a um dado estado das contradições ideológicas de classe em uma conjuntura histórica. Escolher uma sequência discursiva de referência equivale assim a determinar a pertinência histórica de tal conjuntura, a situar a produção dessa sequência na *circulação* de formulações trazidas por sequências discursivas que se opõem, se respondem, se citam..., a descrever, enfim, o âmbito institucional e as circunstâncias enunciativas dessa produção.

Podemos observar que em Courtine (*op. cit.*) nos chama a atenção para a noção de *sequência discursiva de referência (sdr)*, que está relacionada diretamente com a questão do sujeito da enunciação e das circunstâncias de enunciação. Além disso, é importante notarmos a relevância que Courtine dá ao ato de enunciação entendido como uma “regularidade de uma prática”, no interior de um ritual; ou seja, se tomarmos o ritual de posse como uma prática discursiva regular para um sujeito que ocupe um lugar discursivo de presidente da República, observamos que seu discurso deve responder a uma prática ritualizada, em que se considere a *pertinência histórica* da conjuntura em que o pronunciamento ocorre, bem como as *circunstâncias enunciativas* em que ele se dá.

No que se refere a estas últimas, Orlandi (2009, p. 30) propõe que as consideremos como uma das instâncias determinantes das condições de produção; assim, assevera a autora que “*Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico.*”. Essa bipartição que propõe Orlandi (*op. cit.*) pode ser aproximada, em alguma medida, àquilo que Courtine (*op. cit.*) assevera sobre a consideração da pertinência histórica, em que teríamos, para Orlandi (*op. cit.*), o contexto amplo, e as circunstâncias enunciativas, tratadas pela autora como o contexto imediato de enunciação, no âmbito da formulação do dizer.

Dessa forma, considerando essas questões apontadas acima, é necessário que compreendamos não estarmos analisando os discursos desses sujeitos enquanto indivíduos no mundo, mas como posições representativas do poder a eles atribuídos pelos eleitores para que fossem seus representantes legais, em condições de produção desse discurso específicas, ou seja, o ritual de posse presidencial. É importante considerarmos isso, uma vez que o discurso político é o campo em que os diversos sujeitos políticos representam-se como sujeitos de direito estabelecidos por relações de poder, de legitimidade, de credibilidade e de cooptação, posto que foram instaurados no poder pelo voto popular que, em uma sociedade democrática, representa a opinião de uma maioria da população.

Como dito no primeiro capítulo, acerca da caracterização do discurso de posse, é importante ressaltar que o pronunciamento presidencial de posse é caracterizado como um

rito de passagem, uma vez que esses pronunciamentos fazem parte de todo um ritual de transição segundo o qual o presidente eleito é investido do poder presidencial (Cf. CAMPBELL & JAMIESON, 2008). No caso do discurso político, uma das principais reações pretendidas é a adesão do auditório ao programa estabelecido pelo enunciador, juntamente com a produção de sua imagem como aquele que é capaz de governar, que será o responsável por promover as mudanças que a sociedade deseja, entre outras características; por isso é que temos um efeito de sentido, criado nesses pronunciamentos, de comprometimento para com a sociedade de um modo geral, procurando minimizar os efeitos de preterimento a determinadas classes sociais ou nichos políticos, criando-se um efeito de homogeneidade em relação à composição social. Desse modo, há um compromisso firmado com *a sociedade como um todo*, não apenas com determinadas parcelas que a constituem.

Nos diversos pronunciamentos, desde Tancredo até Dilma, podemos observar que o enunciador constrói sua imagem junto à do Estado, uma vez que, em determinados momentos, ele se coloca como sendo o Estado, sem que haja uma separação entre o presidente da República e a República, ou seja, entre o sujeito e a instituição. Podemos observar isso nos nove pronunciamentos por nós analisados, quais sejam, Tancredo Neves (1985), José Sarney (1985), Fernando Collor de Melo (1992), Itamar Franco (1992), Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), Luís Inácio Lula da Silva (2003, 2007) e Dilma Rousseff (2011). Além disso, em alguns casos, a imagem que o enunciador faz de si é baseada em aspectos de sua vida pessoal, antes mesmo de ter entrado para o campo político, como uma espécie de “confissão” (cf. COURTINE, 2006), em que se expõem detalhes da vida privada dos eleitos à presidência, inscrevendo os pronunciamentos de posse, em certa medida, num “*processo geral de personalização da esfera pública*” (COURTINE, *op. cit.*).

Sendo assim, ao longo dos anos, podemos observar um certo predomínio da presença de elementos referentes à esfera privada, como, por exemplo, referências à origem social dos eleitos, como uma forma de caracterização da imagem de si, juntamente ao sentido de povo presente em cada um desses pronunciamentos. Contudo, a imagem do presidente da República, por ser o representante de uma nação e sua maior autoridade, deve ser marcada por algumas características tais como: seriedade, aquele que auxiliará os

mais necessitados, o que promoverá uma melhor igualdade social etc. Nos dizeres de Campbell & Jamieson (2008, p. 30),

O caráter especial de endereçamento do discurso presidencial de posse é definido por esses recursos epidíctico gerais e pela natureza da cerimônia de posse. A posse é um rito de passagem, um ritual de transição em que um presidente recém-eleito é investido como presidente. Como celebração de uma mudança democrática e de continuidade, a posse é um momento singular em que o presidente tem uma plataforma a partir da qual demonstrará uma capacidade de liderança, com uma valorização de valores do país, uma sensibilidade para os principais problemas da nação, e uma capacidade para mobilizar e unificar a cidadania em prol de uma nova administração¹⁴.(tradução nossa)

Essas características apontadas aparecem, quase sempre, nos pronunciamentos, como um efeito de sentido de promessas, de modo que criam um compromisso do enunciador para com seu auditório, formado, na maioria das vezes, por aqueles que têm esperança na mudança de sua situação social pelo Estado, representado pelo presidente da República. Partimos, a seguir, a uma breve discussão sobre os modos de enunciação, tratados em Benveniste (1995 [1966]), com relação ao uso do “nós”, relacionando-o ao que diz Charaudeau (2008), quando trata dos diferentes tipos de enunciação, a saber, delocutiva, elocutiva e alocutiva. Feitas essas discussões, partiremos para as análises dos pronunciamentos, buscando os efeitos de sentido produzidos pelo uso de “nós” nos discursos presidenciais, considerando sua relação com os modos de enunciação.

3.2 O sentido de “nós” nos discursos

Neste tópico, explanaremos brevemente de que modo a forma linguística “nós” produz alguns efeitos de sentido. Para tentar guiar nosso percurso, tomamos como questão a ser respondida a seguinte: qual o efeito de sentido produzido por “nós” nos discursos

¹⁴The special character of presidential inaugural addresses is defined by these general epideictic features and by the nature of the inauguration ceremony. Inauguration is a rite of passage, a ritual of transition in which a newly elected president is invested with the office of the presidency. As a celebration of democratic change and continuity, the inauguration is a singular moment at which the president has a platform from which to demonstrate a capacity for leadership, an appreciation of the nation's values, a sensitivity to key issues facing the nation, and an ability to mobilize and unify the citizenry in support of a new administration. Campbell & Jamieson (2008, p. 30)

presidenciais de posse e sua articulação com os sentidos de povo, apresentados no capítulo precedente. Benveniste (1966) afirmava que não podíamos atribuir a “nós” um mero sentido de plural de “eu”; segundo o autor, ele deveria ser tratado como a possibilidade de o enunciador trazer para seu dizer outros enunciadores. A fim de corroborar nossa linha de raciocínio, indicamos novamente a distinção feita por Benveniste (*op. cit.*):

O “não-eu” implícito e necessário em “nós” é notoriamente susceptível de receber, em línguas muito diversas, dois conteúdos precisos e distintos. “Nós” se diz de u’a maneira para “eu+vós” e de outra para “eu+eles”. São as formas inclusiva e exclusiva que diferenciam o plural pronominal e verbal da primeira pessoa numa grande parte das línguas ameríndias, australianas, no papua, malaio-polinésico, dravídico, tibetano, mandchu e tunguze, nama, etc.

Dessa feita, entram em jogo os procedimentos enunciativos, basilares à relação estabelecida ente o enunciador e sua plateia, que é significada pelo sentido produzido pelo “nós”, quer ele signifique “eu+vós”, sendo considerado *inclusivo*; quer signifique “eu+eles”, considerado *exclusivo*. Não obstante, Charaudeau (2008, p. 174) lembra-nos de que são os procedimentos enunciativos que permitem ao enunciador significar-se em seu discurso, colocar-se em cena, implicar seu interlocutor no mesmo ato languageiro e apresentar o que é dito como não sendo sustentado por um sujeito específico, mas por uma voz desconhecida. Assim, ele denomina esses modos de dizer, respectivamente, de *enunciação elocutiva*; *enunciação alocutiva* e *enunciação delocutiva*. Fazendo um breve comentário a respeito da divisão realizada por Charaudeau (*op. cit.*) sobre os tipos de enunciação, temos que o autor entende por *enunciação elocutiva* aquela expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de primeira pessoa, acompanhados de verbos modais, de advérbios e de qualificativos, revelando a implicação do orador e revelando seu ponto de vista pessoal. Em nosso *corpus*, pudemos notar que a presença desse tipo de enunciação dá-se sempre que o enunciador produz um efeito de sentido de promessa, isto é, quando em seu pronunciamento, o sujeito passa a elencar suas promessas sociais. Entretanto, é importante notarmos que, embora apareça frequentemente o uso da primeira pessoa do singular, maior frequência é encontrada do uso da primeira pessoa do plural, o “nós”. Mais

adiante, voltaremos a discutir mais pormenorizadamente o comportamento elocutivo do “nós”.

Por *enunciação alocutiva*, o autor diz ser aquela expressa com a ajuda dos pronomes pessoais de segunda pessoa, igualmente acompanhados de verbos modais, de qualificativos e de diversas denominações que revelam, ao mesmo tempo, a implicação do interlocutor, o lugar que lhe designa o locutor e a relação que se estabelece entre eles.

Por fim, temos a *enunciação delocutiva*, que também aparece muito nos pronunciamentos por nós analisados. Segundo Charaudeau (2008, p.178), é por meio da enunciação delocutiva que se apresenta o que é dito deslocando-se a responsabilidade do dizer tanto do locutor quanto do interlocutor, dependendo, assim, do ponto de vista de uma terceira voz, a “voz da verdade”. Cria-se, assim, um efeito de evidência dos sentidos, apagando-se os traços dos interlocutores, dando ao discurso um efeito de sentido de objetividade. Segundo o autor (CHARAUDEAU, 2008, p. 179),

A enunciação delocutiva faz o auditório entrar em um mundo de evidência e, empregada no discurso político, paramenta o orador como se fosse um soberano, por ele é colocado acima da massa e se faz portador de uma verdade estabelecida.

Dessarte, é por meio da enunciação delocutiva que poderemos verificar a imagem que cada presidente constrói de si, em relação àquela que ele tem do povo, de modo que possamos compreender se ele se coloca como estando acima da massa, como sendo o “*portador de uma verdade estabelecida*”, ou se coloca como fazendo parte dela, compartilhando de suas ideias e perspectivas, ficando para esta parte a caracterização desse sujeito político em seu próprio discurso. Como nos diz Courtine (2006, p. 137),

(...) compreendemos melhor porque hoje ainda as carreiras políticas se constroem e se destroem ao sabor dos acidentes biográficos, mesmo dos mais distantes; porque eles tornam retroativamente suspeita toda a existência. Desse modo, o candidato Bill Clinton teve de reconhecer que consumiu maconha há vários anos atrás, quando outrora ainda era moço.
(...)

Na continuidade do trabalho, apresentaremos as análises dos recortes retirados dos pronunciamentos que nos dão uma ideia de como os enunciadores se apresentam para seu auditório, criando, assim, uma imagem de si em seus discursos tendo como ponto de partida a temática abordada ao se referir ao povo; aos modos em que cada presidente fala de si, sua auto-designação; os modos de enunciação, em que será analisado o uso do “nós” e os registros linguísticos. Passemos, portanto, à análise da construção imaginária de Tancredo Neves.

3.3 A construção da imagem discursiva de Tancredo Neves (1985)

Considerando-se os aspectos acima expostos a serem admitidos na análise da construção da imagem de si no discurso presidencial, é importante ressaltarmos novamente que o pronunciamento de Tancredo Neves fora lido no Congresso Nacional por seu vice, José Sarney, direcionado aos ministros por aquele escolhidos, quando de sua posse. Tal ressalva deve ser feita, uma vez que, ao ser lido por outro, é preciso considerar que há uma disjunção entre o sujeito da enunciação no contexto imediato de produção e o sujeito da formulação, no contexto geral, em que se deu a concepção desse discurso. Como outrora exposto, o pronunciamento de posse é caracterizado por ser um tipo de discurso em que o enunciador demonstra sua capacidade de liderança, sua apreciação pelos valores da nação, o entendimento dos problemas que terá de enfrentar e mostra as habilidades necessárias que tem para unificar os cidadãos e garantir-lhes auxílio em suas necessidades básicas. Não obstante, ponderando que temos um governo marcado pela transição de um período ditatorial para a efetiva reabertura política, Tancredo Neves busca promover uma imagem de si vinculada ao *“compromisso com a democracia e a justiça”*, comprometendo-se a se basear sempre na *“seriedade”*, na *“devoção”*, no *“respeito”* e buscando sempre *“preservar os altos valores da nacionalidade”*.

O imperativo de manutenção e preservação dos valores é mantido durante todo o pronunciamento, resvalando-se em princípios éticos e políticos, sendo os primeiros mais importantes, como podemos perceber no enunciado “*Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura.*”. A inversão na construção do enunciado coloca em evidência esse imperativo ético, em relação à razão política, sustentando a sua responsabilidade para com os interesses da nação, buscando solucionar o problema dos “*cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados*”, ou seja, do POVO 2. Nesse sentido, vão se criando sentidos marcados pela responsabilidade e zelo pela coisa pública, característica que será “*fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático (...)*”. É, então, esse seu saber-fazer que sustenta sua posição perante uma nação formada por “*cidadãos que lutaram para o fim do regime militar, que são compreensíveis, dignos e austeros e, portanto, merecem as mudanças por que o país passa*”.

Esse *savoir-faire* aparece repetidas vezes em seu pronunciamento como uma forma de mostrar ao auditório, e a toda a população, que sua eleição foi a melhor escolha que poderia ter havido, uma vez que ele chama para si as responsabilidades de realizar tarefas urgentes, na medida em que estão:

- a) instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto-de-lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as ações lesivas à economia popular e comine as penas cabíveis;
- b) criando também uma comissão (...) para examinar a questão dos benefícios indiretos concedidos pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei de todos os escalões do Governo;
- c) estabelecendo uma comissão para analisar a questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas empresas estatais no exterior;
- d) instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos (...)

Tancredo Neves também cria para si uma imagem de responsável por efetivar essas mudanças, uma vez que se coloca como “*condutor da política econômica do País*”, e juntamente a seus ministros como “*comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas*”. Um ponto bastante interessante na construção da imagem de si,

no pronunciamento de Tancredo, são as construções sintáticas e as escolhas lexicais, que constroem uma imagem de sapiência, de bom conhecedor do vernáculo, a ponto de poder fazer uso de inversões sintáticas, como anteposição do sintagma adjetival, por exemplo em “*Claro está que essas diretrizes não surgirão apenas das observações e diretrizes presidencial*” (NEVES, 1985, p. 319 *apud* BONFIM, 2004), e uma escolha lexical mais apurada, como “*reivindicações impostergáveis*” (NEVES, 1985, p. 318 *apud* BONFIM, 2004), a que poucas pessoas da população teriam acesso, haja vista que o padrão da Língua Portuguesa falada no Brasil é SVO, isto é, sujeito, verbo e complementos, adjuntos adverbiais ou adnominais.

Essa posição de “condutor” da política social e econômica brasileira faz com que Tancredo tenha de impor ao seu próprio governo o comportamento que espera da sociedade, a fim de que possa “*inspirar confiança renovada*” por meio do exemplo. Isso corrobora sua asserção de que se deve provar pelos atos, não se fundar em promessas fáceis, mas sem perspectivas; Tancredo procura criar para si uma imagem que se desvincule de um já-dito acerca do discurso político, que afirma que político só promete na hora das eleições, mas não cumpre suas promessas durante o governo. Assim, ele constrói sua imagem sustentada em enunciados que o colocam em oposição ao que considera ser “*o candidato das promessas*”, mas põe-se de uma forma realista, sustentando que os avanços ocorrerão, mas sem expectativas falsas. Nos dizeres de Tancredo (1985, p. 319 *apud* BONFIM, 2004), “*Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu 'mudanças já' com tanta determinação e esperança.*”; dessarte, essa sua construção de imagem como candidato que realiza ao invés de fazer apenas promessas durante a campanha sustenta a construção de POVO 2 presente em seu pronunciamento, como sendo os “*cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados*”. Essa sua aptidão vem do seu *savoir-faire* apresentado anteriormente, e sempre trazido a baila por construções como “*não fugirei a meu dever*”, “*não temos receio das responsabilidades*”, “*Não nos faltará coragem*”, “*Estou seguro de que (...) saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses.*”.

Desse modo, Tancredo Neves coloca-se como um gerente geral da nação, responsável por organizar sua vida econômica e social e dar as diretrizes à reorganização

de diversos sistemas do país, como economia, saúde, educação, melhoria nos gastos públicos, auxiliar no desenvolvimento, promover a justiça social e, a mais importante, segundo o próprio presidente, que é considerado “*O objetivo mais alto*” da sua presidência: “*a reorganização constitucional do País (...)*”, a criação de uma Comissão Constitucional para elaborar “*um esboço do anteprojeto de Constituição*”. Nesse sentido, Tancredo Neves vai construindo para si uma imagem de presidente preocupado com as condições sociais, econômicas e políticas do país, desejando ser o responsável por sua modificação e sustentação dos valores morais ainda presentes na sociedade, deixando transparecer o sentido de POVO 2, relacionado à aptidão daquele que é suposto promover as mudanças que pedem o povo brasileiro, já que o presidente cria para si uma imagem marcada pela *sabedoria*, pelo *diálogo* e *respeito*.

O presidente Tancredo Neves também se coloca na “*posição de condutor da política econômica do País*”, não permitindo que “*o Ministério se divida em dois*”, uma vez que todos eles devem estar “*comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas*”; essa imagem de presidente preocupado com a economia do país se deve ao contexto histórico-social em que o Brasil se encontrava naquele momento; o final da década de 1970 foi marcado por uma grave crise econômica. O país que tinha visto sua economia decolar em início da mesma década, via agora sua decadência, com o aumento dos juros, a queda na exportação de petróleo e o aumento da dívida externa. Diante desse cenário, o presidente não poderia tomar outra medida que não a contenção dos gastos públicos, a boa administração das instituições financeiras, de modo que Tancredo chega a afirmar que “*Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte: ‘É proibido gastar’*”.

Essa sua política de proibição dos gastos públicos terá sucesso na medida em que ele reconhece que o povo apoiou essa mudança de regime, é responsável, digno, austero e, acima de tudo, compreensível, de modo que entenderá essa proibição de gastos por parte do governo. A imposição de tal proibição também vem ao encontro de sua perspectiva de não fugir ao dever de estabelecer as “*diretrizes que presidirão aos esforços da administração pública no cumprimento de sua missão*”, ou seja, é como parte da construção de sua imagem de presidente responsável e corajoso que ele se permite a

imposição de uma nova ordem de comportamento a uma sociedade que acabara de sair de um regime ditatorial.

Nessa nova seara em que se encontrava o país, Tancredo Neves coloca-se como um ferrenho lutador contra o processo inflacionário, buscando a criação de empregos, uma melhoria na aplicação dos fundos públicos, baixa no consumo desenfreado, de modo a promover seu remanejamento para suprir as carências básicas dos cidadãos. É nesse sentido que Tancredo cria para si uma imagem de presidente preocupado com os problemas da sociedade, ao afirmar: “(...) *Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos de classes, ou de quaisquer parcelas da sociedade (...)*”; produz-se, assim, um efeito de não comprometimento específico ligado a favorecimentos de campanha ou de preterição social. Tancredo coloca-se como aquele que lutará pelo bem da nação, sendo necessário somar forças para promover o desenvolvimento do país. Juntamente à coragem, Tancredo filia-se a algo superior, supremo, como uma forma de garantir aos mais necessitados os seus direitos; assim, em suas palavras,

Convoco o Ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o espírito de justiça social. À intransigente defesa da ordem pública, aliaremos a prática do debate persuasivo. (NEVES, 1985, p. 325 *apud* BONFIM, 2004)

Não obstante o exposto, vale verificarmos a identidade presidencial construída pelo uso do “nós”; para tanto observemos os seguintes recortes:

(TNa) Junto nos comprometeremos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

(TNb) Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao entendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

(TNc) Não fomos o candidato das promessas. Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o Presidente a promover ilusões (...)

(Tnd) Vamos trabalhar, Senhores Ministros

Os enunciados acima possuem como temática, respectivamente, o compromisso para com a sociedade, em relação à democracia e à justiça, a ser cumprido com devoção e respeito ao cidadão; as qualidades essenciais exigidas pelo cargo – dignidade e austeridade –; a consciência do povo brasileiro pedindo por mudanças e a conclamação do corpo ministerial para que os ministros sejam seus aliados nessa empreitada que se inicia. Ao afirmar que seu governo se pautará pela *seriedade na administração da coisa pública*, o presidente Tancredo, ao mesmo tempo em que cria para si uma imagem de homem sério, responsável, que sabe o que necessita fazer, uma vez que será o administrador que o povo elegeu para cuidar do bem de todos, também produz um pré-construído de que os outros governos até então não tiveram esse zelo pelo todo, administrando o bem público apenas segundo seus interesses próprios.

Ademais, uma outra orientação se cria na construção da imagem presidencial de Tancredo Neves: a de que ele necessitará do auxílio do seu corpo ministerial, uma vez serem os ministros seus colaboradores, além de precisar “*somar forças*” e conclamar “*o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão*”. O uso do “nós” exclusivo produz um efeito que engloba não só o enunciador, mas também todos aqueles que o apoiam, que estão do seu lado e o ajudaram a chegar a esse lugar de poder, excluindo o “povo”, uma vez que este “*não tem participação ativa no governo*”, como presente em POVO 1. O “nós”, na sequência discursiva “*Junto nos comprometemos*”, produz a inclusão daqueles que são considerados os mais aptos a solucionar os problemas sociais, e que fazem parte do governo, ou seja, os “*Senhores Ministros*”, com quem Tancredo se alia. Ao promover tal aliança, o presidente se afasta do pertencimento àquela parcela da população “*carente das necessidades básicas*”, colocando-se, na verdade, como o auxiliador dessa parcela, incluindo-se na fatia dos mais aptos e mais afortunados. É importante ressaltar que essa inclusão pode estar relacionada ao fato de Tancredo ter sido eleito pelo colégio eleitoral, não pelo voto direto dos cidadãos, que o apoiam, “*embora não tenham participação política*”.

No caso de Tancredo Neves, o co-enunciador a ser adjungido em seu pronunciamento são “os cidadãos que lutaram para o fim do regime militar; são

compreensíveis, dignos e austeros, por isso merecem as mudanças por que o país passa”. Dessarte, Tancredo Neves produz para si as seguintes imagens discursivas:

TN 1: Sujeito ético, cujos princípios morais ditam suas ações;

TN 2: Agente das transformações sociais, políticas e econômicas por que o país passará;

TN 3: Corajoso e responsável na solução dos conflitos de interesses.

Ao relacionarmos as imagens acima com os sentidos de *povo* em seu pronunciamento, a saber,

POVO 1: os cidadãos que têm anseios, fazem reivindicações, pedem mudanças, exigem e apoiam um governo que promova tais desejos, embora não tenha participação ativa nele;

POVO 2: os cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados,

vemos que Tancredo constrói sua imagem de modo a corroborar sua função de presidente da República ético e responsável pelas transformações sociais, políticas e econômicas que os cidadãos tanto anseiam.

Passemos, então, à caracterização da identidade de José Sarney, ao assumir a presidência da República.

3.4 A construção da imagem discursiva de José Sarney (1985)

Sarney assume a presidência da República, em 1985, devido à morte do então eleito, Tancredo Neves. Assim sendo, temos a posse de um vice-presidente; contudo, essa não é a imagem que Sarney faz de si, uma vez que ele se coloca, mesmo que por meio de uma enunciação delocutiva, como “*O presidente de um país democrático*”. O uso desse tipo de enunciação produz um efeito de sentido de distanciamento da posição a que ele se refere, criando um efeito de generalidade em relação às funções presidenciais,

independentemente de quem a exercerá, e dos apoios que terá. Isso pode ser corroborado pelo fato de Sarney não chamar totalmente para si a responsabilidade do governo que se inicia, mas colocando-se na necessidade de “*compartilhar responsabilidades*”. Esse modo de se colocar fica claro nos seguintes enunciados:

(JSa) O presidente de um país democrático precisa compartilhar responsabilidades;

(JSb) Não venho, contudo, perder-me no lamento. Proponho conjurar a neurose dos índices assustadores da economia e da miséria.

(JSc) O destino não me trouxe de tão longe para ser síndico da catástrofe.

José Sarney coloca-se como otimista frente a crise econômica por que o país passa e, sendo assim, não aceita uma posição passiva em relação aos problemas existentes, mas busca mostrar que isso não abalará sua confiança, pois terá o auxílio daqueles que serão a alavanca do progresso nacional, agentes das grandes transformações sociais; ele convoca o povo para fazer parte dessas mudanças, compartilhando responsabilidades com *determinação e coragem*. Dessarte, Sarney produz uma imagem de si respaldada no *saber-fazer*, e marcada pela *experiência, calma e prudência*, mostrando que, embora enfrente as adversidades, com o auxílio do povo, elas serão vencidas, como ele ressalta ao indicar o caminho necessário a ser seguido:

Vamos ver o caminho: em primeiro lugar, nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo. A chave dessa aliança é a divisão do ônus. É a participação. O progresso começa dentro de cada um de nós. Não podemos resolver problemas crônicos com fórmulas demagógicas que são fáceis de enunciar e difíceis de realizar. (SARNEY, 1985, p. 333 *apud* BONFIM, 2004)

É importante ressaltar que, mesmo apresentando um comportamento eufórico em relação a si mesmo, Sarney reconhece suas limitações e debilidades, sabendo da possibilidade que há de *cometer equívocos*. Contudo, ressalta ter experiência suficiente para *sensibilizado do erro, nele não permanecer*. Todo esse modo de se colocar como

presidente da República assumindo o cargo é resultado de um saber-fazer instaurado por sua longa carreira política e como homem das letras. Assim, ele se sustenta nessa imagem não só para mostrar sua capacidade de governança, como também para mostrar seu envolvimento para com a produção cultural do país, como percebemos em: “*Procurarei, também, coerente com minha própria origem, apoiar as letras e as artes. Seja através de programas de governo, seja através do envolvimento da iniciativa privada no custeio da produção cultural.*” (SARNEY, 1985, p. 339 *apud* BONFIM, 2004).

A imagem que Sarney constrói de si ao longo do seu pronunciamento é baseada em uma afirmação central, logo no início de seu discurso, qual seja: “*Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível*”. Nessa afirmação, Sarney coloca-se como sendo *simples, correto, servidor do país, que busca sempre acertar*, mas retira de si boa parte da responsabilidade, por colocar-se como *falível*. Assim, ao mesmo tempo em que ele se coloca como tendo um *savoir-faire* que o possibilita promover as mudanças necessárias ao país, também se mostra como passível de falhas e necessitando, por isso, do auxílio de quem quer servir o país e busca sempre acertar, ou seja, o povo brasileiro.

Em um momento de transição política e mais, de regime de governo, Sarney tem em seus ombros a responsabilidade de dar continuidade ao processo de reabertura política, levando-o ao ápice, ou seja, às próximas eleições presidenciais, que ocorreriam em novembro de 1989. É assim que ele se estabelece como comprometido com a democracia, principalmente por representar, agora, o governo que seria de Tancredo Neves, a quem Sarney rende lealdade, por todo o processo de reabertura política e das Diretas-Já que ambos vivenciaram juntos.

Novamente, retomando os sentidos postos a circular na temática da economia, José Sarney pretende fortalecer sua imagem de transformador da realidade que aflige aos brasileiros, não apenas de administrador dos maus agouros, tais como *crise política, dívida externa, dívida interna e inflação*. Entretanto, por sua capacidade de análise, discernimento, ponderação e meditação, ele é capaz de propor alternativas para as mudanças necessárias:

(JSd) Vamos ver o caminho: em primeiro lugar, nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo. A chave dessa aliança é a divisão dos ônus. É a participação. O progresso começa dentro de cada um de nós. Não podemos resolver problemas crônicos com fórmulas demagógicas que são fáceis de enunciar e difíceis de realizar.

(JSe) Não me cobrem, nem me pressionem para fazer o que eu não posso fazer. Não me exijam milagres. Reivindicações impossíveis desestabilizam a ordem social, criam conflitos falsos, deformam a democracia, e a sufocam

(JSf) Não podemos repetir os erros do passado.

Ao mesmo tempo em que Sarney coloca-se como experiente e preparado para enfrentar os augúros apresentados no país, ele conta com a solidariedade daqueles que serão o motivo da transformação social que o país apresentará; aqui, podemos ver uma debreagem enunciativa, em que Sarney deixa de colocar em foco suas qualidades e passa a apresentar-se junto com aqueles que o auxiliarão. Assim, neste pronunciamento, temos um “nós” que inclui o enunciador e aqueles a quem Sarney convoca para auxiliá-lo, dividindo, também, os ônus do governo.

Sua imagem de homem falível, que sabe ouvir e não está disposto a permanecer nos erros é sustentada por sua afirmação de que consultara vários segmentos da sociedade na busca de uma melhor compreensão sobre as mudanças necessárias para a modernização do país, procurando promover o consenso entre as diversas esferas públicas: “*Consultei meus correligionários políticos, intelectuais, cientistas, economistas, trabalhadores, empresários, políticos e governadores*”; assim, corrobora-se sua imagem de homem que está disposto a escutar as diversas camadas sociais, buscando fazer o que é o melhor para o país, para o todo.

É interessante, também, notarmos a presença de enunciações delocutivas, isto é, em que Sarney procura se separar da imagem institucional de presidente da República, como nos enunciados a seguir:

(JSg) (...) O Presidente da República está no Centro – e nessa postura repousa sua autoridade para a reativação da transição democrática, tarefa fundamental do seu mandato.

(JSh) O Presidente tem a certeza de que não basta o país crescer. O crescimento não terá sentido, se não crescerem a cultura, o teatro, a literatura, o cinema, a música, as artes plásticas, e a memória histórica não for preservada.

Ao produzir esse novo modo de enunciar, José Sarney produz um efeito de sentido de que essas características apresentadas não estão de acordo apenas com seu modo de conceber a sociedade e os setores, mas sustenta uma posição de autoridade governamental máxima, a do presidente da República. Notemos que esse movimento enunciativo ocorreu apenas ao tratar das temáticas *transição democrática* e *bens culturais*, mesmo Sarney tendo se colocado, anteriormente, como homem das letras e das artes, o que sustenta nossa asserção sobre o efeito de distanciamento produzido pelo modo de enunciação delocutivo. Ou seja, ao criar para o *povo* um sentido de “menos apto”, aqui se incluiria, também, sua inaptidão cultural, uma vez que as diversas áreas relacionadas à cultura, no país, carecem de crescimento e desenvolvimento. Ora, se Sarney se coloca como sendo um “homem das letras”, então ele promove um distanciamento em relação ao povo, visto que há uma incompatibilidade de pertencimento, no que se refere à questão cultural.

Não obstante esse desvio temático em sua caracterização discursiva, Sarney volta, nos parágrafos seguintes, a tratar de assunto econômico, como postura empresarial, crescimento econômico do país, benefícios sociais promovidos; essa sua argumentação sustenta-se no sentido de povo posto a circular em seu pronunciamento, qual seja, o de POVO 2: os cidadãos carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelos mais aptos e mais afortunados. Em um país em que a inflação galopante assolava a sociedade, com remarcações de preços diárias e a instabilidade dos investimentos da população, um representante que tivesse controle sobre a economia teria, certamente, o apoio desse povo.

Talvez, por isso, Sarney insistisse tanto em vincular sua imagem à de um presidente preocupado com a situação econômica do país, especialmente em um momento tão crítico como o processo de mudança de regime de governo; a temática da preocupação social e econômica está presente nos pronunciamentos de todos os presidentes analisados, uma vez que todos eles se colocam como uma solução mais atual e factual para os problemas econômicos e os sociais, daqueles decorrentes. Assim, sustentam-se enunciados como

(JSi) (...) Vamos conter o setor público, transformando a economia decorrente dessa ação em redução nos preços ao consumidor (...)

(JSj) No plano político, não abrimos mão de proclamar a prioridade de uma nova ordem econômica internacional contra o protecionismo dos países desenvolvidos (...)

(JSk) Faremos chegar ao campo os benefícios da economia de mercado. Temos que nos tornar cada vez mais competitivos, para dinamizar o mercado interno, sem sacrificar o potencial exportador. Menos governo na economia significa mais governo nos setores sociais.

A enunciação em “nós” corrobora para produzir o sentido de compartilhamento da responsabilidade para com os problemas por que o Brasil passa, não o delegando apenas ao presidente da República, mas também a todos, inclusive ao POVO 2, considerado “*a alavanca para o progresso nacional*”; nesse sentido, há a divisão das responsabilidades, como asseverada pelo presidente em diversas partes de seu pronunciamento. Em tese, embora o presidente se coloque como capacitado e capaz de promover as mudanças necessárias na sociedade, ele convoca o povo e seus interlocutores, seus correligionários, pertencentes ao governo, para proclamar *uma nova ordem econômica* no próprio país. Por ser o “povo” aquele que procura acertar e é correto no serviço ao país, tendo dignidade para tanto, e sendo Sarney otimista e sério, ele convida esse povo para que comemore a derrota do pessimismo e a entrada no país em uma nova ordem: “*Juntos, levantemos as mãos para dizer adeus ao pessimismo*”.

Embora se colocando como um “homem simples do povo”, Sarney se mostra como possuidor de um *saber-fazer* que caracterizará sua imagem discursiva como presidente da República, em um período de transição política brasileira, e que buscará realizar as mudanças que o POVO 1 tanto espera. Ou seja, ele apresenta-se como um auxiliador dos mais necessitados para vencer as adversidades que venham a enfrentar; mas não sem o auxílio dos seus correligionários, haja vista que ele não é infalível.

A seguir, promoveremos uma caracterização da identidade de Fernando Collor de Melo, ao assumir a presidência da República.

3.5 A construção da imagem discursiva de Fernando Collor (1990)

Fernando Collor de Mello assume a presidência da República em 1990, após vencer seu candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores). Nesse contexto, pelo fato de Lula ser o candidato que se coloca como fazendo parte dos trabalhadores, aquele que lutará pelos direitos dos que necessitam, Collor produzirá para si uma outra imagem, aquela de quem lutará pelo fim das regalias no serviço público, contra a corrupção no governo. Entretanto, essa sua imagem vem atrelada a um *saber* relacionado à sua vida política precedente, sustentada por enunciados como:

(FC1) Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político(..)

(FC2) (...) Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. (...) (MELO, 1990, p. 342 *apud* BONFIM, 2004)

Observamos que a sua legitimidade é constituída com base naquilo que Charaudeau (*op. cit.*) chama de *legitimidade por filiação*, ou seja, instaura-se um conhecimento baseado nos seus antecedentes familiares, como se sua capacidade de governança tivesse sido lhe passada por seus antepassados que foram políticos e lhe ensinaram os preceitos necessários da vida política. Além disso, Collor baseia sua capacidade no seu pertencimento anterior como deputado, ou seja, há um pertencimento ao campo político que o permite criar uma imagem de sapiência política. Contudo, mesmo possuindo tal competência, Collor busca o apoio das demais classes políticas, uma vez que seu saber político é restrito, como observamos no enunciado: “(...) *Não saberei governar sem a colaboração permanente do Congresso (...)*”(COLLOR, 1990 *apud* BONFIM, 2004).

Relacionado ao fato de Collor ter pertencido ao campo político e sua família deter um relativo prestígio no cenário político nacional, Collor apresenta em seu pronunciamento formas linguísticas que o colocam em um lugar de dizer de respeito, marcado pela polidez protocolar, característica essencial de quem acabara de receber a investidura em um cargo público de honradez. Podem ser encontrados empregos pronominais marcadamente pertencentes ao registro formal da norma culta padrão da língua portuguesa, o que produz

em seu pronunciamento um efeito de conhecimento da língua, ou seja, em oposição àquilo apresentado por seu concorrente nas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva, que fora cobrado diversas vezes por sua suposta “falta de competência linguística”, no que se referia ao uso da norma culta padrão, Fernando Collor busca instaurar para si um lugar de dizer marcado por esse conhecimento necessário a quem vai assumir “*o mandato mais honroso*” a que um homem público pode aspirar. A importância desse conhecimento linguístico balizado pelas regras cultas da língua pode ser visto em enunciados que apresentam o uso da ênclise, quando na linguagem popular há a predominância da próclise, como por exemplo, “*Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal.*” (COLLOR, 1990, p. 342 *apud* BONFIM, 2004); o uso do pretérito-mais-que-perfeito, quando o uso vernacular da língua preferiria o tempo composto ou, até mesmo, o pretérito perfeito simples, de modo que “*tivera atuação destacada*”, se tornaria “*teve atuação destacada*”, o que o colocaria mais próximo ao uso popular da língua. Ademais, observamos um uso de vocabulário que não pertence ao uso comum das pessoas da população, aos trabalhadores, ao povo, como os sintagmas “*trabalho diligente*”, “*apreço*”, “*Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro*” (COLLOR, 1990, p. 343 *apud* BONFIM, 2004). O uso da preposição *de* na construção da completiva nominal, quando o uso vernacular pediria uma completiva cortadora, em que desapareceria tal preposição, é indício de que há um certo respeito ao padrão culto da língua.

Não obstante, esse seu pertencimento ao campo político também lhe traz obrigações que comporão sua “profissão de fé”, de modo que ele chama para si a responsabilidade para a “*reconstrução nacional*”; essa reconstrução é baseada nos preceitos tidos como essenciais desde a reabertura política, em 1985, ou seja, a democracia, a cidadania, o combate à inflação, a reforma do Estado e uma maior competitividade econômica do país. Tais preceitos colocam Collor como um possível agente organizador das mudanças necessárias ao país, pelas quais vinha-se lutando de longa data; por isso, ele pode colocar-se como o “caçador de marajás”, desafiando aqueles que gozam de privilégios públicos sem exercerem de fato seus deveres para com a nação e

os cidadãos. Seu programa de reconstrução nacional passa por “*programas de alimentação básica*” em que ele afirma aumentar gradativamente “*o número de crianças beneficiadas pelo programa de merenda escolar*”; ademais, haverá a elevação do “*número dos que recebem suplementação alimentar, gestantes e crianças de até 3 anos*”. Essa sua imagem se coaduna com o sentido de POVO 1, presente em seu pronunciamento: “*parcela da população alijada de seus direitos políticos*”, colocando para si a responsabilidade de garantir “*os direitos políticos*” que a população lhe delegou para promover a renovação política, social e econômica do país.

Os temas constantes em seu pronunciamento, e sobre os quais ele produz a imagem de si, são: combate à pobreza, combate à inflação, estabilização financeira, combate à injustiça, ao analfabetismo, tudo isso buscando a soberania nacional. Diferentemente dos que também se propuseram a travar essas mesmas lutas, Collor assevera não realizar uma batalha condicionada aos interesses de alguns, mas travar um combate que terá como objetivo “ferir de morte” a inflação. Observamos, no pronunciamento de Collor, uma maior presença da enunciação elocutiva; isso pode ser um vestígio de que ele se coloca com o maior responsável pelas mudanças por que o país precisa passar, tendo, no máximo, o apoio do Congresso Nacional. Caso tais mudanças ocorram, isso também lhe renderá todas as glórias, por ter sido capaz de produzi-las. Assim, ele se coloca como disposto a contrariar vários interesses a fim de lograr êxito em seus objetivos, bem como disposto a lutar na guerra contra as dificuldades econômicas e sócias, além de contribuir internacionalmente para com a paz mundial, como podemos verificar nos enunciados a seguir:

(FC 3) (...) Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência.

(FC 4) (...) Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

(FC 5) (...) Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente

viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética (...) (COLLOR, 1990, p. 346 *apud* BONFIM, 2004)

Collor coloca-se como intransigente nos seus objetivos, buscando promover uma melhoria social, o que produz para si a imagem de um sujeito preocupado não só com as questões econômicas e sociais do país, mas também com a do mundo; além disso, há a produção de uma imagem de sujeito que possui uma boa relação internacional, a ponto de promover o “bom diálogo” entre nações “inimigas” de longa data. Ora, se é capaz, como deputado, de intermediar relações internacionais, também será muito produtivo na intermediação das relações internas e na busca do consenso no país. Essa sua imagem de capaz de promover boas relações externas é corroborada com o enunciado “(...) *Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo (...)*”, em que ele se coloca como o responsável por tornar cada vez maior a integração entre os países latino-americanos, devido ao seu bom relacionamento e bom diálogo com as nações.

Fernando Collor de Mello assume a presidência da República como sendo o primeiro presidente eleito por voto direto, democraticamente, após 20 anos de regime militar; assim, ele é uma espécie de “esperança” para a população que vivera todos esses anos sob a égide de um regime que lhes tolhera todos os direitos políticos e sociais. Desse modo, Collor precisa sustentar sua imagem de mudança, esperada por seus eleitores, enunciando que seu “*compromisso inalterável é com a democracia*”; evidentemente, é necessário que se crie tal imagem para um governante que acabara de assumir um país recém-saído das garras da ditadura, com uma população que ansiava pelos direitos dos cidadãos, fazendo com que Collor faça de tudo para “*governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão*”. Agora, vejamos: a argumentação utilizada por Collor para sustentar essa sua imagem de presidente consciente das necessidades da população, intransigente para com as mazelas que assolam o país, é baseada no tema da corrupção e da moralidade. Vejamos os enunciados a seguir:

(FC 6) Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha.(...)

(FC 7) Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado (...)

(FC 8) A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial (...) (COLLOR, 1990, p. 345 *apud* BONFIM, 2004)

Collor argumenta no sentido de corroborar sua imagem como defensor das causas públicas do país, empreendendo suas forças para realizar a transformação necessária a fim de levar o Brasil a altos níveis mundiais; aqui, ele produz para si uma imagem de um sujeito que é contra os problemas apresentados pelo serviço público, como o favorecimento de cargos públicos, como ele afirma no enunciado *“Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público (...)”*. Essa sua imagem está de acordo com a situação econômica por que o Brasil passava naquele momento: o governo Sarney deixou o país com um grande problema de inflação; as altas de preço assolavam a população diuturnamente, com mudanças bruscas nos valores dos bens de consumo essenciais à população; assim, Collor propõe-se como o que resolverá os problemas econômicos tanto do país, quanto de sua população, caracterizada por ser *“aquela parcela da população alijada de seus direitos políticos”*, presente em POVO 1.

Pregando o fim da corrupção, a luta contra a pobreza, contra a disseminação do analfabetismo, contra as auguras do mercado financeiro internacional, colocando-se já na posse como o que vencerá os desafios impostos, a despeito do que ocorrera com seus antecessores, Fernando Collor de Melo termina seu pronunciamento exaltando, na mesma esteira do que promovera ao iniciá-lo, sua origem política, como observamos nos excertos a seguir:

(FC 9) Filho e neto de políticos, trago no meu sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão.

(FC 10) (...) Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho (...)

(FC 11) (...) Meu governo e propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

(FC 12) (...) Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz

de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

Durante todo o pronunciamento de Fernando Collor de Melo, vemos uma tentativa de o enunciador criar para si uma imagem de sujeito competente, capaz de realizar as atribuições que lhes são dadas, servindo-se para tanto de sua origem política e familiar, fortalecendo sua legitimidade nelas. Essa imagem também é fortalecida por meio das formas linguísticas presentes em seu pronunciamento, como colocação pronominal, formas vocabulares que indicam certo respeito, tais como “*Senhores Congressistas*”, “*Vossas Excelências*”, “*Senhores Membros do Congresso Nacional*”, e construções tipicamente formais, como “*Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados*”, “*Procurarei cingir-me a tópicos essenciais*”, “*Nada repugna mais ao espírito de cidadania*”, “*não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes*”, “*Não transigirei na perseguição desse fim*”, “*Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa*”, além do modo de dizer não convencional, tais como “*(...) Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes.*”, a inversão das sentenças adverbiais, juntamente à menção ao significado simbólico da bandeira nacional, presentes em “*Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria.*”.

É interessante notarmos que, no pronunciamento de posse de Fernando Collor, o uso do pronome “nós” aparece pouquíssimas vezes, como, por exemplo, em “*Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro*” e “*Meu primeiro compromisso é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça (...)*” (COLLOR, 1990, p. 343 *apud* BONFIM, 2004), produzindo um efeito de sentido de homogeneidade nacional, na medida em que se busca o melhor para o país, não para determinados nichos específicos da sociedade.

Dessa feita, podemos perceber que Fernando Collor sustentou seu *saber-fazer* em características marcantes de sua posição social e política, bem como de sua legitimidade por filiação a um passado marcadamente político, presentes materialmente nos modos de enunciação de seu discurso de posse. Passemos à análise do pronunciamento de Itamar Franco.

3.6 A construção da imagem discursiva de Itamar Franco (1992)

Em 1992, após denúncias de corrupção que assolaram o governo de Fernando Collor, e a ameaça de um processo de impeachment, Itamar Franco assume a presidência da República após renúncia de Collor, em outubro daquele ano. Temos, nesta situação, a segunda subida ao poder de um vice-presidente, uma vez que o mesmo acontecera com José Sarney. O pronunciamento de posse de Itamar Franco é muito breve, haja vista a conturbada situação em que ele assumia a presidência, sendo apenas um gesto protocolar, para que, de fato, fosse caracterizada sua posse presidencial.

Devido às graves denúncias de corrupção que fizeram cair o presidente Fernando Collor, Itamar Franco deve colocar-se como contrário às atitudes existentes no governo anterior, criando para si a imagem de quem não concorda com as posturas assumidas por Collor, comprometendo-se com *“os valores simples dos brasileiros”*, ou seja, com as *“pessoas corretas, que foram às ruas lutar contra a corrupção”*. Assim, Itamar cria para si a imagem de um presidente que buscará atender fielmente o desejo dessas pessoas que lutaram contra a corrupção instaurada no país, estando sempre a serviço da Constituição Federal, de modo a prestar o serviço necessário a toda a população. Temos uma imagem de um presidente que promoverá uma mudança diferente daquela produzida pelos demais: ele não buscará ser o governo dos mais necessitados, mas pretender ser *“o Governo de todos, para não ser o Governo de alguns poucos”*, ou seja, Itamar também coloca-se contra o benefício a determinadas parcelas da população, imagem semelhante àquela produzida por Fernando Collor, quando este asseverava ter de *“contrariar vários interesses poderosos”*.

Em relação ao emprego das formas linguísticas, no mesmo caminho que Collor, mas de maneira mais comedida, Itamar faz uso, em suas enunciações, de formas linguísticas rebuscadas, com a intenção de mostrar preocupação extrema em relação à norma culta da língua, como podemos observar nos seguintes enunciados: *“Repilo por criminosa e cruel, a modernidade que lhes nega a dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria (...)”* (FRANCO, 1992, p. 366 *apud* BONFIM, 2004), em que temos a presença de vocábulos mais rebuscados, distanciando-se do uso padrão dos brasileiros, além de construções em que aparecem a ênclise, outro fenômeno ligado aos padrões cultos da língua, como em *“Desejo, Senhores Ministros, agradecer-lhes a participação no Governo (...)”* (FRANCO, 1992, p. 367 *apud* BONFIM, 2004); contudo,

podemos encontrar, também, no pronunciamento de Itamar enunciados em que aparecem formas linguísticas que estão em desacordo com a chamada norma padrão culta, como no enunciado *“O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia mais forte porque solidária e humana, aliada à honradez na administração do Estado.”* (op. cit.), em que a regência do verbo “aspirar” não corresponde ao sentido preconizado pelas gramáticas da norma culta; no enunciado em questão, o verbo deveria reger a preposição *a*, possuindo o sentido de “desejar, querer”; da forma como aparece, o sentido produzido, segundo as gramáticas normativas, é o de “sugar, sorver”. Não obstante, essa é a forma vigente no uso da língua, ou seja, se aproxima do falar normal do cidadão brasileiro, aquele que não faz uso de uma linguagem muito elaborada, de vocabulário pouco acessível.

No que tange também ao modo de enunciação, podemos perceber em Itamar a presença de uma enunciação delocutiva, em que ele se afasta da posição de enunciador, colocando sobre o governo a responsabilidade de seu dizer, como no enunciado a seguir: *“Este Governo, dure o tempo que durar, será o Governo de todos, para não ser o Governo de alguns poucos.”*, ou *“Este Governo não terá segredos – a não ser aqueles que a segurança do país, em suas relações internacionais, assim o exigir.”* Nesses enunciados, observamos a criação de uma imagem discursiva para o “Governo”, mais que para o sujeito que ocupa o lugar político de presidente da República; entretanto, essa imagem será fruto das ações do presidente, uma vez que *“A nossa primeira e urgente tarefa é a de colocar o Governo realmente a serviço do Estado; e o Estado a serviço da Nação (...)”*; em última instância, o presidente da República será o responsável por garantir que o Governo, como um todo, tenha uma abrangência nacional, estando a serviço de uma coletividade, sendo o *“Governo de todos”*, ou seja, daqueles “que não governam, mas tem o presidente que governa em seu nome”, como apresentado em POVO 3.

Devido a esse deslocamento de identificação entre o Governo e o Presidente, podemos perceber a presença de um “nós” inclusivo, entre o presidente Itamar Franco, e os ministros, como formando uma junção responsável pelo governo. De certa forma, então, o Governo será formado pelo presidente da República e o ministério, com participação efetiva deste. É frequente a interpelação do auditório como parte integrante do governo, o que nos permite afirmar que a identidade de Itamar Franco está atrelada à do seu auditório, qual seja, os ministros. Observemos os excertos a seguir:

(I 1) Senhores Ministros, não podemos perder um só minuto. Há muito a ser feito, mas deve ser iniciado já. (...) Precisamos reconhecer, entretanto, que há emergências que exigem providências imediatas, a serem adotadas dentro do senso comum, tão desprezado mas tão necessário.

(I 2) Conclamo, portanto, a todos os Ministros para que exerçam extrema vigilância na proteção do interesse público. Todos os negócios do Estado tem de ser analisados à exaustão a fim de se evitar qualquer prejuízo ao bem comum.

(I 3) Desejo, Senhores Ministros, agradecer-lhes a participação no Governo. Quero que cada um se sinta à vontade em sua área e que exerça o Ministério guiado pelo seu saber e pela sua consciência.

Itamar Franco, por meio de uma linguagem sem grandes rebuscamentos lexicais e sintáticos, tampouco por construções semanticamente complexas, com o uso de metáforas difíceis de serem compreendidas, produz uma imagem de si baseada na simplicidade, ao mesmo tempo sustentada pelo pedido de auxílio aos ministros, com quem dividirá a tarefa de governar o país pelos dois anos restantes. Essas marcas linguísticas produzem um efeito de aproximação entre a imagem do presidente Itamar e o que aparece como “povo” em seu pronunciamento, em especial na acepção 2, em que ele – o povo – é compreendido como sendo formado por *“pessoas que se afrontam com a fome, o desespero a doença e a ofensa”*, na medida em que será em nome desse povo que ele governará, mas não o inclui em tal parcela, ou seja, embora seja para esse povo que Itamar governará, não é dessa parcela da população que ele faz parte. Ademais, o uso da primeira pessoa do plural produz um efeito de inclusão entre o Governo, representado por Itamar, e os ministros, que também são convocados para a participação efetiva. Assim, a enunciação elocutiva em primeira pessoa do singular dá lugar àquela centrada na primeira pessoa do plural, em que o “nós” é formado pela inclusão do “eu” + “vocês”, em que “vocês” representam os ministros para quem Itamar dirige seu pronunciamento.

Dessarte, podemos declarar que Itamar cria uma imagem de si ligada ao governo, cujas características são: promoção de uma homogeneidade social, ao afirmar que produzirá um “governo de todos”; ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de convocar os ministros para auxiliá-lo na tarefa de governar o país, conclamando “todos os ministros para que exerçam extrema vigilância na proteção do interesse público”.

Na verdade, Itamar Franco assumiu a presidência por ser legalmente o de direito; ou seja, a Constituição Federal e o Código Eleitoral Brasileiro asseveram que, no

impedimento do titular, o vice ocupará o cargo em questão; assim, necessariamente, teve de fazê-lo Itamar Franco, mesmo sabendo que seu governo seria apenas uma tentativa de manter a ordem política, sendo o “*Governo de todos, para não ser o Governo de alguns poucos*” (FRANCO, 1992, p. 366 *apud* BONFIM, 2002), uma referência àqueles que ainda detinham grande parte do poder econômico no país, e não promoviam a distribuição de renda; além disso, podemos aventar a possibilidade de que há uma referência a POVO 1: aqueles brasileiros que retomam o Estado em suas mãos, num forma de garantir seu pertencimento àqueles que também lutaram para que o país ficasse livre do jugo que estava sofrendo.

3.7 A construção da imagem discursiva de FHC (1995)

Fernando Henrique Cardoso é eleito, em 1994, à presidência da República. Ex-ministro do governo Itamar Franco, FHC é tido como um homem respeitado nacional e internacionalmente, por sua grande experiência política e intelectual; ex-professor da USP e de diversas universidades no exterior, Fernando Henrique goza de uma imagem muito boa perante a sociedade. Após vinte anos de ditadura militar, e um processo de reabertura política que atingira seu auge em um governo marcado pela corrupção, Fernando Henrique Cardoso aparece como um homem íntegro a assumir as rédeas da nação. Além disso, é interessante lembrarmos que FHC havia lutado, durante os anos de chumbo, contra a ditadura, dividindo o cenário nas ruas com vários sindicalistas, entre eles, Lula, seu adversário político anos mais tarde. Tendo em vista essa trajetória histórica do sujeito Fernando Henrique Cardoso, como professor da Universidade de São Paulo, exilado político, sociólogo renomado, sua imagem construída no seu pronunciamento de posse leva em consideração vários desses aspectos, como não poderia deixar de ser, uma vez que o processo de construção das imagens discursivas são processos históricos, em que entram em jogo todos os sentidos acerca do sujeito.

Como uma forma de marcar sua posição não de contradição, mas de pertencimento aos ideais da nação, FHC apresenta-se como compartilhando os ideais da maioria da nação, numa tentativa de mostrar-se não como uma posição institucional em seu pronunciamento, mas como fazendo parte da mesma sociedade que o levou ao poder. Assim, ele tenta se afastar dessa imagem institucional, pedindo que as pessoas do seu auditório “*Permitam*

que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros” (CARDOSO, 1994, p. 373 *apud* BONFIM, 2004); FHC tenta produzir uma imagem homóloga à dos brasileiros que lutaram para vencer as dificuldades trazidas pelo regime militar e atingir a liberdade tão desejada. É nessa tentativa que ele vai atribuir seu pertencimento a um lugar de dizer marcado pela luta, pela democracia.

Contudo, da mesma forma como ocorrera com Fernando Collor de Melo, FHC vai basear a construção de sua imagem em sua genealogia social e política, buscando sua legitimidade por filiação. É nesse sentido que ele justifica seu pertencimento tanto a uma geração quanto a uma família que lutou:

(FHC 1) Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do “petróleo é nosso”, como já brilhará no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.

(FHC 2) Para estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra (...) (CARDOSO, 2004, p. 373 *apud* BONFIM, 2004)

Observemos que FHC coloca-se como liberal, a favor da abertura econômica desde sua época de estudante. É nessa busca por liberdade, justiça e desenvolvimento que ele subsidiará sua imagem e seu governo. Contudo, ele se apresenta como possuindo a humildade característica do povo, dos trabalhadores; essa sua característica de humildade, junto com sua condição de saber-fazer leva-o a ter a convicção de que *“este país vai dar certo!”*. E sua humildade é corroborada em sua justificativa do porquê de tanta certeza: *“Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos – pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.”* (CARDOSO, 1994, p. 374 *apud* BONFIM, 2004).

Esse “nós” presente no pronunciamento de FHC significa “aqueles que o apoiaram durante a campanha e que, de acordo com suas propostas de governo apresentadas, viram-se representados por ele”, os que lutaram como ele contra o regime militar e contra a corrupção instaurada em outros governos já existentes. Fernando Henrique, tendo sido o responsável pela implantação do Plano Real, quando ainda ministro da Fazenda de Itamar Franco, externa sua gratidão ao ex-presidente, vinculando sua imagem ao governo anterior,

principalmente no que se refere à continuidade do plano econômico, como podemos perceber pelo excerto seguinte:

(FHC 3) Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.

(FHC 4) A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação. (CARDOSO, 2004, p. 375-6 *apud* BONFIM, 2004)

Fernando Henrique coloca-se como comprometido à causa social, especialmente na luta contra a inflação, contando com o apoio daqueles que também estão no poder – *Congresso, Estados e de todas as forças vivas da Nação*. De certa forma, FHC conta com a ajuda dos seus, daqueles que como ele lutaram para que houvesse mudanças no país. Além de lutar para acabar com a inflação, Fernando Henrique coloca como um outro fator desfavorável ao governo a falta de justiça social, quando afirma que “*Temos de volta a liberdade*” (CARDOSO, 2004, p. 376 *apud* BONFIM, 2004), mas ainda “*Falta a justiça social*” (*op. cit.*); é na reconquista da liberdade que, segundo FHC, haverá o desenvolvimento necessário para que atinjamos a justiça social, que afeta o povo, ou seja, “*trabalhadores que souberam reivindicar os seus direitos*” e “*os excluídos, humilhados por não terem acesso devido a vários serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia*”, sentidos apresentados, respectivamente, como POVO 2 e POVO 3, no capítulo anterior. Desse modo, FHC coloca-se como aquele que garantirá as reformas de base, promovendo o acesso dos “trabalhadores” e dos “excluídos e humilhados” aos seus direitos, sejam eles trabalhistas, ou mais básicos, como saúde, educação e moradia; assim, a imagem que FHC cria para si é a de benfeitor da nação, o que solucionará os problemas existentes relacionados à “*parcela da população que soube enfrentar as necessidades e vencê-las*”, o POVO 1.

A preocupação com a economia e com a causa social permite-lhe criar uma imagem de preocupado e, ainda mais, indignado com a situação social por que passam seus compatriotas, mais especificamente, o povo, entendido com “*a parcela da população alijada de seus direitos sociais*”. Isso indica um seu jeito de pensar sobre a vida, que lhe garante uma certa qualidade, um “respaldo humano” perante a sociedade, uma vez que

(FHC 5) Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos – e ainda que não fossem brasileiros – vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar. (CARDOSO, 1994, p. 376 *apud* BONFIM, 2002)

Nessa esteira, Fernando Henrique compromete-se a ser o governo de todos, responsável por promover a justiça social, com seriedade e firmeza no trato da coisa pública. No excerto acima, podemos verificar a tentativa de construção de uma imagem do presidente relacionada à compaixão, ao respeito pelo próximo, uma vez que FHC coloca-se não como indiferente à situação vivida por seus compatriotas, mas preocupado e com o objetivo de promover as reformas que serão necessárias para que haja uma melhoria na condição de vida da população; assim, ele se coloca como representante do POVO 4, “*aqueles que têm consciência de suas necessidades e, por isso, escolheram pelas reformas estruturais necessárias*”, como podemos verificar em seu discurso, ao afirmar que seu objetivo é unir a nação em prol de melhorias para todos. Vejamos o seguinte excerto:

(...) o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos. (CARDOSO, 1994, p. 376 *apud* BONFIM, 2004)

Junto com a promoção do bem-estar social, FHC compromete-se, também, com a consolidação da democracia, por meio do ajuste da economia e do ataque aos problemas sociais; até seu governo, era isso o que a população esperava, haja vista que todos os presidentes anteriores tocaram nesses aspectos em seus pronunciamentos de posse, sem que a população tenha sentido alguma ação efetiva que corroborasse tais posições. Logo, Fernando Henrique busca promover a inserção do país na lista do que são mais bem-sucedidos mundialmente, mesmo que ainda haja alguns problemas para serem resolvidos, tais como a geração de empregos, que “*virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido.*” (CARDOSO, 1994, p. 380 *apud* BONFIM, 2002). Aqui, vemos o enunciador se representar como “*o governo*”, ou seja, um modo de enunciação delocutivo, que produz um efeito de distanciamento entre o enunciador e aquilo que é prometido.

Nesse sentido, o modo de enunciação que faz uso do “nós” e, mais especificamente, o uso da enunciação delocutiva, produz um descompromisso do enunciador para com aquilo que é prometido, atribuindo a um terceiro os compromissos estabelecidos. Assim,

em enunciações como as seguintes, Fernando Henrique produz uma imagem de responsável e dedicado aos assuntos que são tema de comentários – produzida pelo uso de verbos tais como *cuidar*, *cumprir* e *assegurar*, que promovem um efeito de sentido de comprometimento para com a “*verdadeira revolução social e de mentalidade*” (CARDOSO, 1994, p. 381 *apud* BONFIM, 2004), ao mesmo tempo em que se coloca a responsabilidade por realizar as transformações necessárias, marcada pela presença dos verbos supracitados, como nos exemplos a seguir:

(FHC 6) O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra seu papel (CARDOSO, 1994, p. 381 *apud* BONFIM, 2004)

(FHC 7) Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens (CARDOSO, 1994, p. 382 *apud* BONFIM, 2004)

Há, neste pronunciamento, uma constante alternância entre enunciações elocutivas e delocutivas, de modo que a imagem de FHC esteja relacionada, na maioria das vezes, às enunciações elocutivas em que ele aparece como o promotor das mudanças e fiscal das obrigações que o governo assumiu como suas. O uso do “nós” promove uma inclusão entre o enunciador – FHC – e aqueles que fazem parte do seu governo, como ministros, senadores, deputados e POVO 5, ou seja, os que votaram em FHC e o elegeram possuem características que demonstram suas benesses.

Fernando Henrique Cardoso termina o pronunciamento de posse do seu primeiro mandato elencando uma série de características que constroem para si uma imagem liberal, de que respeita os direitos de todos os cidadãos e que lutará pela igualdade entre as pessoas, promovendo a mudança que todos anseiam, como mostram os seguintes enunciados:

(FHC 8) Nós, brasileiros, somos um povo solidário

(FHC 9) Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais

(FHC 10) Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca de igualdade

(FHC 11) Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República

(FHC 12) Eu os convoco para mudar o Brasil.
(CARDOSO, 1994, pp. 382-3 *apud* BONFIM, 2004)

Fernando Henrique Cardoso constrói para si uma imagem de total responsável pelas mudanças por que o Brasil terá de passar, contando com a ajuda daqueles que sente como compartilhando os mesmos ideais, ou seja, *“aqueles que o apoiaram durante a campanha e que, de acordo com suas propostas de governo apresentadas, viram-se representados por ele”*, sentido presente em POVO 7; que são humildes para juntar suas forças em prol do bem comum, do bem da nação, mas que também buscam a justiça social, com responsabilidade, consolidando a conquista democrática, com a conquista de melhoria em questões referentes a emprego, saúde, segurança, educação, produção, crescimento econômico etc, coadunando com os sentidos de POVO 4 e 5, ou seja, *“aqueles que têm consciência de suas necessidades e, por isso, escolheram pelas reformas estruturais necessárias”* e a *“parcela da população alijada de seus direitos sociais”*. Ademais, em seu discurso, criam-se dois níveis de hierarquia e controle, basicamente, quais sejam, o governo, que tem como papel principal a responsabilidade pelas questões sociais, e o presidente, cuja responsabilidade é fiscalizar o governo para que suas tarefas sejam cumpridas a contento. Nessa hierarquização, Fernando Henrique aparece como o responsável maior pelas mudanças que ocorrerão no Brasil, em parceria com *“os que votaram em FHC e o elegeram por ele possuir características que demonstram suas benesses”*, sentido presente em POVO 8.

Findos os cinco anos de seu primeiro mandato presidencial, FHC surge como candidato à reeleição presidencial. Fora no seu governo que a possibilidade de reeleição obteve aprovação nas esferas eleitorais mais altas, permitindo, assim que, ele se candidatasse novamente. Em novembro de 1998, Fernando Henrique Cardoso vence as eleições, assumindo novamente a presidência no dia 1º de janeiro de 1999.

3.8 A construção da imagem discursiva de FHC (1999)

A cerimônia de posse do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso adquire um significado diferente na política brasileira: pela primeira vez na história do país, um presidente é reeleito para dois mandatos seguidos, pelo voto popular após o fim do regime Militar, embora, entre os anos de 1930 e 1945, Getúlio Vargas tenha também sido reeleito ao cargo de presidente da República, pelo voto popular.

Fernando Henrique Cardoso vinha de um primeiro mandato com aprovação de grande parte da população brasileira, uma vez que promovera enormes transformações sociais e econômicas, levando grande parte da população a gozar de benefícios com que até então não haviam tido contato. Contando com esse apoio, FHC corrobora sua imagem daquele que produziu grandes mudanças sociais, e por isso fora novamente eleito presidente da república. Como parte de todo o ritual de posse presidencial, FHC inicia agradecendo àqueles que com seus votos “*sufragaram as ideias*” defendidas e as mudanças realizadas por ele.

Baseando-se em suas responsabilidades como presidente reeleito, FHC promove sua profissão de fé ao elencar as características que farão dele um bom presidente:

(FHC 1) Empenharei toda a minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação Brasileira.

(FHC 2) Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos quanto dos erros do meu primeiro mandato (CARDOSO, 1999, p. 392 *apud* BONFIM, 2004)

Vejamos o que FHC fala a respeito de si: primeiro, ele assevera ter a capacidade necessária e a dedicação que todos os brasileiros esperam dele; ou seja, efetiva-se como, de fato, a melhor escolha que o povo poderia ter feito, na continuidade de seu trabalho realizado no primeiro mandato. Embora ele exalte sua experiência adquirida no primeiro mandato, sua humildade permanece, a ponto de admitir que tem muito a aprender e que em seu primeiro mandato cometera erros. É como uma espécie de confissão pública de sua debilidade em alguns momentos de governo, uma admissão da incapacidade de ser perfeito na administração da coisa pública, embora seja capaz de corresponder às expectativas da nação.

Algo que é marcante no pronunciamento de posse de Fernando Henrique Cardoso é a tentativa de pertencimento a um lugar de dizer marcado pela serenidade e pela firmeza, respaldando-se no “*diálogo com a oposição*” (CARDOSO, 1999, p. 395 *apud* BONFIM, 2004). Além disso, FHC coloca-se como um governante sóbrio, que conhece os problemas que terá de enfrentar, de modo a promover um “*acerto de contas com o passado*”, de modo a reorganizar socialmente o país. Tal reorganização passa pela firme redemocratização, não só da política – algo que já vem sendo feito desde a reabertura, em 1984 –, mas igualmente da economia, da livre concorrência de mercado, promovendo um

crescimento econômico continuado. O seu modo de dizer caracteriza-o como um conhecedor da área econômica, uma vez que faz uso com precisão de termos específicos dessa área do conhecimento, bem como os argumentos de autoridade baseados em estatísticas, características de sua passagem pelo Ministério da Fazenda, no governo Itamar Franco.

Nesse ímpeto de liberalismo econômico e diálogo social, fundado na democracia, FHC procura criar para si uma imagem de presidente que está aberto ao diálogo, respeitando diversos pontos de vista, mesmo os que não se coadunam com os seus; podemos verificar isso nos excertos a seguir:

(FHC 3) Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.

(FHC 4) Alegro-me de que o diálogo com a oposição já se tenha iniciado. Sei que todos temos divergências em vários campos. Mas sei também que há temas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o país. (CARDOSO, 1999, p. 395 *apud* BONFIM, 2004)

Neste segundo mandato, Fernando Henrique busca promover sua identidade baseado no mandato anterior, de modo que os feitos anteriores tenham um efeito de sustentação das afirmações e promessas realizados na posse do seu segundo mandato, como o fato de que ele, o presidente, coloca-se junto a todos que fazem parte do governo para completar as reformas iniciadas em seu primeiro mandato. Da mesma forma que José Sarney, em seu pronunciamento de posse, FHC busca afastar de si a imagem de “gerente da crise”, ao se dirigir ao Congresso Nacional:

(FHC 5) Srs. Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros. (CARDOSO, 1999, p. *apud* BONFIM, 2002).

Nesse excerto, inicialmente, observamos uma relação interdiscursiva com o pronunciamento de José Sarney, em 1985, quando a temática é a crise econômica por que passa o país, como observamos no seguinte dizer de Sarney (1985, p. 333 *apud* BONFIM, 2004): “*O destino não me trouxe de tão longe para ser síndico da catástrofe.*”. Nesse

excerto, FHC coloca-se como “escolhido pelo povo para superá-la”, fazendo aparecer o sentido de POVO 3, ou seja, “*os que acreditaram nas promessas de campanha do governo e por isso o apoiaram*”, demonstrando uma construção da imagem de si como: capaz de promover uma economia estável; capaz de superar a crise; manter uma economia estável, aberta e competitiva, gerando empregos e promovendo um crescimento sustentável e sustentado pelas riquezas internas do país. Ele será o responsável por produzir uma “*melhor distribuição de riqueza entre os brasileiros*”, representados, aqui, por POVO 2: “*cidadãos pertencentes à classe média, que poderão voltar a fazer suas economias na poupança e seus investimentos em planos de renda*”; vale notar a presença do verbo “continuar”, que funciona como um gatilho pressuposicional, criando um efeito de sentido de que Fernando Henrique já era o responsável pela construção de uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Contudo, é interessante notarmos o efeito de sentido produzido ao enunciar que ele fora escolhido para superar a crise; considerando-se que se trata do seu segundo mandato, essa crise vem, então, como resquício do primeiro mandato que terminara recentemente; assim, estamos diante de uma possível contradição entre a “*trajetória de um crescimento sustentado*” e a crise que o acompanha desde o final de seu primeiro mandato.

Fernando Henrique Cardoso segue para o término de seu pronunciamento procurando criar para si a imagem daquele que fará pelo país, em todos os âmbitos, políticos, sociais, econômicos, promovendo a geração de emprego, a saída do Brasil da crise, a luta pela desigualdade, com a melhoria da educação pública, da saúde, da habitação, do saneamento básico e de algo que aflige milhões de brasileiros de longa data, a reforma agrária. É baseado nessas prioridades que FHC constrói sua imagem, como preocupado com todas as áreas sociais do país, buscando promover políticas públicas que possam melhorar os indicadores referentes ao progresso do país. Assim, ele finaliza uma apresentação de si reafirmando seu pertencimento à sua genealogia social e política, instaurando novamente sua legitimidade por um *saber-fazer*, baseado no desejo de se ter uma reforma social:

(FHC 6) Srs. Membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social em nosso país. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aulas como nas ruas (CARDOSO, 1999, p. 398-9 *apud* BONFIM, 2004)

Desse modo, sua legitimação por um *saber-fazer* especial atua diretamente na construção de sua identidade como presidente da República, criando para si uma imagem de sujeito detentor desse *saber-fazer* importantíssimo para dar continuidade aos projetos iniciados em seu primeiro mandato, especificamente, em relação àqueles cidadãos que são os responsáveis “*em segundo plano por seu credenciamento no poder*”, ou seja, o POVO 1, uma vez que insiste em sua imagem comprometida com o fazer, corroborado pelo enunciado com que termina suas promessas, “*Eu assim farei*”.

Fernando Henrique Cardoso mantém um uso não tão “pomposo” da linguagem como o fez Collor e José Sarney; contudo, estão presentes em seu pronunciamento modos de dizer caracterizados como pertencentes à norma-padrão culta da língua, como podemos verificar nos seguintes excertos, tanto em seu primeiro mandato quanto no segundo: “*Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real (...)*” (FHC, 1994), em que temos a inversão da oração subordinada e o uso do pronome oblíquo na posição de objeto, que na linguagem popular do dia a dia é realizado pelo uso do pronome reto “ele”; o uso do plural “nós”, no lugar da forma popular *a gente*, em enunciados como “*Também nós nos horrorizamos (...)*” (FHC, 1994); uso da ênclise, quando o uso comum pede a próclise, presente em “*Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro*” (FHC, 1999). Contudo, em sua fala, também há marcas linguísticas que se caracterizam por uma maior liberdade gramatical, como o uso do futuro composto, em “*Vou governar para todos*” (FHC, 1994); “*Vamos prosseguir com ela*” (FHC, 1999), que segundo as gramáticas normativas deve ser substituído pelo futuro simples.

Dessarte, Fernando Henrique Cardoso, em seu pronunciamento de posse do segundo mandato, busca sustentar sua imagem construída durante todo o primeiro governo, como sendo o de homem experiente, que prosseguirá na realização das mudanças necessárias para que a sociedade atinja seu potencial e se torne uma nação mais justa, de modo que ele – FHC – não fugirá de sua missão, que é a de coordenar as transformações políticas, sociais e históricas por que o Brasil tem de passar.

A seguir, passaremos a analisar um outro momento histórico no cenário político brasileiro: a ascensão à Presidência da República de um candidato marcado como pertencente ao povo, ao grupo dos trabalhadores. Assim, verificaremos em que medida haverá uma mudança na discursividade de construção da imagem de si naquele discurso.

3.9 A construção da imagem discursiva de Lula (2003)

Em 2003, é empossado o primeiro presidente eleito por voto popular vindo de uma origem humilde. Retirante nordestino, veio a São Paulo com a família, fugindo da fome que os assolavam no sertão árido, foi trabalhador nas indústrias do ABCD paulista, na década de 1970, quando se tornou líder sindical e se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), lutando pelos interesses dos trabalhadores. Lutou pelos direitos dos seus colegas, ao lado de grandes personalidades políticas, como Fernando Henrique Cardoso, seu antecessor no poder. Lula tentou chegar à presidência desde o processo de Reabertura Política, disputando suas primeiras eleições, em 1989, contra Fernando Collor, perdendo a disputa. Daquele momento em diante, Lula tentara sempre a presidência, chegando diversas vezes ao segundo turno, mas não logrando êxito na eleição; contudo, em 2002, disputando com o candidato da situação, José Serra, Lula chega à presidência da República.

Em seu pronunciamento podemos verificar que Lula se coloca como um grande potencial de mudança; uma mudança que significa tanto a instauração de um novo modo de governar, em oposição ao que se tinha tido até então, com representantes das elites brasileiras, como em níveis sociais, dando um caráter prático às mudanças que haviam sido prometidas, mas não tinham chegado a termo, não passando de promessas vazias. É tendo por base essa mudança que Lula se propõe a *“transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou (...)”*; é interessante notarmos que Lula, na esteira do que fez FHC (1994), atrela sua imagem àquela criada para seu auditório, como buscando mudanças para o país.

Embora tenhamos a presença da temática da “mudança” em ambos os pronunciamentos, essa mudança significa coisas distintas, na medida em que, se FHC (1999) se referia, em certa medida, aos *“cidadãos pertencentes à classe média, que poderão voltar a fazer suas economias na poupança e seus investimentos em planos de renda”* (POVO 2), Lula (2003) se refere, especialmente, aos *“mais necessitados economicamente, que sofriram sempre com os descompassos da economia”* (POVO 2). Dessarte, a mudança a ser promovida por Lula significa algo diferente daquela promovida por FHC, uma vez que o alvo dessas mudanças não é o mesmo em ambos os casos, o que produz uma imagem de Lula mais próxima daqueles designados como POVO 1, em seu

pronunciamento, quais sejam, *“a sociedade brasileira, que sofria com a precariedade da segurança pública, com o impasse econômico, social e moral”*. Por se colocar como parte daqueles que se caracterizam por serem menos favorecidos socialmente, inclusive por sua história de vida, sua entrada no cenário político nacional, Lula, neste primeiro mandato, sustenta sua imagem em dizeres cujas temáticas são: mudança social, reforma agrária, promoção do trabalho, combate à corrupção, reformas estruturais, cooperação internacional e segurança pública.

Começando pela mudança social, Lula propõe a criação do programa “Fome Zero”, a fim de promover a assistência alimentar a todos os que necessitam; isso faz parte do seu programa de governo lançado durante o período eleitoral, em que ele pretendia promover o fim da fome. É nesse sentido que ele se coloca como aquele que lutará para fazer justiça social, levando alimento *“para a mesa de todos nós”*; aqui, deparamo-nos com um “nós” inclusivo, ou seja, em que o presidente se coloca como parte daqueles para quem ele fala, rememorando sentidos de sua trajetória pessoal, de retirante nordestino que teve de lutar contra a fome. Aliás, essa temática aparecerá novamente, mas desta vez mais explícita, no seu pronunciamento por ocasião da posse em seu segundo mandato.

Lula, em boa parte de seu pronunciamento, busca reafirmar seu compromisso de cumprir as promessas realizadas durante a campanha de corrida presidencial, principalmente no que se refere à criação de possibilidade para os mais necessitados, tais como os *“que querem trabalhar e viver dignamente do fruto de seu trabalho”* (LULA, 2003, p.3). Nesse sentido, ele se coloca como o que promoverá benefícios aos que mais necessitam, à *“sociedade brasileira, que sofria com a precariedade da segurança pública, com o impasse econômico, social e moral”*, projetados no sentido de POVO 1, em seu pronunciamento, colocando-se como um homem obstinado em garantir aos *“que sofriram crueldades, discriminações e desigualdades”* (POVO 4) a oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Dessa feita, Lula (2003) apresenta algumas metas de seu governo, tais como:

criar empregos será a minha obsessão (...) dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. (...) superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais (LULA, 2003, p.3)

Temos, então, uma imagem discursiva eufórica de Lula, ou seja, ele se coloca como o que superará todas as dificuldades enfrentadas pelos mais necessitados, criando condições especiais para que haja o crescimento econômico, favorecendo socialmente aqueles que mais necessitam. Essa imagem faz trabalhar outras significações em seu dizer, como por exemplo, a imagem que se tinha de Getúlio Vargas, conhecido pela alcunha de “pai dos trabalhadores”. Essa imagem é corroborada pela intenção de realizar o pacto social em que, com o trabalho em equipe, haverá a adoção de um pacto de governo que possibilitará a participação popular; é Lula sustentando seu pertencimento original ao Partido dos Trabalhadores, lutando pelos interesses das classes necessitadas.

Outro ponto marcante na caracterização da imagem de Lula como novo presidente da República jaz na questão ética; como nos outros pronunciamentos analisados, Lula coloca-se como combatente fiel da corrupção, da sonegação e do desperdício, criando uma imagem de sujeito honesto, corroborando um dizer de que o povo é honesto, enquanto os políticos não o são. Assim, Lula cria sua *fides* por seu pertencimento ao povo, por sua origem humilde, como trabalhador. Entretanto, em meio a uma enorme caracterização sua como pertencente às classes populares, Lula produz um deslocamento nessa imagem ao asseverar seu pertencimento ao Congresso Nacional, no seguinte excerto de seu pronunciamento: “*Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.*” (LULA, 2003, p. 4); aqui, ele se coloca disposto a manter diálogo com o Congresso Nacional, sustentado em seu pertencimento àquela casa em anos anteriores, produzindo também um efeito de autoridade, uma vez que, diferentemente do que se tinha como dito acerca de sua capacidade política, Lula mostramos que ele possui um *saber-fazer* característico daqueles que ocupam os cargos políticos nacionais, e que fará o possível para mudar a situação dos mais necessitados.

Contudo, Lula não pode fundar seu discurso apenas em sua capacidade de prestar auxílio aos mais necessitados, uma vez que toda a nação espera dele o comportamento de um governante que tenha em mente o objetivo de governar para todos. Dessa feita, Lula procura construir uma imagem de si baseada no diálogo com as várias classes e organismos nacionais e internacionais, tais como a valorização das “*organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais*” (LULA, 2003, p. 6), bem como assevera que “*As resoluções do Conselho*

de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação.” (op. cit.); ora, isso mostra-nos uma imagem de presidente mais preocupado com o contexto global de seu governo, indicando uma melhor e maior compreensão do que seja governar um país com a dimensão do Brasil. Ademais, rechaça o sentido de ameaça presente no pronunciamento de Fernando Collor, por quem fora derrotado nas eleições de 1989; Lula não é mais a “ameaça vermelha”, mas sim aquele que terá *“com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo.(...)”* (LULA, 2003, p. 6), além do *“entendimento e a cooperação com a União Europeia e seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão.”* (op. cit.), procurando aprofundar *“as relações com as grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros”* (op. cit.).

Em seu pronunciamento, encontramos diversas referências ao “nós” e a esse termo com o aposto “brasileiros”; isso é um indicativo de que Lula se coloca como parte daqueles para quem fala, ou seja, *“aqueles que são alegres, que confiam em si mesmos porque conhecem sua força”* (POVO 3). Ao finalizar seu pronunciamento, Lula procura sustentar os sentidos produzidos para si em sua história de vida, assim, faz uma espécie de repetição dos dizeres que percorreram toda a sua campanha eleitoral, de forma resumida no seguinte excerto:

Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais. (LULA, 2003 *apud* BONFIM, 2004)

Podemos observar a trajetória de vida de Lula presente em seu pronunciamento; é a exaltação da metamorfose do discurso político, na fusão da esfera particular com a esfera pública, na exposição de fatos da vida do presidente que não seriam de interesse político, mas tornaram-se símbolos da determinação, da esperança, da luta e, acima de tudo, da vitória. É o modo como o presidente se apresenta para aqueles que, como ele, vieram de uma origem humilde e, embora sofridos, podem ter a esperança de que suas vidas podem mudar, assim como ocorrera com Lula; e, no que depender do governo, ou mais

especificamente, do presidente recém-empossado, a mudança ocorrerá, já que “*Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar*” (LULA, 2003, p. 1). E é nesse sentido que a mudança ocorrerá promovendo a soberania do país e o fim do sofrimento dos mais pobres, “*afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.*”. Na luta contra a corrupção, contra os desmandos que assolam o serviço público, Lula coloca-se não apenas como o “Supremo Mandatário” do país, mas, a serviço do povo, como “*o servidor público número um do país*”.

O triunfo de sua imagem como de origem humilde, que estará a serviço do povo, se dá no parágrafo final de seu pronunciamento; assim, Lula termina seu discurso de posse da seguinte maneira:

(...) Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro! (LULA, 2003, p. 8)

O excerto acima nos permite verificar uma construção imaginária de Lula ligada, de alguma maneira, à religiosidade, no momento em que ele pede a Deus algo que lhe será necessário em seu exercício presidencial, ou seja, características importantes a um presidente, quais sejam, *sabedoria, discernimento e coragem*. Não obstante, ele também faz uso da metáfora do *coração*, a fim de mostrar sua ligação afetiva, de solidariedade para com os que “*sofriam sempre*”, “*os que sofrem com crueldades, discriminações e desigualdades*”, sentidos presentes em POVO 2 e POVO 4, respectivamente. Dessarte, Lula também mostra ter conhecimento sobre seus deveres enquanto presidente da República, colocando-se no papel de quem terá de *governar, julgar, administrar e decidir* pelo e para o povo, na tentativa de construir um país mais justo e democrático, e cumprir a missão para a qual fora eleito pela grande maioria dos brasileiros.

No que se refere ao uso linguístico, Lula não se utiliza de um vocabulário rebuscado, nem de construções sintáticas estranhas ao uso cotidiano, uma vez que, ao se identificar a uma origem humilde, à grande maioria do povo, precisa manter seu pertencimento não só pelo que diz, mas também pela forma como o faz, muito embora,

tenha havido, desde sua primeira aparição como candidato à presidência da República, todo um esforço na mudança tanto de sua aparência física, quanto de sua imagem produzida tendo como parâmetros os usos linguísticos. Em seu pronunciamento, podemos até encontrar alguns recursos linguísticos, tomados como *defeitos de linguagem*, para os paladinos da boa oratória, como, por exemplo, presença de a assonância, em “(...) *caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos (...)*” (LULA, 2003, p. 1); paralelismos sintáticos, de modo a facilitar a compreensão dos enunciados, como em “(...) *porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.*” (LULA, 2003, p. 2), mas o que predomina é uma linguagem de fácil acesso a todos, especialmente ao povo. Não obstante, também encontramos enunciados que se distanciam do uso padrão da população brasileira, em especial no que se refere às relativas, como podemos verificar no enunciado seguinte: “*Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional.*” (LULA, 2003, p. 4), em que, segundo o padrão linguístico vigente no Brasil, no uso popular, teríamos a omissão da preposição *em*, produzindo-se, então, uma relativa cortadora, como nos mostra Bagno (2005, p. 185),

Existem, no panorama linguístico brasileiro, três gramáticas da relativização no que diz respeito a objetos indiretos, adjuntos adnominais e complementos nominais, e que podem ser assim exemplificadas:

- (1) Esse é um livro *de que* eu gosto muito.
- (2) Esse é um livro *que* eu gosto muito *dele*.
- (3) Esse é um livro *Ø* que eu gosto muito *dele*.

Segundo uma terminologia já bastante divulgada, tem-se em (1) uma *relativa padrão*; em (2) uma *relativa copiadora*, e em (3) uma *relativa cortadora*.

A norma padrão de uso da Língua Portuguesa, no Brasil, ainda exige que a preposição anteceda o pronome relativo nos casos em que ela apareceria na sentença encaixada. Entretanto, a estratégia de relativização na língua portuguesa falada no Brasil obedece ao dois princípios acima elencados por Bagno (*op. cit.*), quais sejam: i) uma relativa sem a presença de preposição que deveria estar lá, caracterizando a *relativa cortadora*; ii) uma relativa que reduplica o termo relativizado, caracterizando a *relativa copiadora*. Isso nos mostra que Lula se coloca num lugar de respeito para com o uso padrão da língua portuguesa, possivelmente como uma forma de sustentar seu *savoir-faire* em uma legitimidade linguística, que corresponda a um indicativo de seu conhecimento.

Longe de o afastar do povo, tal uso linguístico produz um efeito de capacidade para ocupar o lugar de presidente da República e promover o auxílio aos mais necessitados.

Após instaurar-se como governo de mudança, desestabilizando uma ordem do discurso político instaurada desde a Reabertura Política, Lula vence a disputa presidencial, ao concorrer novamente à presidência. A seguir, nos deteremos um pouco mais no pronunciamento de posse de seu segundo mandato, em 2007, a fim de verificarmos de que modo se constrói sua imagem naquele discurso.

3.10 A construção da imagem discursiva de Lula (2007)

Findos quatro anos da eleição do primeiro presidente brasileiro de origem sindical, Luiz Inácio Lula da Silva concorre novamente à presidência da República. Após grande corrida presidencial, no dia 1º de janeiro de 2007, Lula sobe novamente a rampa do Palácio do Planalto para ver cingir-lhe o ombro a faixa presidencial. É a manutenção de uma ordem instaurada cinco anos antes de um representante genuinamente de origem popular comandando o Brasil e promovendo uma reorganização econômica, política e social que há tanto o país esperava.

A imagem de sujeito oriundo de uma classe social desfavorecida, que teve de lutar contra as mazelas sociais, utilizada em seu pronunciamento de posse do primeiro mandato volta a aparecer; dessa forma, uma primeira imagem que Lula faz de si na posse de seu segundo mandato é marcada como a de

um homem nascido na pobreza, que teve que derrotar o risco crônico da morte na infância e vencer, depois, a desesperança na idade adulta, chegava, pela disputa democrática, ao mais alto posto da República. Pela primeira vez, a longa jornada de um retirante, que começara, como a de milhões de nordestinos, em cima de um pau-de-arara, terminava, como expressão de um projeto coletivo, na rampa do Planalto (LULA, 2007, p. 1)

Lula novamente utiliza-se da narração de um acontecimento na esfera pessoal para sustentar sua imagem pública, como sendo aquele que superou as adversidades da vida, e agora ocupa o “*mais alto posto da República*” (LULA, 2007, p. 1), respondendo ao pedido de “*mudança – que esteve reprimida por décadas, séculos*” (LULA, 2007, p. 8); comparativamente ao governo anterior, Lula procura mostrar que as mudanças ocorreram

não somente na esfera social, tão queridas pela população, mas também na pessoal, embora algo ainda permaneça do que se tinha em seu primeiro mandato:

Sou igual quando volto a conjugar, nas suas formas mais afirmativas, o verbo mudar, como fiz aqui quatro anos atrás. Mas sou diferente, pois, sem renegar a paciência e a persistência que aqui também preguei, quero hoje pedir, com toda ênfase, pressa, ousadia, coragem e criatividade para abrir novos caminhos. (LULA, 2007, p. 1)

Há uma dissensão entre o mesmo e o diferente, entre o Lula que assumiu a presidência em 2003 e o que a assumiu em 2007, haja vista as necessidades encontradas por ele em cada período. De toda forma, a imagem que é produzida em seu pronunciamento é a de um presidente focado nas mudanças sociais e na necessidade de sua continuidade, ou seja, dando prosseguimento à “*distribuição de renda, no acesso à educação, à saúde e à moradia.*” (LULA, 2007, p. 2); contudo, Lula não se coloca na posição de tranquilidade, por já ter promovido as mudanças necessárias durante seu primeiro governo e, agora, lhe bastasse apenas “colher os louros da vitória”; ao contrário, ele se coloca num posição consciente sobre o muito que já fizeram e a necessidade que há de ser realizado muito mais. Lula, então, produz para si uma imagem de produtivo, daquele que faz, que promove mudanças, como observamos nos enunciados abaixo:

Criamos mais de 100 mil empregos por mês com carteira assinada, sem falar das ocupações informais e daquelas geradas pela agricultura familiar, totalizando mais de 7 milhões de novos postos de trabalhos. (LULA, 2007, p. 2)

(...) vamos também ampliar a renovação tecnológica do ensino, informatizando todas as escolas públicas. (LULA, 2007, p. 6)

O que distribuímos – e mais do que isso: socializamos – foi cidadania. (LULA, 2007, p. 8)

Lula aposta nas benfeitorias realizadas em seu primeiro mandato para assegurar-lhe credibilidade para seu segundo mandato. Vejamos que, diferentemente dos outros candidatos, que sustentam sua imagem em uma legitimidade por filiação, Lula não o faz e, quando aparentemente se propõe a fazê-lo, é de modo inverso. Expliquemo-nos: enquanto Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso tentam sustentar sua legitimidade de *saber-fazer* e *poder-fazer* em sua origem em famílias com tradição política, assumindo uma posição de destaque, com conhecimentos que os permitam proceder de tal maneira, Lula

baseia sua argumentação nas necessidades por que passou, quando retirante nordestino e na época em que trabalhou como vendedor de amendoim e laranja, no cais de Santos, ou de torneiro mecânico, no ABC paulista. Embora ligado a essa imagem de sujeito de origem sofrida, que teve de batalhar para chegar aonde chegou, Lula procura investir não só na geração de empregos no setor primário, como a agricultura, mas também nos setores que apresentam maior crescimento mundial, o de tecnologia; além disso, ele se mostra preocupado com a qualidade do ensino público, vendo-o como uma forma de promover a cidadania às pessoas. É um deslocamento de sua imagem produzida por discursos outros, que ainda circulam na sociedade entre os mais conservadores, vinculada ao despreparo escolar, como não tendo frequentado o ensino superior, para um dizer seu que mostre a preocupação com a educação e a possibilidade de que todas as pessoas tenha acesso a ela. Isso fica marcado não apenas no seu pronunciamento de posse, mas também nas suas ações sociais de promoção da inserção das classes menos favorecidas à universidade.

Lula busca construir sua imagem não só relacionada à ajuda aos mais necessitados, mas também pensando no contexto mundial de produção e desenvolvimento da nação. É nesse sentido que ele se coloca disposto a

(...) realinhar prioridades; otimizar recursos; aumentar fontes de financiamento; expandir projetos de infra-estrutura, aperfeiçoar o marco jurídico; e ampliar o diálogo sistemático com as instituições de controle e fiscalização para garantir a transparência dos projetos e agilizar sua execução (LULA, 2007, p. 4)

É interessante notar, igualmente, que as construções linguísticas presentes no seu pronunciamento de posse em 2007 possuem um caráter mais formal, com o uso de modos de dizer específicos do campo político, tais como “*realignar prioridades, otimizar recursos*”, o que cria para Lula um *saber-fazer* peculiar para uma pessoa de origem humilde, que não teve acesso à educação formal, a não ser aquela como torneiro mecânico. Isso é vestígio da construção de uma sua imagem como competente, sendo capaz de dominar os termos usados nos diversos campos de saber da sociedade. Além dessas formas, a presença de enunciações mais formais como “*Fui reconduzido à Presidência da República*”, “*Reitero que a educação de qualidade será prioridade de meu governo*”, uso dos verbos “reconduzir” e “reiterar”, marcando seu pertencimento a um lugar de dizer caracterizado por um amplo conhecimento vocabular; “*Sei que, a partir de hoje, cabe-me corrigir o que deve ser corrigido*”, o uso da ênclise, quando o que se tem de comum é a

preferência à próclise; “*O desafio é grande, porém maior é minha disposição de vencê-lo*”, uso de uma conjunção marcada estilisticamente no lugar de uma popular, como o “mas”. Todas essas evidências produzem um sentido de mudança na configuração da imagem do presidente da República, desde sua primeira candidatura, incluindo a eleição em 2003, e, agora, sua reeleição.

Lula termina seu pronunciamento de posse, de seu segundo mandato, pedindo por união, pela presença sadia da oposição em seu governo, mostrando que governará não apenas para aqueles que foram os responsáveis por sua reeleição, mas pensando no bem coletivo da nação. Ao terminar, ele agradece a Deus e, numa tentativa de reproduzir uma construção de um texto que circulou na sociedade, em forma de prece, ele mostra que também passou por duras transformações durante todo o processo eleitoral que disputara, bem como o período em que esteve na presidência da República. Observemos os seguintes recortes:

Neste dia inaugural de meu novo mandato, não peço a ninguém que abandone suas convicções. Não desejo que a oposição deixe de cumprir o papel que dela esperam os que por ela livremente optaram. Quero pedir-lhes, apenas, que olhemos mais para o que nos une do que para o que nos separa. Que concentremos o debate nos grandes desafios colocados para o nosso país e para o mundo. Que estejamos à altura do que necessita e deseja o nosso povo.

Só assim poderemos estar todos a serviço deste país que tanto amamos. Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.

Minhas senhoras e meu senhores

Reconheço que Deus tem sido generoso comigo. Mais do que mereço. Eu pedi forças... e Deus me deu dificuldades para fazer-me forte; Eu pedi sabedoria... e Deus me deu problemas para resolver; Eu pedi prosperidade... e Deus me deu cérebro e músculos para trabalhar; Eu pedi amor... e Deus me deu pessoas com dificuldades para ajudar; Eu pedi dádivas... e Deus me deu oportunidades; Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava. (LULA, 2007, pp. 8-9)

Nessa sequência discursiva de enunciados com que Lula termina seu pronunciamento de posse, podemos observar o encadeamento de uma sequência de argumentos que corroboram sua imagem de presidente que estará à disposição para continuar seu trabalho iniciado no primeiro mandato, tais como: “*Eu, de minha parte, governarei para todos, sem olhar para cor, credo, opção ideológica ou partidária. Mais que nunca, sou um homem de uma só causa. E esta causa se chama Brasil.*” (*op. cit.*), de forma a continuar promovendo mudanças e estabilizar as que já aconteceram, sendo seu

foco principal a preocupação com as mudanças que estavam reprimidas por séculos na sociedade brasileira. Assim, Lula coloca-se como o presidente promotor das mudanças sociais.

3.11 A construção da imagem discursiva de Dilma Rousseff (2011)

Passamos, agora, à análise do pronunciamento de Dilma Rousseff, ocorrido em janeiro de 2011. Dilma é caracterizada por ser a primeira mulher a assumir a presidência da República, desde sua instauração, em 1889. Sendo assim, há uma mudança na ordem dos dizeres acerca da presidência, cargo ocupado até então apenas por homens; Dilma situa-se numa posição de metamorfose dessas discursividades, seguindo Lula, o primeiro presidente vindo de origem trabalhadora. Essas suas características aparecem em seu discurso de posse, produzindo efeitos de sentido que a colocam como instaurando uma nova ordem do discurso, reverberando na imagem que ela faz de si em seu pronunciamento.

Logo no primeiro parágrafo de seu pronunciamento, Dilma externa sua honra em alcançar o mais alto posto que uma pessoa pode ocupar – a presidência da República. Nesse momento, ela passa a elencar já as características que ela possui e que serão necessárias e úteis para o bom desempenho no cargo; a força que ela possui por ter lutado e sofrido durante o regime militar, bem como o exemplo do que é ser uma mulher brasileira estão presentes em seu discurso, auxiliando a produzir para si uma imagem de mulher forte e guerreira. Essas características que ela possui a ajudarão a *“abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”* (ROUSSEFF, 2011, p. 1). Observamos que ela produz um modo de enunciar que busca colocá-la, de alguma forma, como representando todas as mulheres do país, em um ato simbólico de “abertura” de possibilidades para todas as outras.

É com esse intuito de “representar” todas as mulheres, que Dilma promove a tentativa de um deslocamento na memória de dizeres que sustentam sua imagem, aquela que a coloca como presa política, ex-ministra do governo Lula, etc. Seu objetivo é promover uma homogeneização de sua imagem com a de todas as mulheres do Brasil, de modo que ela procura honrar a “classe”, uma espécie de representante “feminista” que

agora alcança o poder. Contudo, sustentar sua imagem apenas colocando-se como a que lutará pelos direitos das mulheres pode produzir um efeito contrário, separatista, em vez de homogeneizador; dessarte, ela reitera seu compromisso de “*honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos*” (ROUSSEFF, 2011, p. 1), em que podemos observar uma enumeração dos objetivos a serem atingidos, aparecendo o tema das mulheres como prioridade; em sequência, os mais fracos, uma possível referência aos mais necessitados, o núcleo duro do governo petista; nesse encadeamento, Dilma finaliza referindo-se a *todos*, promovendo, assim, a homogeneização daqueles que serão atingidos por suas obras, o alvo de seu compromisso social, mostrando que, embora tenha um compromisso sério para com *as mulheres*, seu governo, como o de Lula, será um governo geral, sem privilégios de determinadas classes, ao gosto do que prega o slogan nas propagandas televisivas, “*Brasil, um país de todos*”.

Não podemos nos esquecer de que Dilma vem como uma aposta na continuidade do governo de Lula; contudo, durante todo o processo eleitoral, Dilma passa por algumas transformações, tanto visuais, quanto em sua retórica, de modo a assemelhar-se mais com o ex-presidente, na tentativa de se desvincular de uma imagem que ela tinha de mulher durona e sem o carisma apresentado por Lula. Não obstante, em uma época na qual não só o verbo importa, mas também a imagem, Dilma passa por uma série de transformações, desde o corte de cabelo até o estilo de roupa que usa, buscando colocar-se como a possível candidata à presidência. É necessário que ela fixe na memória dos eleitores, da população, como pertencente ao mesmo partido do presidente tão amado, que conquistou o voto de tantos brasileiros. Em seu pronunciamento de posse, esse processo de fixação é retomado por várias referências aos feitos do ex-presidente, como

(D1) Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes

(D2) Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva!

(D3) Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Lula, com quem tive a mais vigorosa experiência política da minha vida e o privilégio de servir ao País a seu lado nesses últimos anos. (ROUSSEFF, 2011, p. 1)

Por meio de uma linguagem direta, sem uso de construções rebuscadas, léxico de fácil acesso à população, Dilma se coloca como a que não esfacelará a ideologia do governo, mas dará continuidade aos processos instaurados pelo ex-presidente, de quem

aprendeu muito. Lula, para ela, é um exemplo a ser seguido e um “professor” com quem aprendeu como gerir uma nação como o Brasil; por isso, uma boa forma de lhe agradecer pelo aprendizado seria “*ampliar e avançar as conquistas do seu Governo*” (ROUSSEFF, 2011). Após prestar suas homenagens a Lula, ela começa a render algumas palavras para José Alencar, vice de Lula, que havia falecido recentemente. Dilma age como em uma profissão de fé, uma espécie de confissão na qual deve render os elogios e agradecimentos àqueles que lhe promoveram algum tipo de conhecimento que lhe será útil nessa sua nova fase.

Embora Dilma Rousseff tenha tido uma boa formação superior, cursando economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possuindo assim um *saber-fazer* que lhe possibilitou assumir o Ministério de Minas e Energia durante o governo Lula, ela produz em seu pronunciamento um efeito de “humildade”, na medida em que se coloca como aprendiz de grandes políticos, como Lula e José Alencar; talvez por fazer parte de um partido que ligava sua imagem aos mais pobres, aos mais necessitados, ela tivesse a necessidade de se colocar dessa maneira em seu pronunciamento. No limite, poderíamos verificar uma consonância entre o sentido de POVO 1, presente em seu pronunciamento, como sendo “*os que fizeram a travessia para uma mudança social e econômica auxiliados e liderados pelo ex-presidente Lula*”, e sua caracterização como presidenta eleita após ter passado “*a mais vigorosa experiência política*” (DILMA, 2011, p. 1), de modo que ela também tenha realizado uma espécie de “travessia”, que teve como líder, Lula. Até o momento em que Dilma está nos agradecimentos e mostrando suas raízes, ligando-as ao ex-presidente Lula, observamos uma enunciação em primeira pessoa do singular, como uma espécie de confissão, como asseveramos mais acima, uma forma de respeito a Lula e reconhecimento do papel dele para a sua formação política, até chegar à presidência; contudo, ao iniciar suas declarações sobre aspectos concernentes especificamente ao país, Dilma passa a enunciar em primeira pessoa do plural, uma forma de incluir aquele que fora o responsável por sua “passagem” em seus feitos. Essa movimentação enunciativa é indício de que há uma transformação nos efeitos de sentido produzidos em seu pronunciamento, que culminará com a pertença de sua imagem à do governo Lula. Observemos os enunciados a seguir:

(D4) Vivemos um dos melhores períodos da vida nacional. Milhões de empregos estão sendo criados. Nossa taxa de crescimento mais que dobrou. Encerramos um longo período de dependência do Fundo Monetário Internacional, ao mesmo tempo em que superamos a nossa

dívida externa. Reduzimos sobretudo a nossa dívida social, a nossa histórica dívida social, resgatando milhões de brasileiros da tragédia da miséria e ajudando outros milhões a alcançarem a classe média. (ROUSSEFF, 2011, p. 2)

Evidentemente, esse “nós” não se refere apenas a ela, presidenta recém-empossada, mas ao governo anterior, do qual ela fez parte por um longo período, e com o qual coaduna suas ideias. É essa insistente tentativa de pertencimento ao governo anterior, não apenas como tendo feito parte do corpo ministerial, mas também como suposta garantia de continuidade de pensamento que vai marcar o pronunciamento de posse de Dilma. Contudo, não é suficiente parar nas conquistas anteriores; a presidente afirma que “*é preciso sempre querer mais, descobrir mais, inovar nos caminhos e buscar sempre novas soluções.*” (ROUSSEFF, 2011, p. 2); é assim que ela coloca para si a necessidade de “*provar aos que ainda lutam para sair da miséria que eles podem, com a ajuda do Governo e de toda a sociedade, mudar de vida e de patamar*”(*op. cit.*). Então, é novamente o governo que será o auxiliador, que ajudará a garantir a mudança para aqueles que ainda lutam contra a miséria; e Dilma, como fazendo parte do governo e vindo para “*dar continuidade ao maior processo de afirmação que este país já viveu nos tempos recentes*” (ROUSSEFF, 2011, p. 1), também será a responsável pela continuidade do progresso social.

A sua ligação com as necessidades sociais do país e seu comprometimento com elas podem ser apreciados em sequências como:

(D5) Queridos brasileiros e brasileiras, a luta mais obstinada do meu Governo será pela erradicação da pobreza extrema e pela criação de oportunidades para todos!

(D6) (...) Não vou descansar enquanto houver brasileiro sem alimento na mesa, enquanto houver famílias no desalento das ruas, enquanto houver crianças pobres abandonadas à própria sorte!(ROUSSEFF, 2011, p. 3)

Novamente, Dilma procura construir sua imagem baseada em fatores sociais e na resolução dos problemas que afligem a população mais pobre do país. Podemos perceber, na sequência D6, uma relação interdiscursiva entre Dilma e Lula, quando este asseverou que “*Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha*” (LULA, 2007), enunciado que serve, de algum modo, como um efeito de sustentação da continuidade do governo Lula no

governo Dilma. É na luta incansável de oportunidades para todos que Dilma vê a possibilidade de acabar com a pobreza e com a fome enfrentada pelos milhares de brasileiros e brasileiras, o que possibilitará a ela, também, promover o congoçamento da instituição familiar.

Para lograr êxito em todas essas tarefas, Dilma procura obter o apoio de instituições pública, privadas, das classes empresariais, dos trabalhadores, das universidades, dos jovens, da imprensa, de um modo geral, de toda a população, como aparece na formulação sobre o comprometimento de toda a população:

Essa não é tarefa isolada de um Governo, mas um compromisso a ser abraçado por toda a nossa sociedade. Para isso, peço com humildade o apoio das instituições públicas e privadas, de todos os partidos, das entidades empresariais e dos trabalhadores, das universidades, da juventude, de toda a imprensa e das pessoas de bem. (ROUSSEFF, 2011, p. 3)

Isso sustenta nossa hipótese de que, embora crie-se uma imagem de sujeito capaz, por ter aprendido com grandes personalidades da política nacional, ela se apresenta de uma forma humilde, contando com a colaboração de todos. Insistimos, aqui, que tal procedimento pode estar relacionado à necessidade de pertencimento ao Partido dos Trabalhadores, marcado por conter pessoas de origem mais humilde, que luta com humildade para enfrentar seus problemas.

Não obstante isso, Dilma faz uso de um léxico não tão popular, marcado por construções que estão devidamente de acordo com o prescrito pela norma culta, o que faz, em alguma medida, criar-se um contraponto entre a imagem humilde que ela pretende produzir sobre si, com aquela de quem detém todo um saber gramatical, digno dos que tiveram acesso à boa educação; aliás, a sua caracterização baseada em suas origens ou em seu *curriculum vitae* não faz parte de seu pronunciamento, como o fez nos demais pronunciamentos analisados.

A insistência é, assim, no reforço dos objetivos que ela mantém com a população brasileira, como promotora do crescimento nacional, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e promotora da distribuição de moradias, a fim de que todos tenham acesso à casa própria, pelo Programa Minha Casa, Minha Vida; entretanto, tais programas foram criados ainda durante o governo Lula, mostrando que

Dilma utiliza-se das promoções sociais promovidas naquele período como meio de sustentar os possíveis beneficiamentos por ela trazidos à nação.

A fim de sustentar sua imagem de “próxima ao povo”, no sentido de mostrar sua preocupação para com os mais necessitados, Dilma acaba por produzir enunciações em que fica claro um modo de dizer “maternalista”, mais amistoso, como presente nos enunciados “*Queridas brasileiras e queridos brasileiros (...)*” e “*Meus queridos brasileiros e brasileiras (...)*”; aqui, o que temos é o distanciamento da posição de governante do país para se colocar como companheira, como amiga do interlocutor, o que produz para Dilma uma imagem mais suave, mais tranquila, distante daquela de mulher que foi presa durante o período de repressão militar, que enfrentou a tortura e teve de sobreviver, criando uma filha sozinha; traz-se para a vida pública aspectos inerentes à vida privada, tornando suave o limite que separa ambos os lados.

Em relação ao pertencimento a um determinado lugar de dizer, Dilma o marca distinta e claramente, de modo que sua imagem como presidenta fique ligada ao trabalhador, àqueles que necessitam, independentemente do lugar em que estão no país; assim, ela cria uma imagem de presidenta presente em todos os momentos e lugares em que dela se necessitar, seja “*na solidão amazônica, no seminário nordestino e em todos os seus rincões, na imensidão do Cerrado, na vastidão dos Pampas.*”(ROUSSEFF, 2011, p. 7). É a instauração de um lugar que lhe dá controle total sobre o Brasil e os brasileiros, mas esse controle não significa cerceamento das liberdades individuais; ao contrário, Dilma coloca-se o compromisso inegociável com “*(...) a garantia plena das liberdades individuais, da liberdade de culto e de religião, da liberdade de imprensa e de opinião.*” (*op. cit.*).

A imagem de Dilma como conciliadora também aparece em seu pronunciamento, uma vez que ela não governará apenas para determinado partido ou grupo social, mas procura promover o consenso entre os diferentes, de modo que não haja, de forma alguma, “*discriminação, privilégios ou compadrio*”(ROUSSEFF, 2011); aqui, ela sustenta sua imagem em discursos outros cuja temática é a corrupção e o apadrinhamento político, que promovem benefícios indevidos a determinadas parcelas da população, o que ela corrobora ao asseverar que é “*a Presidenta de todos os brasileiros (...)*”.

Uma questão que marca a identidade de Dilma Rousseff, e merece nossa atenção, é a marcação de gênero no sintagma nominal “presidente”; embora alguns dicionários

trouxessem a forma feminina como válida, tal forma raras vezes aparecia, uma vez que, no país, nenhuma mulher ocupara tal posto antes. Além disso, em diversas formulações, podemos observar a predominância da ocorrência do feminino anteriormente ao masculino, como, por exemplo, “*Queridas brasileiras*”, que ocorre sete vezes em seu pronunciamento, em comparação a “*Queridos brasileiros e queridas brasileiras*”, aparecendo apenas duas vezes.

Nesse sentido, Dilma marca sua posição de dizer não apenas socialmente, em relação a determinada parcela da população, nem politicamente, em adesão à ideologia do Partido dos Trabalhadores, mas também em relação à sua afirmação como mulher, em uma sociedade que esconde o machismo existente, tanto quanto na política, dominada principalmente por figuras masculinas, fazendo ressoar um adágio que afirma serem os homens os mais aptos às coisas públicas, enquanto às mulheres caberiam os afazeres relacionados ao lar e à família. Dessa feita, poderíamos aventar a hipótese de que Dilma passa a enunciar com formas mais breves, diretas, sem a presença de circunlóquios, buscando criar para si a imagem de mulher responsável, competente, rígida, que governará o país com rédeas curtas, desconstruindo para si uma imagem frágil, de quem não terá opinião própria, mas ficará à mercê das decisões impostas pelas figuras masculinas do partido e do governo.

Por isso, embora Dilma necessite se firmar como mulher, colocando-se como prioridades, também, as necessidades que são de todas, ela necessita promover uma imagem de si de governante inflexível, rígida, que saberá que caminhos seguir na condução do país para a continuidade do processo que começou no governo de Lula e, agora, tem o seu governo como ponto de sustentação e consolidação, por ter “*capacidade empreendedora*”, o que aproxima sua imagem ao sentido de POVO 2, isto é, “*os que têm capacidade empreendedora, constituídos por grandes e pequenos*”.

Neste capítulo, procuramos compreender de que modo se construíram as imagens discursivas de cada presidente, desde Tancredo Neves até Dilma Rousseff, em seus pronunciamentos de posse, em relação aos sentidos de “povo” que cada um construiu em seus pronunciamentos. Verificamos, assim, que há uma relação estreita entre a imagem que os presidentes fazem de si e a imagem que têm do “povo”, de modo a ora se colocarem como auxiliares do “povo”, por serem superiores a ele, ora como intermediadores entre o “povo” e seus direitos básicos, por compreenderem as necessidades do “povo”, uma vez

que se colocam nesse lugar social de dizer. Dessa feita, podemos observar melhor de onde fala esse sujeito que ocupa o lugar social de presidente da República e sua relação com aquele em nome de quem deveria governar. Com o passar dos anos, e o auge da democracia no Brasil, o povo atinge uma maior e mais efetiva participação política, sendo representado por candidatos que procuravam atingir o objetivo de auxiliar tal parcela da população, promovendo sua “passagem” de condições sociais ruins a melhorias pelas quais o povo tanto esperava.

À guisa de conclusão

Ao iniciarmos este trabalho, nosso objetivo principal era compreender quais sentidos de “povo” estavam presentes nos pronunciamentos presidenciais de posse e sua relação com as imagens que cada presidente produzia de si em seus discursos, numa tentativa de compreender uma possível relação entre o processo de redemocratização no Brasil e a presença do povo nos pronunciamentos presidenciais de posse. Dessa feita, fomos levados a esse questionamento por um já-dito acerca do que se entendia por democracia, em sentido amplo, o governo do povo, mas também por uma discussão que já perdura há algum tempo sobre o fato de termos, realmente em nossa sociedade, a presença de um governo democrático, que buscasse promover melhorias gerais à nação.

Considerando-se que nosso *corpus* é formado por pronunciamentos dos presidentes desde a reabertura política, em 1985, até os dias atuais, em que vivemos o auge da democracia, pudemos aventar a hipótese de que, durante esses nove governos, havendo reeleição em dois momentos, quais sejam, a de um governante tido como liberal, Fernando Henrique Cardoso, e a de um que se caracterizava por ser de origem humilde, ter vindo do povo e sempre lutado pelos direitos dos trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, procuramos analisar de que forma o povo estava presente nos pronunciamentos de posse e o que significavam nesses discursos. Pelas análises, pudemos verificar que o *povo* é caracterizado, inicialmente, quando da efetiva reabertura política, em 1985, no pronunciamento de Tancredo Neves, em relação à sua situação político-econômica-social,

sendo considerado como “*os mais carentes das necessidades básicas, que precisam ser auxiliados pelas pessoas mais aptas e afortunadas*”; e, após o longo processo de reabertura, que culminou com o auge da democracia, com que o país vive hoje, no pronunciamento de posse do primeiro presidente de origem popular, Lula (2003), temos o povo como “*os que são mais necessitados, mas confiantes e que têm força*”. Num período de quase 20 anos, vemos o sentido de povo deslizando de “*mais carentes*” para “*confiantes e que têm força*”, mostrando-nos uma caracterização do povo diferente em alguns momentos desse período de estabilização da democracia no país, uma vez que ainda há parcelas da população carentes, necessitadas do auxílio do governo. Nos pronunciamentos de Lula (2003, 2007) e de Dilma (2011), a referência ao povo é mais frequente, o que pode corroborar a hipótese de que, por serem tidos como candidatos e presidentes eleitos pela classe trabalhadora, pelo povo, eles marcam em seus pronunciamentos essa posição pela maior frequência da palavra “povo”.

Em Sarney, o *povo* é caracterizado euforicamente com atributos relativos a seu caráter e dedicação para o crescimento nacional, sendo ele, o povo, o verdadeiro agente das transformações político-sociais por que o país deveria passar naquele momento; assim sendo, Sarney produz para si uma imagem de homem simples, de origem humilde, mas que possui um saber-fazer e um caráter responsável, o que o levará a realizar boas ações para o país. Além desse sentido metonímico para povo, em seu pronunciamento *povo* também faz referência a um território que goza de autonomia política e econômica em relação ao cenário mundial.

Fernando Collor, em seu pronunciamento de posse, apresenta para *povo* apenas o sentido de *parcela da população alijada de seus direitos políticos*, em um pronunciamento cujo início é marcadamente autorreferente, ou seja, o enunciador preocupa-se demasiadamente em realizar uma auto-promoção, como justificativa de sua escolha para ocupar tal cargo público. Por isso, Collor cria para si uma imagem de sujeito competente, honroso para com seus deveres e capaz de realizar as atribuições que lhes foram atribuídas.

Em seu breve pronunciamento de posse, Itamar Franco nos mostra um sentido de povo relacionado ao movimento de impeachment de Fernando Collor, significando-os como *os que foram às ruas lutar contra a corrupção*, por serem *pessoas corretas, que servem o país*, e são *solidários*. Contudo, também há a presença de uma caracterização do

povo como o que são desprovidos de alimento, esperança e saúde. Por ter sido um vice-presidente que chega ao poder pelo impeachment sofrido por Collor, Itamar vincula sua imagem à da instituição, ou seja, ligada ao governo, como promotor da homogeneidade social.

Nos pronunciamentos de Fernando Henrique Cardoso (1994, 1999), o povo é caracterizado da mesma forma como o fizera Collor, isto é, como trabalhadores que são alijados dos direitos sociais; além desse sentido, aparece *povo* como o conjunto da população que habita um território, a nação, aqueles que o apoiaram. Em seu segundo mandato, há um deslize que mostra que os que o apoiaram são os cidadãos pertencentes à classe média, que terão seus direitos financeiros restituídos por terem-no apoiado. As imagens de si que FHC cria em seus pronunciamentos estão relacionadas à luta pela reabertura econômica, colocando-se como liberal, mas humilde, e responsável pelas mudanças por que o Brasil passará em seu governo. Além disso, ele se coloca como capaz, sereno e firme no diálogo social.

Luiz Inácio Lula da Silva, em seu pronunciamento de posse de 2003, apresenta o povo como sendo composto pelos que são mais necessitados, mas também são confiantes e têm força para promover a mudança que tanto esperavam. Dessa forma, cria-se para si uma imagem de comprometido com o povo e possuindo um grande potencial de mudança, que tanto era desejado. Em 2007, Lula sustenta esses sentidos, caracterizando o povo como os trabalhadores que tiveram suas situações modificadas, sendo agora política e economicamente livres, diferentemente do que havia antes; contudo, desta vez, ele sustenta sua imagem como sendo oriundo de uma classe social desfavorecida e, depois de ter enfrentado e vencido as auguras da vida, responsável pelas mudanças sociais que o país passou e continuará passando.

Em Dilma (2011), pudemos perceber o povo sendo caracterizado como livre e confiante, da mesma forma como ele aparece no pronunciamento de Lula, em 2007, o que marca a filiação do discurso de Dilma ao de Lula. Ademais, a imagem que Dilma cria para si em seu discurso é de uma presidente que será a representante das mulheres, de modo que possa governar para todos, estando sempre próxima àqueles que a colocaram no poder, ou seja, o povo.

Com o auge do processo de redemocratização brasileira, pudemos observar uma maior presença do *povo* nos pronunciamentos presidenciais de posse. Ademais, pudemos observar que esse *povo* é transformado de mero expectador das ações políticas para participe ativo, na construção de uma sociedade de fato mais democrática, com o auxílio do governo, que auxiliará o povo na travessia necessária, até alcançar seu total pertencimento no interior de uma sociedade democrática. Atrelada a esses sentidos e transformações, a imagem do sujeito que ocupa o lugar de dizer de presidente da República também sofre transformações, na medida em que deixa de ser o único responsável pelas transformações por que o país passará e passa a ser um dos responsáveis por tais transformações. Contudo, é interessante notarmos que, embora uns mais, outros menos; uns, com a participação ativa da população, outros, sem ela; de modo geral, todos os presidentes criaram para si uma imagem relacionada ao comprometimento com as transformações sociais por que o país precisa passar, sendo os responsáveis, em última instância, por tais transformações.

Desse modo, pudemos observar que a imagem que cada presidente faz de si, em seu pronunciamento de posse, está diretamente relacionada aos sentidos de povo, também produzidos em tais pronunciamentos, na medida em que se colocam como os que promoverão uma mudança no estado social do país, procurando auxiliar os que mais necessitam, aqueles que se encontram em uma posição que não é favorável, promovendo sua passagem para *outra margem da história e da participação política*.

Referências bibliográficas

BAGNO, M. *Dramática da Língua Portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 3ª edição, 2005.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENVENISTE, E. (1966) *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Sallum – 4ª ed. – Campinas, SP: Pontes, 1995. Editora da Universidade Estadual de Campinas.

BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de política I*. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BONFIM, J.B.B. *Palavras de presidente: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula*. - Brasília: Senado Federal, 2004, v.1.

CAMPBELL, K.K; JAMIESON, K.H. *Presidentes creating the presidency: deeds done in words*. The University of Chicago Press, Chicago, 2008.

CANCIAN, R. *Governo Figueiredo (1979-1985): Transição, Diretasjá, Riocentro*. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-figueiredo-1979-1985-transicao-diretas-ja-riocentro.htm>>. Acesso em: 05 out. 2014.

_____. *Governo Figueiredo (1979-1985): Transição, Diretasjá, Riocentro*. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABKHoAI/ditadura-militar?part=2>>. Acesso em: 05 out. 2014.

CHARAUDEAU, P. Discurso político. tra. Fabiana Komessu e Dilson Ferreira da Cruz. – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, M. Filosofia. Vol. Único. Editora Ática. 1ª. Edição – São Paulo, SP: 2004.

COURTINE, J.-J. (1981) Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. Discours solides, discours liquides: la mutation des discursivités contemporaines. (conferência realizada no I Colóquio Internacional de Análise do Discurso – I CIAD), UFSCar, São Carlos, novembro de 2006b.

_____. Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. - São Carlos: Claraluz, 2006a.

FABER, M. *História dos partidos políticos no Brasil*. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf>. Acesso em: 05 out. 2014.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. 2ª Ed., 2ª reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. 17ª ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2008.

FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978

GASPARETTO JÚNIOR, A. *Aliança Renovadora Nacional*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/ditadura-militar/alianca-renovadora-nacional/>>. Acesso em: 05 out. 2014.

JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. – 7ª ed. – São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1974.

MAINGUENEAU, D. Gênese dos discursos. Trad. Sírio Possenti. – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 8ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2009.

_____. (Org.) *Discurso, espaço, memória – caminhos da identidade no Sul de Minas*. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

PÊCHEUX, M.[1975] “Análise automática do discurso”, in. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Orgs. Françoise Gadet; Tony Hak; trad. Bethania S. Mariani [et al] – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In. GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Unicamp, 1990.

PIOVEZANI, C. “Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise.” in. *Revista da ABRALIN*, v.6, n.1, p. 27-42, jan./jun. 2007.

_____. Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SCHREIBER DA SILVA, S.M. (Org.). Sentidos do povo. São Carlos: Claraluz, 2006.